

PLENA

SUBMISSÃO

J. Edwin Orr

Edições Cristãs

© **Edições Cristãs – Editora Ltda.**

Plena Submissão

J. Edwin Orr

Tradução de: Rodolfo Anders

1ª edição brasileira: 1952

2ª edição brasileira: abril de 2009

3ª edição brasileira: julho de 2014

Capa: Daniel de Almeida Jané

ISBN: 978-85-7558-075-2

É proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio, sem a permissão por escrito da Editora.

EDIÇÕES CRISTÃS - EDITORA LTDA.

Caixa Postal 250

19900-970 - OURINHOS - SP - BRASIL

Endereço eletrônico: edicoescristas@uol.com.br

Site: www.edicoescristas.com.br

ÍNDICE

Introdução

1-Votos quebrados

2-Perdão de pecados

3-Confissão de pecados

4-Exame do coração

5-Pecados da língua

6-Pecados de incontinência

7-O pecado da apropriação indébita

8-Pecados do espírito

9-A purificação do cristão

10-Tríplice santificação

11-A fé é a vitória

12-O Espírito Santo

13-O Espírito Santo e o crente

14-“Enchei-vos do Espírito”

15-A evidência da plena posse do Espírito Santo

16-Testemunho pessoal

.oOo.

INTRODUÇÃO

O Dr. J. Edwin Orr é, na minha opinião, uma das maiores autoridades na história dos reavivamentos religiosos. Julgo ter-lhe dado Deus um dos mais singulares ministérios, e a sua contribuição para o Reavivamento que, creio, está a caminho, é inestimável. Não conheço outro homem que tenha mais decidida paixão pelo reavivamento mundial ou maior amor pelas almas dos homens.

Cerca de quinze anos atrás, tive a primeira notícia a respeito de Edwin Orr, através dos seus livros. As suas obras sobre a fé foram uma bênção extraordinária para a minha própria vida. Há doze anos que o encontrei, pela primeira vez, na Flórida. Começou então o nosso trato pessoal, que se transformou em sólida amizade.

Em 1947, durante a Campanha de Evangelização na Grã-Bretanha, eu soube que o Dr. Orr estava empenhado em pregações sobre os reavivamentos do Século XIX. Escrevi-lhe, à Universidade, e, a seguir, passei meio dia em Oxford, vendo as paisagens dessa antiga cidade e valendo-me da preciosa oportunidade para recordar com ele a história dos reavivamentos anteriores e acalantar os sonhos e as esperanças de outro, em nossa geração.

O ponto alto, em minha memória, dessa visita à Universidade de Oxford, foi, no “Lincoln College”, o quarto em que João Wesley e seus jovens amigos instalaram o Clube Santo, movimento que mais tarde se transformou no reavivamento evangélico do Século XVIII. As suas cogitações sobre reavivamento fizeram-me considerar longamente no assunto, o que Deus usou para dar frutos, alguns anos mais tarde.

Desde 1949, em Minnesota, Califórnia, Washington e outros Estados norte-americanos, Edwin Orr tem prestado grandes serviços, particularmente nas Universidades e nas Escolas.

Grandes despertamentos espirituais se seguiram às suas campanhas no “Bethel College”, no Seminário Batista do Norte e em outras instituições de renome. Em fins de agosto de 1949, tive o privilégio de ser um dos oradores da “Home College Briefing Conference”, em San Bernardino Mountains, na Califórnia.

As mensagens que o Dr. Orr me transmitiu, como um dos oradores, foram bênção estupenda para a minha vida particular. O desenvolvimento lógico e todo o assunto da Submissão Plena a Deus e do Derramamento do Espírito Santo comoveu a Conferência toda, noite após noite.

Durante muitos meses de interregno, nos mantivemos em contacto. O trabalho do Dr. Orr entre astros e estrelas do cinema já é bem conhecido e foi graças a este esforço que fui dirigido por Deus a

estabelecer relações que redundaram, mais tarde, na conversão de mais de uma personalidade de Hollywood.

O presente volume, a 15ª obra do Dr. Orr, contém capítulos baseados nas palestras que fez em “Forest Home”, as quais, sob a ação de Deus, provocaram um despertamento real entre os estudantes.

Não espero que todos os meus amigos concordem totalmente com a terminologia usada pelo Autor neste livro. Mas eu ficaria decepcionado se se permitisse que apenas uma questão de palavras ocultasse os argumentos espirituais, de tanta monta e que já exerceram influência mui benéfica sobre o pensamento de numerosas pessoas. Acompanho este preliminar com preces fervorosas, para que a mensagem da **Plena Submissão** produza muitos frutos na vida dos cristãos famintos de um grande despertamento espiritual, nestes dias.

Billy Graham

.oOo.

1

VOTOS QUEBRADOS

Por que centenas de cristãos, bem intencionados, que assistem as Convenções e Conferências com o propósito de aprofundar a vida religiosa, se regozijam com a graça que lhes foi dispensada e voltam às suas atividades diárias com um sentimento de progresso espiritual e, contudo, rapidamente caem em seus primitivos métodos de tergiversação e derrota?

Há muitas razões para este fenômeno, mas uma das menos observadas é a da consagração incompleta, envolvendo o pecado dos votos quebrados. Muitos cristãos fazem negócio de permuta com Deus e deixam de pagar a sua parte do preço. Isto é pecado.

Exemplo chocante do fracasso dos cristãos em manter a sua palavra se encontra na história de Ananias e Safira, em a narrativa dos Atos dos Apóstolos. Muitas lições se podem tirar da experiência deles.

“Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das cousas que possuía; tudo, porém, lhes era comum. Com grande poder, os apóstolos davam

testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça. Pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes. E depositavam aos pés dos apóstolos; então, se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade. José, a quem os apóstolos deram o sobrenome de Barnabé, que quer dizer filho de exortação, levita, natural de Chipre, como tivesse um campo, vendendo-o, trouxe o preço e o depositou aos pés dos apóstolos.

“Entretanto, certo homem, chamado Ananias, com sua mulher Safira, vendendo uma propriedade, mas, em comum acordo com sua mulher, reteve parte do preço e, levando o restante, depositou-o aos pés dos apóstolos. Então, disse Pedro: Ananias, por que encheu Satanás teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, reservando parte do valor do campo? Conservando-o, porventura, não seria teu? E, vendido, não estaria em teu poder? Como, pois, assentaste no coração este desígnio? Não mentiste aos homens, mas a Deus. Ouvindo estas palavras, Ananias caiu e expirou, sobrevivendo grande temor a todos os ouvintes. Levantando-se os moços, cobriram-lhe o corpo e, levando-o, o sepultaram.

“Quase três horas depois, entrou a mulher de Ananias, não sabendo o que ocorrera. Então, Pedro, dirigindo-se a ela, perguntou-lhe: Dize-me, vendestes por tanto aquela terra? Ela respondeu: Sim, por tanto. Tornou-lhe Pedro: Por que entrastes em acordo para tentar o Espírito do Senhor? Eis aí à porta os pés dos que sepultaram o teu marido, e eles também te levarão. No mesmo instante, caiu ela aos pés de Pedro e expirou. Entrando os moços, acharam-na morta e, levando-a, sepultaram-na junto ao marido. E sobreveio grande temor a toda a igreja e a todos quantos ouviram a notícia destes acontecimentos” (Atos 4.32-5.11).

Não é minha intenção demorar-me sobre o aspecto do juízo de Ananias e Safira. Os dias que se seguiram ao Pentecostes foram dias de reavivamento e em tais tempos o Espírito Santo opera de modo especial, concedendo bênçãos aos obedientes e, ao mesmo tempo, usando de severidade para com os desobedientes.

Alguém viu certa mulher desmaiar em uma reunião de reavivamento na Letônia. Mesmo depois que a carregaram para fora, ninguém sabia a razão porque desmaiara. No dia seguinte, entretanto, soube-se que era culpada de grave pecado.

Naquela narrativa bíblica há lições para todos nós, em todos os tempos.

Observe-se primeiramente que Ananias e Safira fizeram voluntariamente voto de consagração. Como disse o apóstolo Pedro, conservando o terreno era propriedade deles e propriedade exclusiva deles. Ninguém disse a Ananias e a Safira que estavam obrigados a vender a propriedade a fim de permanecerem na comunidade cristã.

Ninguém os compeliu a ofertar o produto da venda ao fundo geral da Igreja Cristã nascente. Eles viram outros dispostos a fazer sacrifícios financeiros e assim engendraram um plano pelo qual alcançariam aprovação semelhante aos outros, sem fazer todo o sacrifício reclamado.

Por semelhante modo, os votos de consagração a Deus, por parte dos cristãos hodiernos, são totalmente voluntários. Ninguém é obrigado a gastar certo tempo em oração, a fim de permanecer na comunidade cristã. Nem tampouco é alguém obrigado a dar o dízimo, ou mais, para que seja reconhecido como cristão. E nem ainda se lhe diz que é obrigado a dar um bom testemunho a determinado número de pessoas, cada seana, e provar por esse meio que é um crente verdadeiro. Essas coisas são feitas em consequência de exemplo religioso e da exortação, antes que por meios compulsórios.

Outro fato notável é que Ananias e Safira não tinham consciência da gravidade da ofensa deles. Parece que nem se aperceberam de que estavam ofendendo a Deus. O apóstolo Pedro disse ao marido: “*Não mentiste aos homens, mas a Deus*”. Não pretendemos admitir que Ananias e Safira tenham tomado conselho consigo mesmos e planejado mentir ao Espírito Santo. O Espírito Santo estava fora do pensamento deles. Embora o apóstolo lhes perguntasse como assentaram no coração tal desígnio, não parece que, quer o marido, quer a mulher se tenha arrojado a travar luta com o Espírito de Deus.

Assim acontece com os cristãos de hoje. Fazem projetos e planos, defraudam e enganam por meios e processos que envolvem o Espírito Santo, que não pode ignorar os votos quebrados. Mas os ofensores não têm, geralmente, consciência da gravidade da ofensa que estão praticando. Julgam que isto interessa unicamente a eles e que lhes é próprio fracassar.

“*Por que*”, perguntou o apóstolo, “*entrastes em acordo para tentar o Espírito do Senhor?*” Ananias e Safira fizeram acordo entre si para vender o seu terreno e manter parte do produto da venda, mas não parece que eles discutiram o assunto a ponto de dizer: “*Vejamos até onde podemos provocar o Espírito Santo por esta forma!*” O Espírito Santo não estava nos seus pensamentos.

Em nossos dias, muitos cristãos, por manterem em sua posse parte do preço da consagração, por fazerem votos que são rapidamente quebrados, são culpados de provocar o Espírito Santo. Não é de admirar que façam pouco progresso nas cosas espirituais. O fato de que não tenham sofrido severamente não é senão uma evidência da paciência sofredora de Deus, em tempos de declínio espiritual.

De qualquer forma, Ananias e Safira sofreram a pena última, nesta vida. Há divergência quanto ao estado futuro de membros da Igreja que errarem. Um eloquente pregador de Filadélfia declarou que Ananias e

Safira eram ambos verdadeiros crentes, que ofenderam o Espírito Santo, pelo que sofreram um julgamento temporário, sem interessar o destino eterno de suas almas. Por outra parte, um zeloso professor de Chicago afirma que, visto que Satanás encheu o coração de Ananias e Safira, eles pereceram no julgamento e foram condenados à perdição. Não temos tempo e nem espaço para examinar esses pontos de vista. Há geral concordância em que, como ofensores, sofreram a quebra imediata da comunhão com Deus e com o Seu povo, e isso é o que acontece aos cristãos que cometem o mesmo pecado.

A comunhão espiritual se dá tanto no sentido vertical como no sentido horizontal. *“Se dissermos que mantemos comunhão com Ele e andarmos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade”* (1ª João 1.6). A comunhão com Deus, no sentido vertical, rompe-se pelo fracasso da consagração, pela quebra dos nossos votos. Todo o que tem comunhão com Deus, tem comunhão com os filhos de Deus. Quando a conexão vertical é quebrada, as linhas horizontais são feitas em pedaços. A comunhão espiritual, entre os cristãos, rompe-se como resultado da quebra de votos. Comunhão, porém, é palavra comumente prejudicada, em seu sentido pelos cristãos. Parece que julgam que a fraternidade social, comum entre crentes, é comunhão, no sentido espiritual, porquanto, em ambos os casos, as partes envolvidas são professamente espirituais. Não é assim, entretanto. Comunhão espiritual é a presença do Espírito de Deus entre os crentes. Quando uma, duas ou todas as partes interessadas tenham ofendido o Espírito Santo, não há verdadeira comunhão espiritual entre elas.

É oportuno observarmos que, quando um casal crente ofende o Espírito Santo, procura manter a camaradagem entre si, em um plano material, dispondo-se, não raro, a criticar maliciosamente a vida de outros crentes. Eles não têm comunhão no amor e, sim, em antipatias carnis.

A penalidade que sofrem os que zombam do Espírito Santo é a quebra de comunhão. Por um pouco de tempo os amigos do ofensor deixarão talvez de observar que ele não mais anda com Deus. Pode ser mesmo que o próprio ofensor deixe de sentir, a princípio, que a sua comunhão com Deus está quebrada. Os seus olhos se acostumam ao lusco-fusco do sol do ocaso. Mas, quando sobrevém o julgamento, aquele que zombou de Deus começa a sentir que o ambiente está um tanto frio, depois do pôr-do-sol, e que ele está sozinho, e que está tateando nas trevas. familiarizados com as Escrituras do povo hebreu, teriam encontrado a advertência de um homem muito sábio, quanto ao zombar de Deus. O pregador, em Eclesiastes, faz severas advertências quanto à formação de votos, sem a intenção de cumpri-los: *“Guarda o teu pé, quando entrares na Casa de Deus; chegar-se para ouvir é melhor*

do que oferecer sacrifícios de tolos, pois não sabem que fazem mal. Não te precipites com a tua boca, nem o teu coração se apresse a pronunciar palavra alguma diante de Deus; porque Deus está nos céus, e tu, na terra; portanto, sejam poucas as tuas palavras... Quando a Deus fizeres algum voto, não tardes em cumpri-lo; porque não se agrada de tolos. Cumpre o voto que fazes. Melhor é que não votes do que votes e não cumpras. Não consintas que a tua boca te faça culpado, nem digas diante do mensageiro de Deus que foi inadvertência; por que razão se iraria Deus por causa da tua palavra, a ponto de destruir as obras das tuas mãos?” (Eclesiastes 5.1-2, 4-6).

Em 1939 esforcei-me por ser admitido no quadro de capelães da Força Aérea. Somente em 1942 os meus serviços foram aceitos. Pelos trâmites normais, recebi um traslado de ordem: “Por determinação do Presidente”, ordenando-me que me apresentasse. Obedeci imediatamente à convocação. É bem verdade que me havia apresentado como voluntário, mas, uma vez que meus serviços foram aceitos, não indaguei das circunstâncias, não protelei a minha apresentação, nem desobedeci às ordens recebidas. Respeitei a autoridade do Presidente dos Estados Unidos da América.

Certa vez, pouco depois de haver regressado dos Estados Unidos, vindo de Oxford, incorri em um erro de observação e estacionei o meu carro em lugar não permitido, na cidade de Chicago. Quando voltei ao carro, encontrei, preso ao limpador do pára-brisa, um aviso informando-me que eu havia transgredido posturas sobre estacionamento de carros e convidava-me a comparecer à inspetoria, em determinada data. Compareci prontamente. Não indaguei das razões, não protelei a apresentação, nem desobedeci. Respeitei a Lei.

A Lei tem o poder de obrigar-me a cumprir com as minhas obrigações e, quanto mais, certamente, devo respeitar o poder de Deus Todo-Poderoso! A dificuldade está em que muitos cristãos descansam na bondosa paternidade de Deus e se esquecem de que Ele é o Senhor de todos. Portanto, *“guarda o teu pé, quando entrares na Casa de Deus”*. O simples pensamento tolo é pecado contra Deus. E é tolice menosprezar os votos feitos a Deus.

“Estejamos mais prontos a ouvir...” Mui frequentemente a oração é empreendimento de um só sentido, degenerando em “Ouve, Senhor; o Teu servo fala”, em vez de *“Fala, Senhor; o Teu servo ouve!”* É melhor prestar atenção ao que Deus deseja dizer-nos, porque a Sua voz é a nossa força, do que abrir a nossa boca e declarar o que a nossa vaidade e o nosso orgulho nos aconselham a dizer-Lhe.

“Não tenhamos pressa... não nos apressemos...” Pesemos, primeiro, as nossas palavras.

Quando minha esposa retornou da Casa de Saúde de Oxford com o nosso segundo filho, Davi, previ logo que teria de dormir menos do que anteriormente. Minha esposa tinha um programa de alimentar a criança de quatro em quatro horas – às 2, às 6, às 10, às 14, às 18 e às 22 horas. Minha mulher sabia da prescrição, bem como o médico, bem como a família, mas, aparentemente, o nosso Davizinho não tomou conhecimento dessa prescrição, nem se dispôs a sugerir qualquer alternativa.

Vi-me diante de dois problemas: um, como obter suficientes horas para dormir; outro, como manter o meu programa de devoção individual. Um pensamento assaltou-me uma noite e dirigi-me ao Senhor, nos seguintes termos:

“Senhor, faze que o Davizinho durma entre as 10 horas da noite e as 6 horas da manhã, e eu prometo levantar-me às 6 para a minha hora tranquila”. Foi uma ideia maravilhosa, mas parecia-me pouco provável que viesse a suceder. Nem contei à minha esposa o que havia resolvido, o que demonstrava a minha irresolução. Dormi aquela noite e acordei com o choramingar do pequeno, três minutos antes das 6 horas! Mas... voltei para a cama. Isso aconteceu durante três manhãs sucessivas. Contudo, eu achava a cama confortadora demais, nas manhãs frias da Inglaterra, e o calor do meu coração esfriou. Daí por diante, a criança voltou às suas predileções anteriores, e eu dormi menos do que anteriormente.

É melhor não assumirmos voto do que fazê-lo e não o cumprirmos. Alguns votos são causa de orgulho e Deus resiste aos orgulhosos, mas dá graça aos humildes. É melhor dizer: “Em me concedendo Deus a capacidade, farei isto ou aquilo” e então procurar de coração humilde a graça necessária.

“Não permitamos que a boca leve a carne a pecar”. Se a língua de alguém promete mais do que ele cumpre, ele, desta maneira, ofende o Espírito Santo. E no momento em que uma pessoa ofende o Espírito Santo ela sofre a pena da perda da graça sustentadora, do que o tentador está bem informado. O lobo ataca a ovelha errante. Não a que permanece perto do pastor. Votos quebrados trazem fraqueza espiritual; a fraqueza espiritual traz tentação; e a tentação, pecado.

Mui frequentemente, quando um cristão faz um voto e fracassa no seu cumprimento, ele procura explicá-lo como um engano, um erro de julgamento. Em muitos casos, entretanto, não houve engano e o voto assumido é tanto digno como possível de ser cumprido. O erro consiste em não se alcançar o alvo, o que é pecado.

Há ocasiões, entretanto, em que um cristão faz levemente promessas que não é capaz de cumprir ou que são de consequência danosa. Nesse caso, a melhor coisa a fazer é confessar o erro ao Senhor,

obter a Sua remissão e suplicar a Sua ajuda, a fim de acertar o caminho. Um voto nunca deve ser desprezado como engano.

“Por que razão se iraria Deus por causa da tua palavra, a ponto de destruir as obras das tuas mãos?” Nem toda oração é aceitável. Se alguém esconder uma iniquidade no coração, o Senhor não o ouvirá. Um voto quebrado é pecado de omissão. É também o cometimento de uma afronta a Deus. Tem de ser confessado como pecado, antes que a comunhão seja completamente restaurada. De outra forma, a disciplina de Deus, o castigo do Senhor, começa a operar.

É necessário que o Senhor leve os nossos planos à frustração, a fim de que não desperdicemos o nosso tempo, o nosso esforço, edificando com madeira, feno e palha. O nosso Amigo torna-se o nosso oponente e nos diz: “Refreie cada movimento até que alcance novamente pleno domínio”, e, assim, comecemos de novo com Ele.

Quais são, pois, os votos que os cristãos costumam fazer a Deus, em tempos de bênção e em ocasiões especiais? Mais tempo para orar, mais intercessão pelos outros, mais leitura devocional, mais estudos, mais testemunho pessoal, dizimo de talentos e de dinheiro, melhor exemplo ao próximo, paciência com crianças, pureza pessoal, espírito de sacrifício – esses são alguns votos que se fazem comumente em noites de vigília, reuniões de oração, campanhas de evangelização, convenções pró-vida mais profunda, reuniões missionárias, etc. Se esses votos não são plenamente cumpridos, parte do seu preço é retido por nós.

Enquanto os votos quebrados não são restabelecidos, é difícil fazer progresso no terreno da consagração. Antes de procurar alcançar as bênçãos de Deus, cada um de nós deve fazer sério exame retrospectivo, muito cuidadoso, do seu trato anterior com Deus. Não é suficiente que não tenha havido intenção de ofender, ou que não tenhamos feito antecipadamente planos para enganar, ou agir com dolo. O pecado contra Deus surge da mais séria transgressão de todos os mandamentos, qual seja a de alimentar a frieza de coração para com o próprio Deus.

.oOo.

PERDÃO DE PECADOS

Há alguns anos, ouvi a respeito da captura de um salteador; tinha as mãos tintas de sangue quando a polícia o apanhou. Era jovem, casado, tendo dois filhos pequenos. Por isso, o seu irmão mais jovem foi à polícia e se ofereceu para tomar o lugar do salteador. As autoridades se recusaram a recebê-lo por substituto do irmão.

“O senhor não cometeu o crime”, disseram-lhe. “Não podemos permitir que sofra o castigo”.

Esse incidente ilustra uma dificuldade que me flagelou a mente de moço, por muitos anos. Converti-me graças ao testemunho de minha mãe, por ocasião do meu 9º aniversário. Ela contou-me que Cristo morrera pelos meus pecados, que fora ferido pelas minhas transgressões. Cri nisto com inteireza de coração. Mais do que isso: operou-se em minha vida a minha conversão e, com ela, obtive a segurança de que os meus pecados tinham sido realmente apagados.

Mas eu não podia compreender este fato. Que o inocente sofre, frequentemente, pelo culpado, eu sabia; porém não podia compreender, a princípio, como Deus o pudera planejar, com justiça. Fez-se luz em meu espírito muitos anos mais tarde.

A minha mente voltou-se para os dias quando eu costumava bater bola com raquete num terreno atrás de nossa casa, em Ormeau, subúrbio de Belfast. Tinha eu então sete anos de idade. Diagonalmente, atrás do terreno, estava a casa de um infeliz homem, infeliz apenas no sentido de que as suas vidraças eram frequentemente quebradas por bolas perdidas. Ele deveria mudar a casa, pensávamos nós. Um dia, depois de partirmos mais uma vez a sua vidraça, ele saltou de dentro da casa, sacudindo, indignado, o punho: “Do primeiro de vocês que novamente quebrar a minha vidraça eu arrancarei a orelha!”

Fugimos em desespero. Não convinha discutir com ele. Sua mentalidade era de um só sentido e não ouviria as nossas razões. E quem seria o primeiro a quebrar-lhe as vidraças? Nem mesmo parei para apanhar a raquete. A nossa bola estaria, se dúvida, debaixo de uma de suas camas, além do nosso alcance.

Instintivamente, corri para casa, a fim de proteger-me, porém as novas de meu mau comportamento precederam-me e meu pai, que estava na cozinha, agarrou-me pelo braço antes que eu pudesse fazer qualquer retirada estratégica. Ele insistiu em que eu o acompanhasse à casa do senhor ofendido.

- Eu lhe trouxe o culpado pela quebra de sua vidraça – disse ele ao vizinho.

O homem lançou-me um olhar furioso. Depois, voltou-se para meu pai, em tom de voz mais passivo:

- Veja aqui, senhor Orr, eu sei que os garotos não deixam de quebrar vidraças! Eu também quebrava vidraças quando rapaz. Mas não é justo que, sempre que uma vidraça é quebrada ao redor deste terreno, tenha de ser a minha. Estou pronto a perdoar os garotos, mas alguém tem de pagar o prejuízo!

Meu pai então indenizou o homem, o qual me disse que eu estava perdoado, mas que não o fizesse mais. E eu levei comigo uma impressão duradoura sobre o fato: Alguém tem de pagar por ele. Esse é ao primeiro princípio do perdão: *Alguém tem de pagar por ele.*

Vinte anos mais tarde, um amigo irlandês tomou-me emprestada uma certa importância. Ele estava jogando e corria o risco de perder o emprego. Propôs pagar-me em prestações semanais, mas nunca o fez. Fiquei molestado com o amigo, por dois anos. Finalmente, decidi perdoar-lhe a dívida. Mas quem sofreu por isso? Obviamente, o ofendido.

Eu poderia levá-lo ao Tribunal de Justiça e, nesse caso, ele sofreria. Qual seria o seu sofrimento? Proporcional à dívida que tinha para comigo! Em vez disso, eu o perdoei. Dessa forma fui o sofredor. Sofri o prejuízo da importância que ele me devia, a qual lhe perdoei. Com essa experiência, eu aprendi um segundo princípio de perdão: *Aquele que perdoa é o que sofre.*

Ouvi o bispo Stephen Nill dizer a um silencioso auditório de estudantes, em Oxford, que ele não compreendera plenamente o significado da Cruz até que ouviu um evangelista, na Índia, contar, numa feira livre, a parábola do filho pródigo.

O evangelista observou que, quando o filho pródigo se revoltou contra as bolotas dos porcos, ele estava acabrunhado com o seu estado, mas não conhecia o preço do perdão. Mesmo quando empreendeu a dura caminhada de regresso ao lar, repetindo a desculpa consigo mesmo: *“Pai, pequei contra o céu e diante de ti”*, ele não poderia ter compreendido a enormidade da sua ofensa. Ainda quando o seu pai correu ao seu encontro, ou durante o banquete de regozijo, pelo seu regresso, ele não o compreendeu plenamente. Não foi senão alguns dias mais tarde que o filho pródigo observou que os cabelos de seu pai se tornaram brancos, durante a sua ausência. Então ele pôde compreender devidamente o preço do perdão.

Essas considerações tornaram a Cruz mais real para mim. Foi necessário que Cristo padecesse. Aquele que perdoa é o que sofre e, assim, foi necessário que Um sofresse. Entretanto, Moisés não poderia

ter sofrido a Cruz, nem Jeremias, nem Pedro, nem Paulo. Teria de ser Deus, o único que pode perdoar. E Jesus Cristo era Deus, e se manifestou na carne.

Nenhuma teoria da Expição é completa em si mesma. Certamente, a teoria da influência moral é verdadeira, mas incompleta, pois não encerra toda a verdade da expiação. A própria teoria da substituição na Cruz é incompleta. O fato da Cruz é maior do que qualquer teoria particular a seu respeito, ou mesmo todas estas teorias, conjuntamente.

É possível resumir o ensino do perdão de pecado do homem não regenerado da seguinte forma:

Base	A Cruz
Preço	Nada
Condição	Conversão
Meio	Fé
Processo	Julgamento

A Cruz é a base do perdão de pecados, por Deus. O preço para o pecador é nada. Deus estabelece uma condição: “Arrependei-vos e convertei-vos, para serem cancelados os vossos pecados”. O meio de apropriação, pelo pecador, é pela fé. E o pecador que recusa o perdão de Deus sofrerá a penalidade do Grande Julgamento.

Que diremos, entretanto, sobre o perdão dos pecados do crente? Há muito equívoco nesta matéria.

Uma estudante universitária, membro de uma igreja evangélica, certa vez, me fez a seguinte objeção: “Por que devo eu confessar que menti na semana passada? Converti-me há alguns anos e continuo a crer em Cristo e, por isso, todos os meus pecados, passados, presentes e futuros, já estão perdoados”.

Essa moça deixou de discernir pecados que dizem respeito à salvação de pecados que atingem a comunhão. Esse é um equívoco muito comum. Há pessoas crentes que se recusam a proferir a oração dominical por causa da frase: “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores”.

Dizem que os pecados de um pecador são perdoados, não nessa base, mas livremente e, portanto, essa oração não é para os nossos

dias. Esquecem-se de que o Senhor se dirigiu aos Seus próprios discípulos e que essa prece diz respeito à comunhão e não à salvação. Deus nos perdoa os pecados contra a comunhão sob uma base diferente daquela sob a qual perdoa para a conversão. De outra forma, seria necessário que nos convertêssemos repetidas vezes – tantas vezes quantas falhamos em alcançar o ideal divino para a nossa vida.

Uma das senhoras mais espirituais que já tive o privilégio de encontrar sofreu severamente nas mãos dos nazistas. Quando, finalmente, pôde libertar-se, deixou o campo de concentração com a alma profundamente amargurada contra toda a raça germânica.

Achou muito difícil perdoar-lhe e, sendo devotada a Deus, dedicou-se ao trabalho missionário, e estava pronta a ir para qualquer parte, de Xangai ao Deserto do Saara, mas não à Alemanha.

A súplica da oração dominical a apavorava: *“Perdoa-nos as nossas dívidas assim como nós temos perdoado os nossos devedores”*. Ela começou a sentir que, se ela não podia perdoar os alemães, Deus não a perdoaria também.

Sabendo que ela fora educada em atmosfera calvinista, eu lhe perguntei: “Se a senhora continua a manter ressentimentos no coração, quanto aos alemães, a sua alma estará em perigo?”

A sua teologia lhe respondeu: “Não!” Mas o seu coração estava confundido.

Procurei demonstrar-lhe que o perdão de pecados mencionado na oração dominical, se refere às faltas dos filhos de Deus, que já nasceram de novo, que refere-se aos pecados que envolvem a comunhão, antes que os pecados que atingem a salvação.

Devemos sempre ter em mente esta distinção. A mensagem ao crente, com respeito ao perdão dos pecados contra a comunhão se encontra certamente nas palavras de 1ª João 1.5-9: *“Ora, a mensagem que, da parte dEle, temos ouvido e vos anunciamos é esta: que Deus é luz, e não há nEle treva nenhuma. Se dissermos que mantemos comunhão com Ele e andarmos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andarmos na luz, como Ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, Seu Filho, nos purifica de todo pecado. Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça”*.

Desta passagem depreendemos que o perdão de pecado contra a comunhão é baseado na Cruz, no sangue de Jesus Cristo, o qual não somente nos purifica do pecado, ao alcançarmos a nossa salvação, mas continua a purificar-nos.

No texto original é usado aqui o tempo presente continuado do grego. Portanto, a *base* do perdão é novamente a Cruz. Para o crente faltoso o *preço* é nada, porquanto Deus nos cura de nossos fracassos e nos perdoa livremente.

A *condição* é, não mais a conversão, mas a confissão. O *meio* de apropriação do perdão, pelo crente, é a fé.

E o resultado da aplicação do perdão é de novo o *juízo*, mas desta vez no Trono do Julgamento de Cristo, quando todos os crentes prestarão contas dos atos consumados no corpo.

Pode fazer-se um sumário e comparação deste ensino, da seguinte maneira:

Para o Incrédulo	Perdão	Para o Crente
A Cruz	Base	A Cruz
Nada	Preço	Nada
Conversão	Condição	Confissão
Fé	Meio	Fé
Julgamento		Processo

Comparando o perdão dos pecados do pecador, em relação à sua salvação, com o perdão de pecados do crente, em relação à sua comunhão, veremos que a *base* é a mesma Cruz de Cristo, com aplicação pontilhar (no grego), no primeiro caso, e aplicação linear, no segundo.

O *preço* é o mesmo para o incrédulo e para o crente: não é pelas obras; contudo, as obras devem seguir-se. O *meio* de apropriação é, em ambos os casos, o mesmo, porque aceitamos o perdão pela fé. O *processo* é o mesmo: Julgamento

Ainda que, no primeiro caso, se refira ao Grande Trono Branco, onde a vida eterna é outorgada e, no segundo caso, se refere ao Trono do Julgamento de Cristo, no qual as recompensas serão proclamadas.

A matéria crucial para os cristãos é certamente o ponto de confissão de pecados. “*Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça... e o sangue de Jesus, Seu Filho, nos purifica de todo pecado*”.

Se pusermos esse princípio negativamente, teremos: Se não confessarmos os nossos pecados (contra a comunhão), Deus não perdoará os nossos pecados, nem nos purificará de toda injustiça.

A confissão de pecados é doutrina negligenciada. Somente em épocas de reavivamento é posta no seu devido lugar, oportunidade em que o Espírito Santo opera com poder convincente redobrado, fazendo com que o crente faltoso não tenha paz enquanto não confessar os erros que tenha cometido.

.oOo.

3

CONFISSÃO DE PECADOS

O ensino com respeito à confissão de pecados pelos cristãos é das doutrinas mais negligenciadas, em nossos dias.

Essa confissão é ensinada nas Escrituras e praticada em todo grande despertamento espiritual. Por que há tal ignorância, prejuízo, mal-entendido e negligência quanto à confissão de pecados? Parece que há duas principais objeções na mente daqueles que se opõem à confissão de pecados; primeiro, um protesto contra a confissão pública de pecados, que melhor deveria ser feita em um ambiente mais restrito; e, segundo, a negativa de que a confissão pública ou particular de pecados seja mesmo necessária.

No primeiro caso, a objeção pode ser enfrentada com o ensino claro e singelo com referência aos limites da confissão escriturária.

No segundo, a necessidade de confessar os pecados às partes interessadas é tão clara que a veemência da objeção deve atribuir-se à falta de vontade em admitir matéria de suma importância, que exige reparos.

1- CONFISSÃO ESPECÍFICA

Charles Grandison Finney, o mais culto dos grandes evangelistas norte-americanos, escreveu:

“Um reavivamento religioso pode ser esperado quando os cristãos começam a confessar uns aos outros os seus pecados. Em outras ocasiões, eles confessam de uma forma geral, como estando apenas mornos. Poderão fazê-lo em linguagem eloquente, mas nada significa.

Quando, entretanto, há um singelo quebrantamento de espírito e um derramamento de coração, em confissão de pecados, os celeiros logo se abrem e a salvação inunda o lugar”.

A mesma ênfase se encontra nos escritos do missionário presbiteriano canadense de renome, Jonathan Goforth, líder de grandes movimentos na Coréia e na Manchúria. Pode ser encontrada nos registros dos grandes despertamentos religiosos, em cada geração e em cada país que já experimentou a atuação do Espírito.

A confissão de pecados tem de ser específica e não geral. O princípio da confissão específica é ensinado claramente em Levítico 5.5: *“Será, pois, que, sendo culpado numa destas cousas, confessará aquilo em que pecou”*.

Não é difícil a um membro da igreja admitir em uma reunião de oração: “Não sou o que deveria ser”. Não é mais difícil dizer: “Eu devia ser melhor cristão”. É, entretanto, difícil dizer: “Tenho sido criador de dificuldades na igreja”, bem como dizer: “Tenho tido amargura no coração contra certos líderes, aos quais eu devo pedir desculpas”.

Embora seja verdade que o coração humano tem atitudes para com o pecado, que podem ser descritas como de caráter geral, todo ato de pecado é particular e deve ser confessado particularmente. O pecador pode sentir-se oprimido pela convicção de grande número de pecados específicos, que não saiba por onde começar.

Deve, então, começar pelo pecado que mais o acabrunhe, que mais o assedie, sobre o qual ele sinta maior convicção. A exortação para confessarmos os nossos pecados é claramente progressiva: *“Se confessarmos os nossos pecados”*.

2- CONFISSÃO DE CULPA

Acã, soldado do exército de Josué, desobedeceu às ordens militares e ao mandamento divino, ocultando prata, ouro e roupas. Por isso a bênção divina foi retirada e as forças de Israel experimentaram uma derrota humilhante, diante de pequena guarnição inimiga. Por sortes, Josué localizou o prevaricador e lhe disse: *“Filho, meu, dá glória ao Senhor, Deus de Israel, e a Ele rende louvores; e declara-me, agora, o que fizeste; não mo ocultes”* (Josué 7.19).

A confissão foi, primeiramente, devida a Deus, contra quem o pecado foi cometido. Mas, a seguir, devido às pessoas ofendidas pelo pecado, a elas porquanto a bênção de Deus foi retirada em consequência de um pecador. Acã confessou sua culpa.

Pouco antes do despertamento religioso no “Bethel College”, no Estado de Minnesota, em abril de 1949, com o qual começou a série de reavivamentos nos colégios dos Estados Unidos da América, no meado

do século XX, eu estava empenhado na obra de evangelização, sob os auspícios de um grupo de estudantes de uma Universidade do Meio-Oeste. Fiquei muito tocado pelas orações dos estudantes, nas reuniões do meio-dia, em favor dos seus colegas descrentes, mas decepcionou-me sobretudo o fato de nem um deles haver pedido que houvesse decisões, embora esta parte fosse lembrada em outros setores do programa.

O presidente do grupo não compareceu a várias reuniões, preocupado que estava com a esposa, internada em uma Casa de Saúde, com o primeiro filhinho. Alguém me contou então que este casal, embora sob outros aspectos desse bom testemunho, casara-se havia apenas cinco meses. Tal fato preocupou-me bem menos do que saber que ele aceitara a sua eleição para presidente do grupo, havia apenas seis meses, o que era hipocrisia.

A confissão pública do pecado que cometeu antes do casamento parece-me que era desnecessária, mas ele deveria ter confessado a sua hipocrisia ao grupo de estudantes, declarar-se indigno de ocupar o lugar e resignar o cargo. Sei que havia entre os seus colegas boa disposição para reelegê-lo, tão logo confessasse a sua falta. Ele jamais confesso a sua culpa e se tornou inevitável o julgamento do Senhor.

3- CONFISSÃO PLENA

Em Provérbios 28.13, há ensino claro sobre a confissão: *“O que encobre as suas transgressões jamais prosperará; mas o que as confessa e deixa alcançará misericórdia”*.

Tão logo seja a convicção de pecado removida, verifica-se uma tendência da parte do pecador de sepultar qualquer lembrança desagradável que permaneça. A obra do Espírito Santo, no julgamento pré-revivificador, revelará tais coisas.

Recordo-me de que, atravessando a fronteira soviética, a Oeste de Leningrado, o oficial da Alfândega examinou rapidamente a minha bagagem e me mandou passar, mas verificou que uma senhora que vinha a seguir, de naturalidade russo-americana, tentava contrabandear toda sorte de artigos para os seus parentes, e assim ele procedeu a um exame cuidadoso de sua bagagem, trazendo à luz toda sorte de objetos que haviam sido escondidos, esquecidos, ou ambas as coisas. Assim é com a convicção.

Os Provérbios relacionam a confissão com a renúncia de pecados. Algumas confissões não são completas e são por demais genéricas. Não são feitas às pessoas atingidas. Omitem por completo o necessário reparo. Ou, então, não fazem provisão em favor de um rumo diferente

de proceder, com a devida renúncia do pecado. É apenas um esforço em busca de alívio psicológico.

Não é suficiente anunciar em uma Escola que alguém colou. É imprescindível que seja feito o reparo acadêmico ao professor da matéria. Não é bastante admitir que alguém furtou. Os objetos roubados têm de ser restituídos. Não basta alguém confessar que foi falso ou malicioso. A malícia, a falsidade ou a calúnia têm de ser confessadas à pessoa injuriada.

Tenho lembrança desagradável de reuniões de consagração do Esforço Cristão em que eu e muitos outros levemente confessávamos que havíamos fracassado, mas que Cristo não é um fracasso.

Enquanto não me tornei específico e não fiz nenhuma tentativa real para quebrar o poder do pecado que me assediava, nada consegui.

4- CONFISSÕES PARTICULARES

Relativamente à confissão particular, feita de um indivíduo a outro, e que se distingue da confissão secreta e da confissão pública, o ensino mais claro a seu respeito encontra-se nas palavras do Senhor em Mateus 5.23-24: *“Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faz a tua oferta”*.

Muitos cristãos revelam preferência pela confissão secreta, perante Deus, mesmo em se tratando de fatos que envolvem outras pessoas. Confessar a Deus parece-lhes o meio mais fácil. Se o ofensor estiver realmente consciente da presença de Deus, mesmo a confissão secreta de pecados particulares teria efeito salutar.

Entretanto, muitos ofensores comungam meramente consigo mesmos, em vez de estabelecer contacto com Deus, que recusa orações proferidas em certas circunstâncias.

Nas palavras do Senhor Jesus é claro que o pecado que tenha envolvido outras pessoas deve ser confessado a essas pessoas. A oferta referida nos sacrifícios dos hebreus era feita simultaneamente com confissão direta a Deus, tanto sem e tratando de transgressão voluntária como de transgressão involuntária. Dessa forma, torna-se claro que não é suficiente confessar os pecados somente a Deus; é necessário fazê-lo também à pessoa ofendida.

E os indivíduos podem ser ofendidos de várias maneiras. Alguém pode ofender o próximo diretamente, roubando dele alguma coisa, mentindo a seu respeito, ou batendo nele. Nesse caso, o peso da confissão recai sobre o ofensor. Ele é a única pessoa que tem de confessar a sua falta ao ofendido.

Em outros casos, duas pessoas podem concordar entre si em cometer pecado ou participar de um ato pecaminoso. Nessas circunstâncias, o ofensor que primeiramente se convencer do pecado deve confessar a sua culpa ao outro, denunciar o fato, esperar que essa confissão desperte o senso de culpa do seu cúmplice e, então, tomar medidas para corrigir qualquer mal causado a terceiros. Por exemplo: dois estudantes poderão quebrar a disciplina da Escola. Aquele que primeiramente se sentir culpado deve confessar a sua culpa ao companheiro, dizendo-lhe que ele pretende confessar o que fez, isto é, apenas a sua parte, na indisciplina, às autoridades da Escola.

Os pecados contra a pureza sexual são mais complexos. Tratando-se da quebra do princípio de pureza, ou seja a falta de castidade, entre homem e mulher solteiros, a pessoa que tenha a convicção do seu pecado deve denunciá-lo ao seu cúmplice e torná-lo ciente de que isso não se repetirá. No caso de adultério, ou seja a falta de santidade de vida de pessoas casadas, o pecador que se convencer do seu erro deve não só confessá-lo ao seu esposo ou esposa, inocente, como também fazer que o seu companheiro ou companheira, de pecado, igualmente confesse o seu erro ao respectivo cônjuge.

É necessário usar de extrema discricção no reajustamento de casais assim feridos. Seria totalmente indigno se um sedutor alardear de seu ato pecaminoso e voluvelmente aconselhar a sua vítima a justificar-se com o seu marido. Cumpre-lhe assumir toda a responsabilidade e aplainar o caminho para a sua vítima.

Em todos os casos, um esposo ou uma esposa infiel deve considerar cuidadosamente as circunstâncias a fim de evitar males evitáveis, mas procurar com seriedade e humildade a redenção da santidade do matrimônio, pelo perdão.

Um pecador pode ofender a alguém que não tenha parte, por consentimento, no ato pecaminoso. Usar de palavras ofensivas contra alguém, na presença de terceiros, requer do ofensor que apresente desculpas à pessoa que ofendeu diretamente aos que foram testemunhas de seu erro. O mesmo se aplica nos casos de falta de domínio próprio ou de mau exemplo.

Haverá quem pense que a iniciativa da reconciliação deve ser do ofensor antes que da pessoa ofendida. Certamente, a responsabilidade da confissão é do pecador, mas, em questões que envolvem dois cristãos, a iniciativa da reconciliação toca à parte mais espiritual, ou seja a ofendida. *“Se teu irmão pecar contra ti, vai arguí-lo entre ti e ele só. Se ele te ouvir, ganhaste a teu irmão. Se, porém, não te ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que, pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça. E, se ele não os atender, dize-o*

à igreja; e, se recusar ouvir também a igreja, considera-o como gentio e publicano” (Mateus 18.15-17).

5- CONFISSÃO PÚBLICA

Há exortação clara nas Escrituras sobre confissão pública. E, embora não se estabeleçam limites, a confissão pública de atos inconvenientes parece estar proibida implicitamente, bem como a confissão sem sinceridade, viciada ou profana.

O senso comum nos ensina que a descrição minuciosa de um plano de fraude secreto, que não tenha sido descoberto, ou de atos de impureza, seria motivo de tentação para terceiros. Atos dessa natureza jamais se devem mencionar.

O pastor de uma grande igreja de Nova Inglaterra contou-me que um oficial da igreja, sugestionado por um movimento popular, pediu permissão para falar à congregação.

As suas palavras eram humildes e sinceras, mas diziam respeito a um pecado sexual tão escabroso que nem mesmo o ouvinte mais espiritual poderia dissociar a memória dessa confissão da pessoa do confessor, embora todos se alegrassem com o seu arrependimento.

Quase todos os pecados contra o sétimo mandamento são secretos, ou privados, e devem ser confessados secretamente a Deus ou, particularmente, à pessoa ofendida. Se o pecador sente que o fardo é por demais pesado para si sozinho, poderá procurar o pastor, um médico crente, ou uma pessoa sensata, do mesmo sexo, para confessar-lhe o pecado. As Escrituras desaprovam a própria menção da imoralidade entre os crentes.

Declaram que é vergonha o falar-se de coisas pecaminosas, feitas em secreto. A confissão pública foi praticada durante o ministério de João Batista, no Jordão, e após a prédica de Paulo em Éfeso. Tem, sem dúvida, os seus limites.

Mas a manifesta necessidade de estabelecer limites à confissão pública não deve tornar-se pretexto para proibi-la, em face do andamento que temos em Tiago 5.16: *“Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros e orai uns pelos outros, para serdes curados. Muito pode, por sua eficácia, a súplica do justo”*.

O incomparável professor de grego Dr. A. T. Robertson escreveu que a confissão a Deus já está pressuposta nesta exortação e que a confissão pública, de uns aos outros, de certos pecados, é grandemente proveitosa em muitos pontos. O sentido do verbo *“confessar”* (no grego) implica confissão a um grupo de pessoas e não confissão particular, de um indivíduo a outro.

A confissão pública, a um grupo de crentes, traz consigo um alívio psicológico, mas o motivo da confissão não deve ser apenas este.

Fazemos confissão para alcançar as orações dos irmãos em favor da nossa cura espiritual, e a palavra usada aqui “para serdes *curados*” (no grego) é usada tanto para significar tanto a cura da alma como a cura de doenças físicas.

Tais confissões em grupo não são danosas, porquanto o indivíduo é animado por elas a abandonar o pecado, alcançando fortalecimento, sabendo que amigos, que simpatizam com a sua situação, oram por ele.

Enquanto isso, outros membros do grupo são movidos pelo exemplo a também confessarem as suas culpas, de caráter público.

Recentemente foram publicados alguns relatórios, largamente difundidos, de algumas confissões públicas inconvenientes, ao lado de grande número de confissões de caráter restrito, que não poderiam ser dados à publicidade.

Os responsáveis pelas reuniões em que essas confissões foram feitas declararam-me que tinham a convicção de que estas confissões eram inconvenientes e apenas não intervieram com a sua advertência e repreensão, receosos de se intrometerem em obra da graça. Essas advertências deveriam ter sido feitas antes dessas confissões, para evitar o escândalo.

6- CONFISSÃO QUE PURIFICA

Lemos em 1ª João 1.9 o seguinte: “*Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça*”.

Depreendemos deste versículo que o perdão e a purificação de pecados que embaraçam nossa comunhão com Deus dependem da confissão dos mesmos.

O preço dessa bênção envolve a busca do Espírito Santo, admissão singela do fracasso, imediata confissão a Deus e subsequente confissão às pessoas envolvidas. O círculo do pecado cometido deve ser o limite da confissão feita. O Espírito que sonda o coração dirigirá a confissão.

.oOo.

EXAME DE CORAÇÃO

O Espírito Santo é o Autor do reavivamento, tanto individual como coletivo. É o Seu ministério que conduz o crente ao sentimento de necessidade, que leva a Igreja ao arrependimento, que faz com que a comunidade toda sinta fome espiritual. E, ainda, assim, o Espírito Santo é, comparativamente, a Pessoa menos conhecida da Divindade.

De acordo com os ensinamentos de Jesus, o ministério do Espírito Santo consiste em convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo. Muitos crentes fiam-se unicamente da sua consciência, em vez de dependerem de uma consciência iluminada pela Palavra de Deus e vivificada pelo Espírito Santo.

A obra do Espírito Santo consiste, portanto, em mostrar ao pecador até que ponto falhou, revelar-lhe o padrão de justiça em Cristo e adverti-lo do juízo inevitável. É digno de nota o fato de que o Espírito Santo realiza obra paralela na vida do cristão, convencendo-o da carnalidade, que consiste em falhar na vida; concitando-o à santificação prática, que o habilita a apropriar-se, no viver diário, da justiça de Cristo; e advertindo-o do trono do julgamento de Cristo, no qual poderá perder a sua recompensa.

É para o Espírito Santo que o cristão tem de olhar, se deseja alcançar um reavivamento para a sua alma. A bênção espiritual para o crente depende da confissão de pecados e da restituição ou do reparo da ofensa. Mas a confissão, por sua vez, depende da convicção de pecado. E com essa convicção vem o exame da consciência, ou da alma, pelo Espírito Santo.

A mais efetiva oração para a alma sedenta da verdade está em uma petição do Antigo Testamento, num dos Salmos de Davi: *“Sonda-me, ó Deus, e conhece o meu coração, prova-me e conhece os meus pensamentos; vê se há em mim algum caminho mau e guia-me pelo caminho eterno”* (Salmo 139.24-25).

Só pude alcançar o pleno significado dessa oração depois que ouvi a sua leitura em uma tradução das línguas escandinavas. Nessa versão, o verbo “sondar” é traduzido “ransack”. Requer imaginação para apanhar a ideia expressa por esse verbo, em comparação com o verbo “sondar”, pois que significa a ação de revolver as coisas, pondo a face inferior para cima e trazendo à luz coisas que estavam escondidas ou esquecidas.

Em tempos de apostasia, o Espírito é apagado e, à medida que o tempo passa, a tendência natural de uma pessoa convicta de pecados é esquecer acontecimentos desagradáveis. Na convicção de pecados, as

ruínas da vida ordinária são examinadas, voltando-se a atenção para as ofensas cometidas. Portanto, se os crentes não de evitar a superficialidade na confissão, é necessário proceder-se a um revolvimento completo da alma.

A petição é definida: “*Sonda-me!*” Mui frequentemente, os crentes mais espirituais de uma igreja ou de um grupo estão melhor informados dos defeitos dos seus vizinhos menos espirituais do que de seus próprios fracassos.

Os discípulos não disseram: “É Pedro... ou Tiago... ou Judas?, mas “*Sou eu, Senhor?*” Há tempo para cada coisa debaixo dos céus e há tempo para uma introspecção de saúde. As nossas orações não são atendidas senão quando deixamos de alimentar interesses iníquos em nossos corações e é somente provando o coração que o pecado é exposto à luz curadora.

É significativo o fato de que a petição é dirigida à Divindade. Nem o pastor, nem o psiquiatra, ou o médico, ou o psicólogo, podem sondar convenientemente o coração, em busca do pecado. Pecado é ofensa a Deus e somente Deus pode revelar o grau dessa ofensa.

A um conselheiro, os consulentes revelam o que lhes acalenta o sentimento. Por mais esperto que seja um pastor bem preparado, ou um psiquiatra, ele é limitado pela informação prestada para análise, pelos sentimentos do paciente e pelo preparo e pelas ideias do conselheiro. O homem faz diagnósticos e análises inadequados. Somente Deus não se engana.

O próprio “eu” é juiz do pecado ainda mais pobre do que um conselheiro. O homem é totalmente incapaz de sondar o seu próprio coração. Ele racionaliza o seu pecado.

Lembro-me bem de um meu conhecido, em Illinois, que se revelou mentiroso patológico. Pregava as suas mentiras tão frequentemente que acabava, ele próprio, crendo nelas. Não podemos confiar a ninguém o exame de nosso próprio coração.

O coração e os pensamentos precisam ser sondados. Pessoas há que cometem pecado no calor de suas afeições, desejos e paixões. Outras têm sangue frio para arquitetar a transgressão. Deus sonda os corações e conhece os pensamentos. O homem é aquilo que ele pensa no seu interior. O assassinio começa no ódio; o ódio, na cobiça; o adultério, nos pensamentos impuros.

E, quando alguém se escusa, porque não tem consciência de grandes pecados, a oração acrescenta a petição: “*E vê se há em mim algum caminho mau*”. Qualquer coisa que ofensa ao Espírito Santo de Deus é obstáculo à bênção e se atravessa no caminho do reavivamento.

E que é o “*caminho eterno*”? Primeiramente, é o Caminho, Cristo. Se dissermos que temos comunhão com Ele e andarmos em trevas, mentimos, e não procedemos de acordo com a verdade. Andar no caminho eterno significa andar na verdade. E Cristo é o Caminho, a Verdade e a Vida.

A sondagem do coração pelo Espírito Santo mostra aos crentes como se desgarraram do caminho, e a confissão de pecados os reconduz às veredas da comunhão. Isto é em si mesmo reavivamento espiritual.

É a sondagem do coração pelo Espírito totalmente independente da cooperação do crente que busca o reavivamento? De forma nenhuma. O crente pode cooperar plenamente com o Espírito na sondagem do coração!

Primeiramente, ele tem de reconhecer as suas necessidades e admitir humildemente que a sua condição não é da vontade de Deus. A seguir, tem de orar e pedir especificamente ao Espírito que sonde o seu coração. Não somente tem de continuar em oração, na qual o Espírito pode convencê-lo do pecado, mas tem, outrossim, de dar atenção diligente à leitura da Palavra de Deus, especialmente das passagens que se apliquem às suas necessidades ou condições, porque também por elas o Espírito nos condena.

Da mesma forma, ele tem de entregar as chaves do mais recôndito da sua memória e procurar recordar-se dos atos e das tendências que desnortearam a sua vida espiritual. Ele poderá também procurar o conselho de um amigo, porque algumas vezes o Espírito põe a Sua repreensão nos lábios de um amigo. Poderá mesmo examinar o que de desagradável tenha sido dito a seu respeito, pelos seus críticos e inimigos, que poderão estar dizendo a verdade, embora de modo malicioso ou exagerado.

De uma coisa o crente pode estar certo: O Espírito Santo nunca deixa ao abandono um coração que O procure. Ele sempre está deseioso de exercer a cirurgia e o poder de curar.

.oOo.

PECADOS DA LÍNGUA

Tiago, o irmão do Senhor, dedicou um capítulo de sua Epístola ao domínio da língua. Esse capítulo pode ser lido sem grande convicção, a não ser que o leitor permita ao Espírito Santo que lhe sonde a consciência, para a manifestação de pecados da língua usando as injunções das Escrituras, bem como a oração particular.

1- CÓLERA OU IRA

Conquanto seja a cólera ou o mau gênio um pecado do espírito, frequentemente resulta da falta de domínio sobre a língua, o que é aqui considerado como pecado da língua.

A cólera tem variedade de sentidos: indignação, irritação, impaciência, vexação, amargura, exasperação, ressentimento, paixão, mau gênio, ira, ódio, raiva, fúria – e estas podem expressar-se em toda sorte de palavras ofensivas, desde o ácido frio do sarcasmo à fúria flamejante. Cada expressão de ódio é perigosa, não excetuando ainda a mais nobre forma da indignação.

O salmista adverte os seus amigos de que devem deixar a ira e abandonar o furor (Salmo 37.8). O mais sábio escritor do mundo declarou que *“o longânimo é grande em entendimento, mas o de ânimo precipitado exalta a loucura”* (Provérbios 14.29). Todos sabemos que *“a resposta branda desvia o furor, mas a palavra dura suscita a ira”* (Provérbios 15.1). O homem discreto retém a sua ira, mas o homem de grande ira nada alcança, senão a sua punição (Provérbios 19.11, 19). Sabemos também que *“melhor é morar numa terra deserta do que com a mulher rixosa e iracunda”* (Provérbios 21.19) e que um homem iracundo é tão perigoso que ninguém deve manter amizade com ele, nem andar em sua companhia (Provérbios 22.24). *“Cruel é o furor, e impetuosa, a ira”* (Provérbios 27.4). E assim prossegue o escritor dos Provérbios e do Eclesiastes (7.9).

O Senhor, no Sermão do Monte, declarou que qualquer pessoa que se ira contra o seu irmão está sujeita ao juízo. O Novo Testamento condena a ira com maior veemência que o Antigo Testamento. A advertência do apóstolo Paulo: *“Trai-vos e não pequeis”* não é ordem para que nos iremos, mas condenação do pecado da ira (Efésios 4.26).

Em outras palavras, o apóstolo adverte os cristãos: se permitirdes que vos torneis irados, sede cuidadosos, a fim de que não pequeis!

Na mesma carta, o apóstolo disse aos seus amigos da igreja de Éfeso que pusessem longe deles *“toda amargura, e cólera, e ira, e gritaria, e blasfêmias, e bem assim toda malícia”* (4.31) e repete o conselho aos Colossenses (3.8).

Os cristãos se desculparam de seu mau gênio por diversas maneiras. Alguns deles, mais carnais, são um tanto orgulhosos da falta de domínio do seu gênio. Ouvi um orador famoso dizer do púlpito como perdera o seu domínio próprio e a sua descrição dos incidentes revelou que ele não tinha um só traço de arrependimento, demonstrando antes orgulho ignorante. Os cristãos mais espirituais, sabendo que o mau gênio é ofensa, acharam um eufemismo para descrever-lhe as faltas. Atribuem o mau gênio aos nervos, transformando falta em enfermidade.

É muito melhor admitir a falta, arrepender-se e confessá-la, abandonando-a e pedindo humildemente perdão por ela. Deus pode conceder-nos vitórias ao longo das linhas das nossas maiores derrotas. Podemos transformar, pelo domínio próprio, o mau gênio; torná-lo gênio bom não importa na ausência de têmpera. Uma pessoa que saiba dominar o seu temperamento pode alcançar muito mais do que um indivíduo sem qualquer reserva de espírito.

2- IRREVERÊNCIA OU PROFANAÇÃO

O terceiro mandamento estabelece: *“Não tomarás o Nome do Senhor, teu Deus, em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o Seu Nome em vão”* (Êxodo 20.7).

O mandamento de Cristo acrescenta: *“Eu, porém, vos digo: De modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus; nem pela terra, por ser estrado de Seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar vem do maligno”* (Mateus 5.34-37).

Na qualidade de capelão das Forças de Além-Mar, posso dizer simplesmente que, para mim, a irreverência foi provação mais dolorosa do que qualquer terror de guerra. A profanação inclui a vulgaridade, a luxúria, o sacrilégio e a blasfêmia, além de certa mistura horrível dos quatro. O pecado mais incidente era tomar em vão o Nome do Senhor. Os homens costumavam dizer-me aquelas palavras que nada significavam para eles, pois que, nem mesmo estavam pensando em Deus quando mencionavam o Seu Nome. Entretanto, o Senhor não os tinha na conta de inocentes, por tomarem o Seu Nome em vão.

Verifiquei que os homens juravam, ou para aborrecer o seu semelhante, por serem vis, ou para esconder qualquer ato menos digno. Sua irreverência revelava falta de educação e de caráter. Aviltava ao respeito próprio, rebaixava as coisas mais elevadas e corrompia a personalidade toda. Causava desgosto às pessoas de bons sentimentos, provocava o desdém, contaminava a atmosfera, dava mau exemplo e desclassificava os homens diante da sociedade decente. Pior do que tudo: ofendia a Deus.

Regressando à vida civil, descobri que muitos dos homens que não mais viviam em ambiente em que prevalece a linguagem tola, descambavam para a linguagem grosseira e o juramento falso, o juramento com restrição mental. Infelizmente, grande número de cristãos professos adotou o mesmo vocabulário tolo e sutil de juramento simulado e de trocadilhos dúbios ou ambíguos.

Escusar-se um cristão, declarando que nada tem em mente ao proferir tais trocadilhos ou impressões é assemelhar-se ao proceder dos profanos. Fere-nos os ouvidos ouvir cristãos professos, sem exclusão dos próprios líderes, usarem palavras que têm origem escusa na vulgaridade e na luxúria. Ouvem-se mesmo senhoras idosas e de distinção usarem expressões que, em sua forma original, lhes roubariam a voz, de estarecimento.

O melhor meio de evitar o uso de linguagem de sentido profano é evitarem-se palavras extravagantes. O cristão obediente a Cristo procura evitar a própria aparência do mal. A experiência tem demonstrado que, um neo-convertido pode eliminar os juramentos do seu vocabulário; da mesma forma, o homem espiritual pode eliminar a linguagem pesada e as palavras profanas.

Façamos com que as pessoa inclinadas a zombar daqueles que procuram condenar as palavras em moda se recordem de que Cristo mesmo ensinou que toda linguagem que não seja simples é produto do mal.

Tiago, o irmão do Senhor, ensinou que o homem que domina a sua própria língua pode dominar toda a sua personalidade. Proponha-se, pois, ao escarnecedor que procure eliminar de sua linguagem, por um mês, tudo o que seja duvidoso. Se não conseguir fazê-lo, é que já está sob o domínio do mau hábito. Se o conseguir, entretanto, verificará que esse hábito é desnecessário.

“Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe; e sim unicamente a que for boa para edificação, conforme a necessidade, e, assim, transmita graça aos que ouvem. E não entristeçais o Espírito de Deus” (Efésios 4.29-30).

3- MENTIRA

Não creio que qualquer coisa esteja mais claramente condenada nas Escrituras do que a mentira. Jesus Cristo assim caracteriza o Diabo, como mentiroso: *“Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira”* (João 8.44).

O livro de Gênesis atribui a queda do homem à mentira e ao engano da serpente, e o livro do Apocalipse prediz que todos os mentirosos terão a sua parte no lago de fogo e na segunda morte.

Os dez mandamentos condenam o falso testemunho e Deus ordenou a Moisés e aos filhos de Israel diretamente: *“Não furtareis, nem mentireis, nem usareis de falsidade cada um com o seu próximo”* (Levítico 19.11). O apóstolo Paulo endossa o mesmo ensino em Colossenses 3.9: *“Não mintais uns aos outros”* e *“por isso, deixando a mentira, fale cada um a verdade com o seu próximo”* (Efésios 4.25).

Os Salmos condenam a mentira, bem como os Provérbios. Os profetas fizeram advertências contra esse pecado e bem assim os apóstolos. As referências contra a mentira, na Bíblia, são numerosas demais para serem comentadas. Indubitavelmente, a mentira é pecado muito sério.

Entre o povo mundano, a mentira não é, entretanto, condenada. Vemos como uns contam aos outros, sem corarem ou se envergonharem, como mentiram para alcançarem os seus fins, contanto que nenhum outro ponto de honra tenha sido ofendido, o ouvinte não se sente molestado com essa jactância.

Por outra parte, somente cristãos muito fracos admitirão a mentira, sem que o sangue lhes suba à face. A consciência é ofendida direta e positivamente pela mentira. A maioria envidará esforços para não mentir, mas, em circunstâncias embaraçosas, muitos não hesitarão em mentir, para saírem de uma dificuldade, considerando isto o menor mal; menor, na opinião deles, do que as consequências de admissão da verdade.

Cristãos mais fervorosos evitarão, entretanto, a mentira, bem como aos que a praticam, desconfiando deles. Alguns dos cristãos mais espirituais são tentados a usar termos ambíguos, a fazer exageros, ou subestimar os fatos, ou, por formas semelhantes, dar impressões errôneas. Toda essa falta de verdade é mentira.

Charles Grandison Finney, que aplicou sua mente esclarecida e de trato legal à obra de evangelização, deu o seu parecer a este respeito, em palavras candentes:

“Compreenda agora o que é mentira. É qualquer espécie de engano propositado. Se o engano não é intencional, não é mentira. Mas se há o propósito de dar impressão contrária à verdade nua e crua, você está mentindo. Faça uma relação de todos os fatos dos quais possa recordar-

se e não lhes dê nomes agradáveis. Deus lhes chama Mentiras, e culpa a você de estar Mentindo; será melhor você culpar-se corretamente.

“Quão inumeráveis são as falsidades perpetradas diariamente, por motivos egoístas, nos negócios e na vida social, por palavras, pelo olhar e pelas ações cometidas com o desígnio de causar nos outros impressão contrária à verdade”.

A mentira, para minha mente, é uma forma calculada no engano. É possível dizer-se o que é verdadeiro e, contudo, causar impressão falsa. Por exemplo, um evangelista americano foi visitar-nos na Universidade de Oxford, a milhares de quilômetros de distância de sua casa.

Qualquer pessoa em Oxford poderia vê-lo passeando ao redor da Universidade com uma loira. Fazer-se esta afirmação, sem acrescentar imediatamente que era sua esposa aquela senhora loira que estava com ele será incorrer na culpa de mentira. A supressão de partes pertinentes à verdade pode redundar em mentira.

Por outro lado, dizer-se o que não é verdadeiro pode não constituir necessariamente mentira. No momento em que estou escrevendo estas linhas, eu estaria pronto a dizer a qualquer um que me inter- pelasse sobre onde está meu irmão, que ele está em Londres.

Um chamado telefônico interurbano poderia provar que eu estava enganado. Mas, enquanto eu disser aquilo que creio ser verdadeiro, eu estou inocente de mentira. Em certas circunstâncias, porém, descobrindo alguém que fez uma afirmação que não é verdadeira, impõe-se-lhe que corrija a impressão errada que causou.

Lábios mentirosos são abominação ao Senhor. E a pior forma de mentira é a que envolve as coisas espirituais. Foi Satanás que encheu o coração de Ananias para mentir ao Espírito Santo. O fato de Ananias não haver compreendido que ele estava mentindo a Deus não o absolveu do pecado.

4- CRÍTICA

A palavra “crítica” é definida ou como “o ato de criticar, especialmente de modo desfavorável” ou “a arte de julgar com conhecimento e propriedade”. Esta é virtude e aquela, vício, o qual nos propomos considerar aqui, porquanto não é outra coisa senão o pecado da malícia, condenado pelo apóstolo, para o qual os cristãos usam uma palavra mais suave: crítica.

Há grande diferença entre a crítica construtiva e a crítica destrutiva. Uma esposa dedicada criticará o seu marido, sem que qualquer pensamento contrário ao amor surja em sua mente. Um pai amorável critica seu filho sem que cesse a sua afeição por ele. Mães

extremosas usarão da crítica, da mesma forma, sempre com o propósito de ajudar e não de machucar. Mas a raiz da crítica sem bondade é egoísta, egoísmo que cresce sobre a depreciação dos outros, sendo, portanto, totalmente negativo.

Há alguns anos, na Nova Zelândia, recebi uma carta de um líder cristão do Canadá, o qual me pedia desculpas por me haver criticado tão severamente ao ponto de fazer que muitos não fossem me ouvir pregar no Massey Hall, de Toronto. Eram quatro páginas de escusas sinceras e somente as últimas linhas me deram o fio de meada sobre a natureza da crítica feita. Naqueles dias, tendo eu apenas vinte e três anos de idade, deixei crescer o bigode, para esconder a minha falta de maturidade.

O irmão de Toronto julgou que um jovem que se portava por esta forma não podia viver muito perto do Senhor! Nada obstante, escrevi-lhe uma carta de perdão imediatamente, mas ri-me a valer por muitos dias, por causa da ninharia da crítica.

Entretanto, fez-se luz em minha mente, de modo súbito, quando compreendi que a razão de fato decisiva da crítica não era o bigode em si, por mais ostensivo que fosse: era a falta de amor para com um irmão empenhado no serviço de Cristo. Jamais me esqueci da lição.

A falta de amor para com um irmão é a raiz de toda a crítica destrutiva e das divisões nas comunidades cristãs. Não criticamos as pessoas que nos são caras, incluindo a nós mesmos, e não permitimos que elas sejam criticadas. E, procedendo desta forma, demonstramos a nossa falência no amor de Cristo.

Em se tratando de crítica construtiva, aquele que se propõe empreendê-la deverá fazer a si mesmo várias perguntas, antes de iniciar a sua crítica: 1ª) “Estou disposto a submeter o meu procedimento a um exame igualmente severo?; 2ª) “É o amor sincero para com a pessoa criticada o motivo da crítica, ao lado do respeito para com o Nome do Senhor?; 3) “Tem a crítica por objetivo corrigir a falta ou apenas desabafar a minha irritação?” A crítica que não vencer estas três provas fará mais mal do que bem.

Da mesma forma, quando um cristão sente o dever de expressar a sua opinião sobre o proceder de outro cristão, ele deve responder, primeiramente, não só à primeira e à segunda perguntas acima como também às seguintes: “Estaria eu disposto a fazer a crítica à própria pessoa criticada?” ou “Já procurei corrigir as faltas do meu irmão?”

As palavras do Senhor são claras: *“Não julgueis para que não sejais julgados. Pois, com o critério com que julgardes, sereis julgados; e, com a medida com que tiverdes medido, vos medirão também. Por que vês tu o argueiro no olho do teu irmão, porém não reparas na trave que está no teu próprio? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu*

olho, quando tens a trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho e, então, verás claramente para tirar o argueiro do olho do teu irmão” (Mateus 7.1-5).

Essa advertência não significa que devemos ser tolerantes para com o mal, e, sim, que devemos sempre sondar primeiro os erros em nossa própria vida. O apóstolo Paulo preveniu os cristãos de Corinto que não se associassem com qualquer pessoa que se apresentasse como cristã, mas desonrasse o Nome de Cristo. Ele pergunta: “*Não julgais vós os de dentro [da igreja]?*” (1ª Coríntios 5.12).

O mesmo apóstolo adverte os crentes não somente a que ponham de parte toda malícia, mas aponta a calúnia (Efésios 4.31). Na lei, a calúnia proferida não precisa ser, necessariamente, alguma coisa de todo falsa, mas, uma proposição verdadeira, maliciosamente proferida, com o objetivo de ferir a reputação de alguém. Na carta aos Colossenses (3.8), a maledicência e a calúnia são novamente condenadas.

Com referência à confissão de crítica impiedosa, com o devido reparo do mal, a pessoa culpada precisa ter tacto, bem como franqueza. Se um crente faz uma afirmação ofensiva sobre outro cristão a uma terceira pessoa, esta deve ser informada de que a declarativa feita era falsa ou maliciosa. A pessoa ofendida poderá não ter tido conhecimento da crítica, e nesse caso nem sempre é necessário confessar-lhe os pormenores, pois que poderá ferir-lhe, desnecessariamente, os sentimentos – somente o espírito de crítica lhe deve ser confessado, nesse caso.

Da mesma forma, ao fazer confissão pública do espírito de crítica, é necessário haver muita cautela, a fim de não dar maior curso à maledicência proferida.

Compete a todo cristão culpado, orar primeiro, a fim de lhe ser dada sabedoria no reparo do mal que causou.

5- LEVIANDADE

Na carta aos Efésios (5.4), o apóstolo Paulo previne os seus leitores contra a leviandade, que é definida como conversação torpe e inconveniente, chocarrice e palavras vãs. Baseado o original grego, Robertson faz distinção entre a *habilidade de resposta engenhosa* e a *obscenidade*. É útil fazer-se esta distinção, que envolve toda a diferença que há entre o bom humor e o gracejo tolo.

O bispo Taylor Smith costumava orar: “Concede-nos, Senhor, a graça salvadora do senso de bom humor!” O bom humor é uma graça salvadora porquanto promana de um senso correto de perspectiva. As pessoas que têm sentimento de bom humor nunca são arrogantes, ou orgulhosas, ou maldosas. Mais frequentemente depreciam-se a si

mesmas do que aos outros. O bom humor é o sal que nos auxilia a mastigar o alimento duro da vida. O bom humor leva conforto a outras pessoas em dificuldade.

A chocarrice, ou o gracejo tolo, por outra parte, é sempre inconveniente. Consiste em fazer graça ou troça à custa de outras pessoas. É geralmente vulgar e é inimiga da conversação séria. Nada realiza e deve ser evitada em todas as circunstâncias. O bom humor pode exercer influência benéfica numa reunião cristã ou numa concentração da juventude; o gracejo tolo põe a reunião em debandada.

6- MURMURAÇÃO

Quase toda igreja tem um murmurador, para o qual nada está direito. Ele murmura de todas as coisas abaixo do sol. É o desespero dos seus amigos. A murmuração é um pecado da língua, um hábito que trai uma condição espiritual.

O cristão cheio de amor, regozijo e paz, não murmura, mesmo que esteja sofrendo duras provações.

O murmurador está em rebelião, não contra circunstâncias adversas, mas contra Deus.

O apóstolo Paulo exortou os crentes de Filipos: *“Fazei tudo sem murmurações nem contendas”* (2.14). A primeira contenda na Igreja Cristã nasceu de murmurações (Atos 6.1). Esse mau empreendimento vem prosseguindo desde aquela data. A cura da murmuração é alcançada pela oração e pelo louvor, quando seguem juntos.

7- CONVERSAÇÃO TORPE

A conversação obscena é o inimigo mortal da espiritualidade. Essa conversação torpe é condenada na epístola aos Efésios (4.29; 5.3-4), mas, visto que faz parte de assunto mais amplo, da impureza de pensamento, de palavra e de ação, trataremos dela em outro capítulo deste livro.

.oOo.

PECADOS DE INCONTINÊNCIA

Não há outro pecado, mencionado nas Sagradas Escrituras que seja condenado com mais severidade do que o pecado da incontinência, em suas várias formas, porque nenhum outro pecado está mais disseminado do que o pecado contra a pureza. Parece que não há outro setor da vida humana em que a perversão tenha causado mais ruínas do que nas relações sexuais.

Quaisquer considerações sobre a impureza são recebidas com desagrado entre os cristãos. Se a falta de castidade levantasse a sua cabeça asquerosa somente entre os descrentes, esse tabu vitoriano teria seu sentido. Mas, qual o pastor, ou professor, ou evangelista, ou capelão que negue ser o pecado contra o sétimo mandamento uma grande ameaça para o crente, em sua vida cristã?

Entre a conjuração vitoriana, de silenciar sobre o assunto, e a moderna algazarra loquaz, o cristão tem um meio termo, já traçado para ele, e que consiste em ensinar os preceitos das Sagradas Escrituras, na linguagem e com a ênfase e o equilíbrio do Livro Sagrado.

1- CONSELHO GERAL

O apóstolo Paulo aconselha aos descuidados crentes de Corinto: *“Fugi da impureza. Qualquer outro pecado que uma pessoa cometer é fora do corpo; mas aquele que pratica a imoralidade peca contra o próprio corpo. Acaso não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo”* (1ª Coríntios 6.18-20).

Nessa passagem, a ideia principal na mente do apóstolo é que a imoralidade quebra os laços espirituais que prendem o Corpo a Cristo, de uma forma muito além do que acontece com os demais pecados. Essa imoralidade é capaz de contaminar o corpo com doenças horríveis e, pior que tudo, contaminar igualmente crianças que ainda não nasceram. A imoralidade é pecado fatal.

2- PENSAMENTO

Nos dias antediluvianos de corrupção, Deus viu que a imoralidade dos homens era grande sobre a terra e que toda imaginação dos pensamentos dos seus corações era má continuamente. A natureza

humana não foi mudada, pois, segundo o que o homem pensa em seu coração, assim ele é.

Nosso Senhor Jesus Cristo disse: *“Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura”* (Marcos 7.21-22).

Muitas das tentações da impureza são de origem visual. Foi assim com a mulher de Potifar, com Sansão, com o rei Davi. E o justo Jó viu-se constrangido a declarar: *“Fiz aliança com meus olhos; como, pois, os fixaria eu numa donzela?”* (Jó 31.1).

E o Mestre disse claramente: *“Eu, porém, vos digo: Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração, já adulterou com ela”* (Mateus 5.28). E o apóstolo Pedro denunciou os que têm *“olhos cheios de adultério e insaciáveis no pecado”* (2ª Pedro 2.14).

O cristão deve guardar os seus olhos e evitar situações que possam servir-lhe de tentação. Deverá principalmente, guardar a sua mente em tempos de afrouxamento moral, sabendo que é sempre perigoso admitir pensamentos de indulgência sexual. O solteiro evitará a indulgência mental, que poderá induzi-lo ao pecado contra a pureza e o casado se absterá de quaisquer pensamentos de relações fora do casamento, que poderão arrastá-lo ao pecado do adultério.

A pureza de pensamento é a primeira linha de defesa do cristão. Quem tem o pensamento puro dificilmente é tomado de surpresa pela tentação de um ato pecaminoso. *“Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz. Então, a cobiça, depois de haver concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte”* (Tiago 1.14-15).

3- PALAVRAS

A maioria dos cristãos evangélicos retrai-se, instintivamente, diante da conversa indecorosa e, se alimentam maus pensamentos no recôndito de suas mentes, não os expõem aos ouvidos críticos de outros cristãos. Contudo, na prática, muitos deles têm amigos íntimos, em cuja companhia abrandam as barreiras da conversa imprópria.

“Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe”, escreveu o apóstolo Paulo (Efésios 4.29; 5.4). A questão sexual deve ser tratada como assunto sagrado e jamais como diversão.

É aconselhável que se evite toda conversa ou comentário sobre escândalos, porquanto a própria análise desses fatos lamentáveis corrompe a imaginação. *“O que eles fazem em oculto, o só referir é vergonha”* (Efésios 5.12). Quantos capelães não dariam uma fortuna para esquecer o que foram obrigados a ouvir!

As moças crentes devem evitar conversas sobre sexo com os seus pretendentes; tais conversações, não raro, lhes ferem o respeito próprio. No mundo, os sedutores blasonam de sua tática em conduzir a conversa sobre assuntos fúteis para situações perigosas. Mesmo com homem que não tenha más intenções, uma discussão assaz franca sobre questões sexuais, com a sua namorada ou noiva, redundará em tentação.

Eu não aconselharia o estudo franco de assuntos íntimos entre noivos, senão na proximidade do casamento, posto que tenha por objetivo um planejamento criterioso da vida de casados.

Segundo os métodos de educação moderna, de coeducação, certa dose de discussões da função dos sexos, em termos científicos, é inevitável. O estudante cristão dará a discussão por encerrada, em classe, até onde diga respeito ao sexo oposto. As conversações impróprias são condenadas pelas Sagradas Escrituras e pelo conselho divino.

4- AÇÕES

A consequência natural de falta de disciplina do pensamento é a ação indisciplinada. Entre os adolescentes, e bem assim entre aqueles que continuam sendo adolescentes nas suas atitudes, os vícios secretos são lamentavelmente muito generalizados, problema que não tem sido encarado convenientemente entre os cristãos professos.

A tendência moderna é de desculpar os que têm hábitos assim nefastos, atribuindo-os a mera falta de maturidade. Os psiquiatras materialistas procuram remover o sentimento de culpa do viciado. Fazem-se comparações com os animais, citam-se estatísticas, mas não se consegue transformar o errado em certo.

Em 1937, na Inglaterra, eu dirigia um carro Armstrong-Siddeley, cujo motor de arranque era munido de um anel de cobre, o qual produzia um zunido muito agradável quando se comprimia o botão de arranque com o carro em movimento. Às vezes, a fim de eliminar a conversa com algum companheiro de viagem, eu comprimia o botão da buzina repetidas vezes para emitir sons alegres seguidos de duas notas metálicas, que eu obtinha comprimindo o botão de arranque. O que eu ignorava era que, assim procedendo, eu estava estragando o motor de arranque. O botão de partida foi feito para comprimir, eu diria. Mas um

mecânico mostrou-me que, ao fazê-lo com o carro em movimento, eu estava desgastando uma endentação de cobre contra peças de aço.

Da mesma forma, os órgãos de procriação foram destinados pelo Criador a serem usados sob as circunstâncias que lhes prescreveu, santificadas pelo casamento. Tudo uso indevido é *abuso*, e provoca danos físicos, mentais e espirituais, segundo aprendi nas instruções para os capelães.

O salmista orou a Deus para que o livrasse de “*faltas secretas*” e de “*pecados secretos*”. A luz divina é indispensável para libertar os pecadores do “que fazem nas trevas, cada um no secreto de sua imaginação”.

A condenação do pecado contra a pureza aparece em uma dúzia de livros da Bíblia, mas raras vezes é mencionada na pregação e no ensino evangélicos, por ser desagradável. Nas Sagradas escrituras o termo próprio para a designação do pecado contra a pureza é usado ao menos em três sentidos: *figuradamente*, para descrever a idolatria, que é considerada como infidelidade a Deus e comunicação com a maldade; *em sentido geral*, para descrever toda imoralidade, em virtude do que os tradutores modernos lhe dão esse sentido; e *particularmente*, para descrever relações sexuais ilícitas, por parte de uma pessoa solteira, que é o sentido moderno comum, nas definições de dicionário.

As Sagradas Escrituras são explícitas: “*Quanto ao que me escrevestes, é bom que o homem não toque em mulher; mas, por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa, e cada uma, o seu próprio marido. O marido conceda à esposa o que lhe é devido, e também, semelhantemente, a esposa, ao seu marido*” (1ª Coríntios 7.1-2).

Não há escusa alguma para qualquer indulgência sexual de pessoas solteiras. Os cristãos evangélicos têm consciência da pecaminosidade de tais atos. Contudo, muitos jovens enfrentam tentações, em consequência de constante corte, e procuram justificar a crescente intimidade, em face de seu amor genuíno e de suas intenções honestas. Isso é armadilha. “*Caso, porém, não se dominem, que se casem; porque é melhor casar do que viver abrasado*” (1ª Coríntios 7.9).

A resposta à corte em excesso é casamento. Não há nenhuma justificativa para relações eventuais ou para a prostituição; o único recurso é a abstenção total. O pecado da impureza sexual é crime diante de Deus.

Todo cristão deve saber disso. No entanto, conhecem-se cristãos nominais que admitem as relações ilícitas, contanto que se tomem as devidas precauções.

A Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios ensina claramente que os cristãos não podem associar-se com quem tenha quebrado o sétimo mandamento, não podendo nem mesmo assentar-se com ele à mesa.

O adultério é definido como intercuro sexual voluntário de um homem casado fora dos laços conjugais, ou de uma mulher casada com quem não seja o seu marido. Nas Escrituras, a palavra adultério designa relação sexual de um homem, casado ou solteiro, com a mulher de outro homem. Adultério, tanto nos dicionários como nas Sagradas Escrituras, significa o rompimento da integridade da família, a qual Deus estabeleceu como instituição sagrada na sociedade.

O sétimo mandamento proíbe categoricamente o adultério e a lei mosaica prescreve a penalidade de morte, tanto para o adúltero como para a adúltera. Jó o caracteriza como crime hediondo (Jó 31.11). Os profetas do Antigo Testamento condenaram o adultério e o Novo Testamento reitera essa condenação.

O casamento está de tal modo fundamentado no amor mútuo que o problema do adultério jamais deveria surgir para qualquer casal cristão.

Tanto o marido como a mulher devem fazer com que o amor mútuo seja firmado e mantido, em todas as formas, espiritual, física e mentalmente.

É fato extremamente deplorável que a maioria dos casamentos do povo cristão deixe de ser plenamente satisfatória, por não atender à necessária reciprocidade.

Se as sagradas relações, no seu aspecto físico, causam menos satisfação a um que ao outro, algo está errado. A ignorância de alguns cristãos sobre o assunto é deplorável. A solução para muitos problemas é simples.

Há ofensas mais sérias do que a quebra do sétimo mandamento, tanto por parte de solteiros como de casados. A mera meditação sobre a corrupção é corruptora. Os pecadores que levam a sua rebelião contra Deus ao ponto da promiscuidade são frequentemente tentados a ir além, em práticas contrárias à natureza humana, conforme se lê em Romanos 1.26-27.

Admitir que alguém que mencione o nome de Cristo caia na perversão é quase incrível; contudo, isso tem acontecido. O julgamento de Deus atingirá todos os que pecam dessa forma.

.oOo.

APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Nada há no Decálogo mais explícito do que o mandamento: “*Não furtarás*”. Nas Capelarias verificou-se que o mandamento contra o roubo era o mais apropriado para demonstrar que as Leis de Deus não são baseadas no capricho arbitrário de um Ser Supremo, que não tenha relação com o bem-estar da raça humana, cuja felicidade é da vontade de Deus. Era fácil demonstrar o caos que resultaria do completo abrogamento da lei contra a apropriação indébita.

Em tempos de operação especial do Espírito Santo, cristãos professos se apresentam imediatamente para confessar o pecado do furto. Só há uma coisa a fazer nessas circunstâncias: confessar o roubo à pessoa lesada e, se a restituição está além da capacidade do que cometeu o roubo, cumpre-lhe fiar-se na mercê daqueles que tenham sido lesados por ele.

Ouvi dizer que é supérfluo advertir os cristãos contra o roubo, visto que nenhum deles pode cometer esse pecado e continuar sendo cristão. Só há uma resposta a este argumento: tanto o apóstolo Paulo como o apóstolo Pedro preveniram os cristãos contra o roubo. Disse o primeiro: “*Aquele que furtava não furte mais; antes, trabalhe, fazendo com as próprias mãos o que é bom, para que tenha com que acudir ao necessitado*” (Efésios 4.28). E o último instou para que nenhum crente padecesse como ladrão (1ª Pedro 4.15).

Da mesma forma que no caso da mentira, os cristãos têm a consciência bastante sensível para preveni-los contra o roubo direto, mas, frequentemente, admitem a prática de certos atos que não consideram roubo. Tiram às escondidas pequenos objetos e se apoderam, sem permissão, do que consideram sem grande importância. O apóstolo Paulo adverte os servos ou empregados cristãos que não furtem; pelo contrário, que deem prova de toda fidelidade (Tito 2.10).

Observou-se durante o despertamento religioso da Irlanda do Norte, em 1920, que muitos dos trabalhadores dos estaleiros se sentiram culpados do pecado de furtar ferramentas e começaram a devolvê-las. Eram tantas, que a direção dos estaleiros afixou avisos, dando perdão a todos os faltosos, mas pedindo-lhes que mantivessem as ferramentas roubadas com eles, visto que os depósitos de ferramentas ficaram repentinamente entulhados!

Um estudante de certo colégio no Noroeste do Pacífico falou comigo sobre se era pecado praticar pequenos furtos. Fiz-lhe algumas perguntas e verifiquei que ele havia “subtraído” um barco a motor, de considerável tamanho!

Às vezes, encontro cristãos que se sentem “meio culpados” do furto de pequenas coisas, como selos do correio e chamadas telefônicas, que são debitados à firma em que trabalham. Há uma forma, aliás muito simples, para saber se isto significa furto: Se o empregador estabeleceu que os seus empregados têm o direito de usar livremente selos e fazer chamadas telefônicas, os crentes devem, por todas as formas, tirar a maior vantagem possível dessa generosidade.

Furto é furto e roubo é roubo; não importa como queiramos raciociná-lo. Nas campanhas de reavivamento, eu tenho sido procurado por cristãos professos que se confessam culpados do roubo de pequenas importâncias, dos seus patrões, e, em cada caso, a escusa foi que o empregador não lhes estava pagando ordenado suficiente. É desculpa esfarrapada, pois o empregador tem de ser o juiz dessa questão e, se ele realmente defrauda o seu empregado de seu justo salário, este deve apelar para a lei e não para a justiça particular!

Tenho recebido consultas sobre casos hipotéticos de roubo, sob condições de extrema necessidade, tais como de um lavrador, com uma perna fraturada, prestes a sucumbir de fome, que se arrastou até um empório bem sortido de gêneros alimentícios, cujo proprietário estava ausente. Eu não teria, em tais circunstâncias, constrangimento em pôr imediatamente em função o princípio estabelecido em Deuteronômio 23.24, prontificando-me a reparar o prejuízo na primeira oportunidade. Desconfio, contudo, de que pessoas por essas formas interessadas em tais casos hipotéticos estejam muitas vezes mais preocupadas em acalmar a sua consciência, em face de qualquer outra apropriação indébita mais complicada.

As Escrituras Sagradas são explícitas com referência ao pecado de apropriação indébita por parte do empregado. São igualmente explícitas contra o pecado do empregador que defraude os que estejam a seu serviço.

Os primeiros seis versículos de Tiago capítulo 5 constituem um libelo contra a injustiça social e é mais forte do que podemos encontrar em qualquer outra literatura. É pecado um empregador deixar de pagar a um homem assalariado o salário condigno e suficiente (Malaquias 3.5), ou retê-lo fraudulentamente (Tiago 5.4), ou retardar o seu pagamento (Deuteronômio 24.15), ou valer-se dos serviços do seu próximo sem a devida remuneração (Jeremias 22.13), ou deixar de tomar em consideração justas reclamações de empregados (Jó 31.13).

Eu gostaria de poder dizer que tais injustiças não são praticadas entre os empregadores evangélicos. Contudo, têm havido empregadores cristãos, em todos os tempos, com verdadeira paixão pela Justiça Social.

A Justiça Social foi também a paixão de seis humildes operários, conhecidos na história do trabalhismo como os Mártires de Tolpuddle, levados aos campos de condenados da Austrália, porque formaram uma associação operária com o objetivo de opor-se a um acordo feito entre os empregadores de reterem semanalmente sete xelines do ordenado de cada trabalhador. Cinco desses pioneiros da Justiça Social eram pregadores leigos e o sexto foi convertido graças ao exemplo daqueles entre as classes operárias.

Lord Shaftesbury, aristocrata e cristão, foi o maior reformador social da Inglaterra. Keir Hardie, mineiro cristão, convertido pela instrumentalidade de Moody, foi o maior advogado dos direitos do trabalho na Grã-Bretanha, com o seu primeiro panfleto sobre Provérbios 30.8, intitulado: *Pode um homem ser cristão com uma libra por semana?*

O roubo pode manifestar-se em questões de dívidas por pagar e o cristão tem o dever de restituir o dinheiro que lhe tenha sido emprestado, pois é coisa condenada tomar emprestado e não pagar a dívida (Salmo 37.21).

O emprego de dinheiro em negócios deveria ser diferente do empréstimo comum, porquanto o financiador concorda em que seu dinheiro seja empregado em um negócio sujeito a surpresas. O negociante cristão procurará devolver ao financiador tanto o capital quanto os juros, mas há circunstâncias em que qualquer fracasso no negócio deve ser sofrido solidariamente por todos que esperavam alcançar algum lucro do mesmo.

Depreendemos das Sagradas Escrituras que nenhuma dívida deve ser repudiada (2º Reis 4.7). O apóstolo Paulo adverte os cristãos: “*A ninguém fiqueis devendo coisa alguma*” (Romanos 13.8). Em face da prática moderna de vendas a crédito, deve ser observado que o débito que as Sagradas Escrituras condenam é a negligência em efetuar os pagamentos nas datas estabelecidas. Se alguém empresta a um amigo certa soma de dinheiro por um ano, ou até certa data, ou circunstância em que o pagamento deve ser efetuado, o devedor não é culpado de nenhuma falta até a data do vencimento.

Na América do Norte, grande parte da população adquire seus bens pelo sistema de prestações mensais. O comprador faz contrato e, desde que efetue os seus pagamentos pontualmente, cumpre as condições estabelecidas. É certamente falta de bom senso comprar alguém mais do que lhe permitem as suas posses. Contudo, em casos de dificuldades imprevistas, o comprador pode agir de sã consciência devolvendo os objetos adquiridos cuja preservação é geralmente garantida por um seguro.

Certa vez, eu falava em um colégio de Londres quando certo irlandês, de grande estatura, se pôs de pé e perguntou: “O senhor quer dizer que alguém tem de pagar todas as dívidas contraídas antes de sua conversão?” Tendo em mente o princípio envolvido no caso de Zaqueu, eu lhe respondi afirmativamente. “Então”, disse ele com visível desapontamento, “eu teria de trabalhar desde agora até ao milênio e durante o milênio!” Não desejando roubar-lhe o ensejo de trabalhar um pouco para o Senhor durante este longo período de tempo, perguntei-lhe qual era a natureza de suas dívidas. “São dívidas de jogo”, respondeu-me. Ele cobrou ânimo quando lhe dei a minha opinião de que dívidas provenientes do jogo são ilegais e sem obrigação moral. Qualquer pessoa, com dúvidas sobre isto, deverá refletir em que a primeira coisa que um agente de jogo faz é obrigar, mesmo pela violência, os devedores a assinarem um documento falso, com aparente caráter de transação comercial, para garantir-se.

As Escrituras são também muito claras com respeito à lisura de negócios. *“Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o Seu prazer”* (Provérbios 11.1). O negociante cristão não pode iludir os seus fregueses quanto à qualidade dos artigos que vende (Provérbios 21.6). E, de acordo com Deuteronômio 25.13-16, pesos falsos são abomináveis ao Senhor.

Há, ainda a questão das nossas obrigações para com as autoridades, sobre o que Paulo escreveu aos cristãos em Roma: *“Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por Ele instituídas. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra”* (Romanos 13.1, 6-7).

É digno de nota que todo grande e real avivamento religioso canaliza para os cofres públicos muito “dinheiro de consciência” sonogado, cuja culpa foi sentida graças à pregação da Palavra e à operação do Espírito Santo.

Não podemos deixar de concluir que um cristão que tenha gozado do uso ou da posse ilegal do dinheiro de terceiros, ou de sua propriedade, não pode gozar da bênção divina, enquanto perdurar este estado. O direito legal da propriedade é ordenado por Deus e a sua transgressão é *ofensa contra Ele*. Há, contudo, uma ofensa mais direta a Deus, nas palavras de Malaquias: *“Roubará o homem a Deus? Todavia, vós Me roubais e dizeis: Em que Te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a Mim Me roubais, vós, a nação toda. Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja*

mantimento na Minha casa; e provai-Me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se Eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênçãos em medida” (Malaquias 3.8-10).

.oOo.

8

PECADOS DO ESPÍRITO

Há cristãos que estremecem quando se lhes diz que os pecados do espírito constituem obstáculo maior para o reavivamento religioso do que os pecados da carne. Esse contraste pode ser observado na atitude do Senhor, duplamente branda para com a mulher surpreendida em adultério, e três vezes mais severa para com o orgulho dos fariseus. Isto não quer dizer que o adultério seja pecado menor do que o orgulho, e, sim, que é mais difícil ajudar a alguém que se entrega ao orgulho do que a alguém que quebra o sétimo mandamento.

“Deus resiste aos soberbos, contudo, aos humildes concede a Sua graça” (1ª Pedro 5.5). O primeiro pecado de Satanás, o ser angélico criado com perfeição, foi o orgulho. (Comparar Ezequiel 28.15 em diante com Isaías 14.12 em diante). O seu *ego* inchado com soberba sacrílega firmou-se em desafio a Deus, asseverando cinco vezes: “Eu quero... eu quero... eu quero... eu quero...!”

O coração do orgulhoso é o egoísmo; ele faz de sua pessoa o centro de todas as suas cogitações. O homem só preocupado consigo mesmo é realmente excêntrico e entra em choque com tudo que se move. O homem humilde faz de Deus o centro de suas aspirações e, por essa forma, tem a sua órbita na devida relação com as órbitas de todos os homens, também postos em Deus.

O orgulho é uma estimativa exagerada do próprio indivíduo, com relação aos seus talentos, realizações, méritos ou posição. O homem humilde não deixa de ter consciência do valor dos talentos, das realizações, dos méritos ou da posição, mas os atribui a Deus e os submete ao propósito divino.

A vaidade é orgulho vazio, ou errado, de alcance imaginário, juntamente com o desejo de aparecer, de receber a aprovação ou o elogio, mas busca em primeiro lugar o testemunho, a aprovação e o

elogio de Deus. Ele aborrece o elogio dos homens quando em conflito com a aprovação divina.

A presunção é vaidade acrescida de orgulho e é tão soberba que medra à custa de depreciação de terceiros.

Há outro tipo de orgulho, orgulho invertido, tão comum na América e na Europa, no qual a pessoa se orgulha de não parecer orgulhosa. Assume uma depreciação própria, intencional, com o objetivo de alcançar a aprovação dos circunstantes. Isto é tão deplorável quanto a jactância. É, de fato, humildade hipócrita.

Conheci um homem na Universidade de Oxford que expressava o seu orgulho declarando que ele tinha tantas razões quantas qualquer americano de ser orgulhoso, mas se abstinha da jactância. Um homem humilde não mantém o seu orgulho amarrado e amordaçado, mas procura arejá-lo secretamente: ele se esforça por crucificar o seu orgulho.

A hipocrisia é pecado espiritual que sofreu a mais forte condenação de Cristo. Ele não teve muita paciência com os fariseus, dizendo-lhes: *“Exteriormente pareceis justos aos homens, mas, por dentro, estais cheios de hipocrisia e de iniquidade”* (Mateus 23.28). A hipocrisia não é outra coisa senão uma pretensão, aparentando o que não corresponde à verdade. Os fariseus estavam preocupados com as minúcias da Lei, mas negligenciavam as grandes coisas, como a justiça, a misericórdia e a fé. Qualquer cristão que simula disposições espirituais que não correspondem à sua vida é hipócrita.

A falta da prática de oração é outro pecado de omissão. É uma espécie de paralisia rastejante, que começa pela negligência da oração e termina pela sua omissão total, e a falta de oração é a raiz do pecado. Pela negligência da oração, o cristão se torna presa fácil de uma centena de vícios. Toda sorte de répteis rasteja debaixo da pesada pedra da negligência, a qual, uma vez removida, faz com que eles, ao calor da comunhão com Deus, se dispersem imediatamente. Pela negligência na oração, o crente a si mesmo se rouba do conselho de Deus, apaga o Espírito Santo e estorva o seu crescimento espiritual em Cristo.

É-lhe mas fácil endurecer o coração contra seu irmão e o seu vizinho, enquanto deixa de orar. O único remédio para a falta de oração é a oração. Essa oração deve começar pela confissão do pecado de desinteresse pela oração. Se a alma ainda encontrar dificuldade em orar, deve louvar a Deus pelos muitos e maravilhosos favores recebidos. Se o louvor não lhe soltar a língua, deve então confessar o seu pecado de ingratidão.

Ao confessar a falta de interesse na oração, o crente deve lembrar que deixar de cumprir promessa de intercessão por outras pessoas também é pecado. Samuel, o profeta, orou: *“Não permita Deus que eu*

peque contra o Senhor, deixando de interceder por ti". Todo cristão deve ser particularmente zeloso no cumprimento de suas promessas de interceder pela obra missionária.

É impossível a um cristão prescrever um programa de oração para outro cristão. É-lhe mesmo impossível prescrever um programa de oração para si mesmo. Oração é devoção a Deus. Da mesma forma que um marido afetuoso não estabelece para si mesmo: "Eu devo reservar quinze minutos diariamente para dizer palavras afáveis a minha esposa!", assim também um cristão não pode programar o seu tempo de comunhão com Deus. O esposo amoroso dá todo o tempo que pode à esposa e o cristão fiel volta os seus sentimentos a Deus em todo momento que lhe é possível. Há uma canção nativa que diz: "Toda vez que eu sentir a ação do Espírito no coração estarei em oração".

O melhor plano de oração é o do salmista, que orava toda manhã, ao meio-dia e à noite. A hora de irmos para a cama não é a melhor hora de oração. A melhor hora é antes de enfrentarmos as responsabilidades da manhã, da tarde e da noite.

Mas, além do hábito regular de oração, o crente deve estar pronto a voltar-se para Deus sempre que tiver de tomar uma decisão, estabelecer algum contacto em favor de Cristo ou resistir a qualquer tentação. De fato, todo momento que se possa aproveitar para estabelecer contacto com Deus deve ser consagrado à oração.

A leitura devocional é igualmente negligenciada por muitos cristãos. É frequentemente melhor começarmos pela leitura da Palavra de Deus do que pela oração. É mais importante que o Espírito Santo tenha oportunidade de falar-nos, através da Palavra, do que nós nos desfazermos de nossas expressões habituais. O Senhor pode cuidar de nós independentemente do que Lhe digamos, mas não podemos obedecer-Lhe a voz sem ouvi-la.

O estudo da Bíblia não deve constituir obrigação devocional. As leituras necessárias ao preparo de um sermão, de uma conferência ou de uma palestra devem ser consideradas como parte dessa obrigação, e não tidas como leitura devocional, necessária à alimentação de nossa própria alma. A leitura de matéria doutrinal, na qual tenhamos as nossas predileções, deve ser evitada na hora tranquila.

A negligência da leitura em família é tentação comum aos cristãos. A vida está tão cheia de preocupações que as oportunidades para a oração conjunta, em família, são poucas. A família que ora unida se mantém unida.

A negligência do testemunho, que melhor poderia ser chamada de covardia ou indiferença, é outro pecado que assedia os cristãos; estes, com entonação especial de voz, falam sobre a necessidade de testemunho, mas raras vezes o confirmam em suas vidas.

Eventualmente, socorrem as pessoas em perigo, entoando versículos de estímulo, de hinos de esperança, mas não põem os seus sentimentos em prática, na vida real quando saem do Templo.

Os cristãos acham mais fácil falar sobre o tempo, os negócios, a família, a política, o esporte e sobre tudo mais, do que sobre o próprio Cristo. Isso é pecado.

A falta de amor é a causa da negligência na oração, na leitura devocional, na conquista de almas. A falta de amor é o maior pecado de todos, porque o próprio Cristo nos ensinou que o primeiro e grande mandamento é: *“Amarás, pois, o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força”* (Marcos 12.30). A transgressão do primeiro e grande mandamento constitui o primeiro e grande pecado. A incredulidade é o pecado final. O cristão pode arrepender-se do seu orgulho, hipocrisia, falta de oração, negligência na leitura, covardia e falta de amor, mas, se é incrédulo e de coração duro, o Senhor nada por fazer por ele. Cristo foi impedido de realizar muitas obras de poder na Galileia por causa da negligência de seus concidadãos. O escritor da carta aos Hebreus menciona a incredulidade como o início da apostasia, quando nos adverte: *“Tende cuidado, irmãos, jamais aconteça haver em qualquer de vós perverso coração de incredulidade que vos afaste do Deus vivo”* (3.12).

A nossa salvação é pela fé. Pela fé alcançamos todas as bênçãos subsequentes, quer seja de arrependimento, de confissão, de perdão, de purificação, de vitória, de submissão, de plena posse do Espírito, de chamado ou de serviço. É pela fé que andamos e a incredulidade é o afastamento do caminho da fé. Quer exista como uma pequena inquietação, ou como uma dúvida ocasional, ou como infidelidade continuada, não é da fé, e tudo que não provém da fé é pecado (Romanos 14.23).

É impossível exagerar a importância da fé na própria Palavra de Deus. Aos sentimentos segue-se a fé, à fé seguem-se os fatos e os fatos estão contidos na Palavra de Deus.

.oOo.

Na sala de consultas de uma campanha de evangelização, ouvi recentemente zeloso obreiro evangélico dizer a certo homem não convertido que os seus pecados poderiam ser perdoados e purificados se ele somente os confessasse.

O obreiro assegurou-lhe que as Escrituras diziam isto em 1ª João 1.9: “*Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça*”.

Essa é uma aplicação errada, muito comum, de uma promessa familiar, aos crentes. Ninguém pode prometer a uma pessoa não regenerada a purificação do pecado, por meio da confissão. Ninguém tem o direito de dizer a um salteador que, se ele fizer uma publicação de página inteira no jornal mais lido da cidade, confessando os seus pecados contra a sociedade, receberá, por isso, o perdão e a purificação de Deus. Deus requer do homem não convertido que se arrependa, que se converta e que receba o Senhor Jesus Cristo como seu Salvador pessoal.

O verbo *purificar* (*katharsis*) em suas várias formas, é traduzido por *limpar, lavar, podar, purgar* ou *purificar* em o Novo Testamento, significando tanto a purificação física, médica, legal, cerimonial ou espiritual.

É fato surpreendente que o objeto da purificação espiritual são sempre crentes em Cristo. A doutrina de *katharsis* é a doutrina da purificação dos santos e não a justificação dos pecadores. É bem verdade que o pecador arrependido, pela aceitação de Cristo, é justificado e então ele goza a primeira purificação do sangue de Cristo, pela Palavra de Deus. Mas nenhum homem não justificado pode ser purificado. A purificação é para o cristão.

A conversação de Cristo com Pedro (João 13.3-11) demonstra que os discípulos já haviam sido lavados (completamente purificados e limpos) pela Palavra, contudo, ainda precisavam de lavar os pés. A purificação pelo sangue de Cristo é contínua, tanto linear como pontilhar, como demonstra o tempo no grego, usado em 1ª João 1.7. Não só a purificação *inicial* como também a purificação periódica é para os cristãos.

Há uma diferença entre o perdão e a purificação. Até aqui sempre tomei a promessa em 1ª João 1.9, “*Ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça*”, como duas maneiras de descrever a mesma bênção. Acabei, entretanto, por compreender que nesse texto nos são prometidas duas coisas diferentes. O que é perdoar são “pecados”, atos pecaminosos, pecados específicos; o que é purificado é a personalidade toda, purificada de *toda* injustiça.

O meu filhinho Davi foi advertido a não brincar em uma tentadora poça de lama. Ele desobedeceu. E, para o seu espanto, descobriu que a evidência lamacenta da sua desobediência estava escrita sobre toda a sua face, mãos, joelhos e roupa. Temendo o justo castigo, ele ficou fora, até tarde, até que o receio das trevas e a fome insuportável o impeliram para dentro de casa. A essa hora, nós nos sentimos tão aliviados por vê-lo entrar que prontamente lhe perdoamos a falta. Mas, tão pronto foi perdoado, a sua mãe levou-o para o banheiro, tirou-lhe a roupa suja, removeu-lhe o grosso da lama no rosto, mãos e joelhos e, finalmente, meteu-o na banheira para um banho completo. Assim, ele foi para a cama, não somente perdoado de sua desobediência e alimentado, mas limpo como um objeto novo em folha.

Jamais pude esquecer-me do testemunho de certa senhora, em uma Escola de Minnesota, logo depois que os alunos foram movidos a obter perdão. “Desejo agradecer a Deus”, disse ela, “por amar-me o suficiente para desejar purificar-me de todas as mazelas nas quais estive metida”. É uma experiência típica dos reavivamentos em Escolas. O sofrimento amargo da reconciliação é seguido sempre de um período de purificação, tão evidente aos próprios estudantes que toda a Escola é invadida por um louvor contagioso.

Não é suficiente pregar a Palavra até que os cristãos se convençam de seu pecado, o confessem e sejam perdoados. Devem ser movidos a aceitar, pela fé, a purificação geral da personalidade, que Deus opera prazerosamente, após a confissão humilde de algum pecado específico.

No Antigo Testamento, há uma história que ilustra a diferença entre perdão e purificação. O Salmo 51 foi escrito depois que Davi, homem de Deus, cometera grave pecado. Natã, o profeta, acusou o rei de pecado e Davi admitiu prontamente a sua culpa, dizendo: “*Pequei contra o Senhor!*”. Em vista disso, Natã declarou a Davi que o Senhor pôs de parte o seu pecado e seu crime estava perdoado.

Creu Davi na promessa de Deus anunciada pelo profeta Natã? Continuou ele clamando que Deus lhe perdoasse o crime de morte e pecado de adultério que cometera?

O Salmo 51 foi escrito no dia em que Natã repreendeu a Davi pelo seu pecado. Na petição fervente que fez, não se encontra uma única súplica de perdão, mas há repetidos rogos de purificação. Davi teve uma visão instantânea da impureza de seu coração. Portanto, as suas orações foram para que Deus apagasse as suas muitas transgressões, que o lavasse prontamente de todas as suas iniquidades, que o purificasse de seu pecado. Ele pediu ao Senhor que o purificasse com hissopo, que o lavasse, a fim de que ficasse mais alvo que a neve (Salmo 51.7).

“Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova em mim um espírito reto” (Salmo 51.10). Não temos aqui uma oração em favor de perdão, pois Davi fora informado de que o seu pecado fora perdoado quando ele o confessou. É uma súplica pela purificação de sua alma.

Em o Novo Testamento, é assegurado ao cristão que, se ele confessar os seus pecados, Deus é fiel e justo para perdoar-lhe os seus pecados e purificá-lo de *toda* injustiça.

Essas palavras não são acidentais. Quantas vezes um cristão tem tido profunda convicção de algum pecado particular, vindo finalmente a confessá-lo, buscando perdão; mas, com o perdão do pecado particular, veio a compreensão da sua necessidade de purificação de pecados íntimos, de toda injustiça. A purificação cobre uma área maior do que a área original da convicção de pecado.

Durante o surpreendente reavivamento espiritual em Ngaruawahia, na Nova Zelândia, em 1936, descrito por Oswaldo Sanders em *The Reaper*, fui movido a escrever os versos da seguinte oração:

Sonda-me, ó Deus, pois vês meu coração;
Prova-me, ó Pai, Te peço em oração.
De todo o mal liberta-me, Senhor,
Também da transgressão que oculta for.

Vem me limpar dos vis pecados meus
Conforme prometeste, ó meu bom Deus.
Faze-me arder e consumir de amor,
Pois quero Te magnificar, Senhor.

Todo o meu ser, que já não chamo meu,
Quero gastá-lo no serviço Teu.
Minhas paixões Tu podes dominar,
Eu me submeto; em mim vem sempre estar.

Lá do alto céu o avivamento vem,
A começar em mim, seguindo além.
O Teu poder, Tuas bênçãos, Teu favor,
Concede aos filhos Teus, ó Pai de amor.

.oOo.

TRÍPLICE SANTIFICAÇÃO

A Salvação tem efeito tríplice: pela Justificação, liberta o crente da culpa do pecado; pela Santificação, liberta o crente do poder do pecado; e pela Glorificação, liberta o crente da presença do pecado.

Quando alguém aceita a Jesus Cristo como seu Salvador, pela fé, ele é liberto da culpa do pecado; quando se encontra com Jesus Cristo, face a face, na morte ou no arrebatamento, é liberto da presença do pecado; mas, entre esses dois eventos, ele vive a sua vida na terra, na qual o Espírito Santo, que nele habita, procura livrá-lo do poder do pecado.

Tem havido tanta controvérsia sobre a Santificação que o crente comum deixa o assunto penosamente em paz, ou vive na ignorância. E os cristãos que têm consciência da santificação devotam as suas energias ao debate do assunto, do seu ponto de vista pessoal, sem relacioná-lo com outros aspectos da grande verdade.

Apresentam-se três principais escolas de pensamento, com respeito à Santificação. Uns insistem em que a única santificação que o crente pode gozar é a *de posição*, de posse, ou de crédito, que lhe é concedida no ato da regeneração. Outros sustentam que é somente por uma experiência *de crise* que o crente pode entrar na vida santificada. Outros, ainda, asseveram que a santificação é *progressiva*, semelhantemente ao crescimento natural de uma criança.

Segundo a minha compreensão, as Escrituras ensinam todos os três pontos de vista, em seu aspecto positivo. Da ênfase indevida a cada um deles, sem o devido equilíbrio dos outros dois, resulta, entretanto, uma heresia perigosa. É necessário manter a doutrina da santificação no mesmo equilíbrio em que é ensinada nas Sagradas Escrituras, as quais são a melhor intérprete de si mesmas.

Procuremos ilustrar a natureza tríplice da santificação, como é ensinada nos livros do Novo Testamento.

Um amigo meu perdeu sua máquina fotográfica, de 16 mm, de grande valor. Alguns meses mais tarde, ele a descobriu na vitrina de uma loja de penhores. Imediatamente, entrou na loja e explicou ao gerente que a máquina da vitrina era sua. Mas eis que não lhe era possível dar qualquer prova definida de sua propriedade, tal como o número de série, e o gerente recusou-se firmemente a dar-lhe a máquina, a não ser que pagasse o seu preço. Em vista disso, o meu amigo declarou ao negociante que iria à sua casa buscar o dinheiro

para “redimir” a máquina. O vendedor lhe disse: “Vou pô-la à parte, para o senhor”. Santificar significa primariamente pôr à parte!

Quando o fotógrafo amador voltou para sua casa com a máquina “redimida”, tomou tempo para limpá-la. Ela não estava funcionando satisfatoriamente; por isso ele a desmontou alguns dias depois, limpou-a e lubrificou-a cuidadosamente, polindo as peças de metal e de couro, até que agora parecia nova.

Depois dessa operação, ele periodicamente punha a máquina à parte para limpá-la e conservar-lhe o funcionamento e o bom aspecto.

Deve ser claro que, ao comprar a nossa redenção, Cristo nos pôs à parte. Nesse sentido, somos santificados, mesmo antes de redimidos. Uma vez comprados, Ele nos liberta da imundície do pecado acumulado em nós. Mais tarde, quando a nossa vida está operando satisfatoriamente, Ele nos submete a uma segunda revisão ou limpeza. E, daí por diante, à medida que continua a fazer uso de nós, Ele prossegue purificando-nos. Desta forma, a santificação é de posição, crítica e progressiva.

Compreendemos que ilustrações triviais, às vezes, obscurecem a faculdade crítica dos estudiosos da Bíblia. Também, frequentemente, uma ilustração apropriada apela para o nosso sentimento pictórico e obscurece a nossa capacidade analítica. Não é essencial apresentarmos ilustrações, a não ser que esclareçam ensinamentos definidos das Escrituras.

Por exemplo, o cristão que insiste em que a santificação de Cristo lhe é imposta no ato da conversão tem, certamente, base nas Escrituras para a sua doutrina. A Primeira Carta aos Coríntios põe a Santificação antes da Justificação, assim como a Santificação antes da Redenção (6.11; 1.30).

O apóstolo Pedro, em sua Primeira Carta (1.2), fala da Santificação imposta aos crentes. O apóstolo Paulo em sua Primeira Carta aos Coríntios, fala da Santificação de posição, embora o restante de sua Epístola demonstre quão longe estavam da Santificação prática. A Carta aos Efésios (4.24), menciona a nova natureza do cristão, criado segundo Deus em justiça e retidão procedentes da verdade, o que é, sem dúvida, Santificação de posição. A Carta de Judas, em sua saudação inicial, se refere à Santificação imputada a todos os verdadeiros crentes, e assim procede o escritor da Carta aos Hebreus (2.11).

Como pode ser ilustrada esta doutrina? Ouvi certa vez a respeito de uma tragédia marítima, na qual um jovem pescador foi sepultado nas profundezas do Oceano. Deixou na pobreza a jovem viúva e o filhinho de oito anos. O bondoso pastor da igreja a que ele pertencera, silenciosamente, abriu uma conta no Banco local, em nome do menino órfão. De quando em quando, fazia um depósito adicional nessa conta, a qual rendia juros. Dez anos mais tarde, o menino obteve uma bolsa de

estudos em uma Universidade, a grande distância, no Sul. A mãe visitou o pastor, explicando-lhe que a falta de meios não permitia ao rapaz aceitar a bolsa, pois que lhe seria necessário preparar-se, adquirir a passagem, etc. Ela ficou surpreendida quando o pastor lhe disse, repentinamente, que retirasse do Banco as economias do menino. Ela não tinha conhecimento de nenhuma economia, pois que não lhe fora possível fazer face senão às suas despesas mais prementes. Três semanas mais tarde, ela voltou à presença do pastor e lhe perguntou de chofre se a igreja não poderia ajudá-la. O pastor lhe disse novamente que fosse ao Banco e retirasse as economias do menino. Ela julgou que se tratava de um gracejo de mau gosto. Mas, um dia antes do prazo final, ela foi ao Banco e descobriu que havia considerável soma a favor do menino, depositada por alguém, cuja identidade ignorava.

Será que o menino economizou o dinheiro que agora usaria livremente? De forma alguma. Foi crédito de posição que havia alcançado. Da mesma sorte, no ato de nossa conversão, o Senhor nos imputa a santidade de Cristo, fundo inexaurível de santificação.

Como pode, entretanto, essa verdade maravilhosa ser torcida e transformada em heresia? Pode ser transformada em uma heresia pela ignorância dos demais aspectos da santificação – a crítica e a progressiva, que é a santidade prática.

Billy Graham pregava certa vez em Minneapolis sobre os privilégios do crente em Cristo, dando ênfase ao fato de que Deus nos abençoa, em Cristo, com todas as bênçãos espirituais, como a redenção, o perdão, a riqueza da Sua graça; que, em Cristo, somos uma raça escolhida, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de Deus; aristocratas dos céus, embaixadores de Deus, servos do Deus Altíssimo! Um velho, sentado no banco da frente, com pesada Bíblia debaixo do braço, achou esta exposição muito interessante. À medida que ele se imaginava um aristocrata dos céus e embaixador de Deus, começou a interromper o pregador com os seus “améns” e “aleluias”, perdendo de vista o fato de que os seus vizinhos sabiam que ele vivia uma vida de fracassos. Quando as suas explosões de louvor começaram a perturbar o conferencista, este parou e olhou para o velho fariseu, dizendo: “Eu me dirigirei ao senhor dentro de um minuto!”

Não é o suficiente fazer galhofa da santificação de posição ou de posse. Se somos verdadeiros crentes, estamos em Cristo no mais alto nível, e o Espírito Santo está em nós em nosso nível mais baixo, mas o propósito do Senhor é elevar-nos, tanto na prática como na teoria.

Certo pastor de Los Angeles, sublinhando a santificação de posição e negando a santificação crítica, mostrou-me esse perigo, em conversa. Disse-me ele: “Eu tinha em minha igreja um presbítero, excelente professor, que dirigia uma classe bíblica. Era professor magnífico,

repartindo retamente a Palavra da Verdade e podia sentir o cheiro da heresia a um quilômetro de distância. Tinha, entretanto, uma falta muito evidente. O seu fraco era por mulheres e muito frequentemente se metia em aventuras. Contudo, era, fora de dúvida, um crente real. Assim, temos de admitir que a velha natureza não pode ser derrotada!”

No mesmo dia, ouvi o mesmo pastor descrevendo a guerra entre a velha natureza e a nova, concluindo que a velha natureza não pode ser derrotada nesta vida. Ele citou uma história bem conhecida, de um índio que deu o seu testemunho em uma grande reunião de valentes e de mulheres. O homem disse aos seus ouvintes que, antes da sua conversão, ele costumava ir à cidade aos sábados à noite e se embriagava. Nesse estado, o seu grande cachorro preto mordida todo o mundo. Depois que Jesus Cristo entrou em sua vida, o Senhor lhe deu um grande cachorro branco, que procurava ajudar todo o mundo. Entretanto, esses dois cachorros começaram a brigar. Um chefe dos índios, sentado no banco da frente, fez a seguinte pergunta importante: “Qual o cachorro que vence?” O pregador, depois de cuidadosa reflexão, respondeu: “O que eu alimento melhor”. Eu esperava que o pastor acrescentasse: “Esse é um exemplo do cristão carnal!” Em vez disso, ele declarou: “Assim procede o cristão até o dia de sua morte”.

Terminada a conferência, procurei o pregador e lhe disse: “Há alguns cristãos que sustentam que nós podemos matar o cão preto; admitem, entretanto, que depois podemos criar outro cachorrinho preto, em seu lugar; por este motivo, não nos preocupamos com esta questão. Mas, não crê o senhor que é possível acorrentar o velho cão preto, não permitindo que ele cause dano? E não crê o senhor que é possível deixar totalmente de alimentar esse manhoso cão preto?”

Ele discordou, dizendo que o velho cão preto pode romper toda e qualquer corrente. Sugeriu-me que ele poderia amarrá-lo novamente e matá-lo à fome. Ele não concordou comigo e a sua mente estava fixa em que pouco ou nada poderia ser feito com o cão preto. Do seu ponto de vista, parece que não pode haver muita confiança na doutrina de que, sob o poder da graça, o crente não precisa viver sob o domínio do pecado.

Não sei como o meu amigo poderia reconciliar os seus pontos de vista com a promessa de que *“o pecado não terá domínio sobre vós”*. Contudo, não obstante saber eu que ele próprio vivia uma vida superior à sua doutrina derrotista, não posso deixar de reconhecer que essa interpretação desviará os crentes mais fracos, dando-lhes justificativa para o pecado e levando-os a confundir licença com liberdade. Pregar a Santificação de posição, excluindo a Santificação crítica e a Santificação progressiva, é preparar o caminho para o antinomismo.

Aparentemente, a experiência dos cristãos de vida espiritual mais profunda de que tenho conhecimento é de que alcançaram progresso espiritual definido imediatamente depois da conversão, no entusiasmo do seu primeiro amor, e depois experimentaram o estacionamento e mesmo viram descer o nível de sua espiritualidade, até que o seu declínio se tornou evidente.

As biografias dos maiores santos do mundo revelam o mesmo gráfico de crescimento espiritual. O neoconverso, entusiasmado com a sua nova experiência, contudo, ainda não chegou à conclusão do apóstolo Paulo: *“Nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto... Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?”*

A figura de retórica *“do corpo desta morte”* pensa-se que foi inspirada nos costumes romanos de acorrentar as mãos e os pés dos assassinos aos cadáveres das suas vítimas. Essa exclamação ilustra, sem dúvida, o desgosto que o cristão, possuindo a Nova Natureza, sente em seu espírito quando compreende que está arrastando consigo o cadáver malcheiroso da Velha Natureza.

A luta entre a Velha e a Nova Natureza se torna real a cada cristão desde o momento em que ele comece a crescer na graça.

O apóstolo Paulo advertiu a igreja carnal de Corinto de que seus membros não eram cristãos espirituais, e, sim, carnis. A diferença entre o cristão carnal e o cristão espiritual, a mim me parece consistir em estar ele vivendo ou uma vida de derrotas ou de vitórias sobre a Velha Natureza.

As biografias dos santos que já passaram deste mundo e o testemunho dos que ainda vivem comprovam o fato de que o estado não satisfatório de carnalidade provoca uma crise, pela qual o crente descobre que Deus, que liberta o pecador da culpa do pecado, pela fé em Cristo, é igualmente capaz de libertar o crente do poder do pecado.

Certa vez, um estudante perguntou a um evangelista se ele tinha tido altos e baixos na vida cristã, antes da crise de submissão, a que se referira. A resposta foi afirmativa. Perguntou-lhe novamente o estudante se ainda os tinha na vida e a resposta se repetiu: “Sim”. Tornou o estudante: “Nesse caso, que diferença há?”

A diferença, explicou o conferencista, é que, enquanto os altos e baixos de um cristão carnal são variações de um nível muito baixo de vida, os altos e baixos de um cristão espiritual são variações de experiências no planalto da consagração. Isto pode ser ilustrado.

Minha esposa e eu viajavamos certa vez de Santo Antônio, do Texas, para a cidade do México. Ao sul das margens lamacentas do Rio Grande, encontramos planícies muito poeirentas, sujas, quentes, infestadas de mosquitos, de águas poluídas e de aspecto geral

miserável. Subindo e descendo, corremos ao longo das estradas poeirentas e através de Vilas paupérrimas. Embora subíssemos e descêssemos, não saímos do desconforto da *tierra caliente* do México.

Finalmente, alcançamos a pequena cidade de Tamazunchale, onde a estrada começou a subir por entre montanhas, para o maravilhoso planalto do México, a deliciosa *tierra temprada*, em que o ar era límpido, as noites frescas, os mosquitos muito raros, a água pura e as condições gerais alentadoras. Assim prosseguimos até uma elevação de sete mil pés, subindo e descendo, mas sempre muito, muito acima do que a parte mais elevada da planície, até que alcançamos a capital.

A vida vitoriosa tem os seus altos e baixos, mas em um plano muito acima dos altos e baixos da depressão da vida carnal. Há um planalto do viver cristão, elevado e santo. “Senhor, eleva-me e permite-me estar de pé, pela fé, nas alturas celestiais!”

À semelhança do cristão que pára na Santificação de posição e cai em heresia sobre uma verdade plena de bênçãos, assim aqueles que se detêm na Santificação crítica são culpados de erro semelhante. Ensinam retamente a experiência da submissão, mas erroneamente fazem dela o ingresso a um estado de perfeição, sem pecado, em que não há necessidade da graça santificadora.

Pessoalmente, jamais encontrei alguém que vivesse sem pecado. Encontrei-me com pessoas santas que vivem vida vitoriosa. Encontrei-me com outros que alegavam viver sem pecados, mas verifiquei que por “pecado” entendiam alguma coisa aquém da definição que o Novo Testamento dá de pecado.

As Escrituras ensinam que alguém que sabe fazer o bem e que não o faz é culpado de pecado. Ensinam mais, que tudo o que não é de fé é pecado. Wesley chama a essa omissão de “transgressão involuntária”, antes que de “pecado voluntário”. Pode ser que assim seja, mas a pergunta, de suma importância, que se impõe é: “São estas transgressões culposas?”

Certo motorista aproximou-se, em grande velocidade, de um sinal de tráfego, no momento exato em que o sinal amarelo, de atenção, se acendeu e, em lugar de breicar o carro, ele prosseguiu, estacionando além do cruzamento. A um inspetor de trânsito que lhe chamou a atenção, o motorista declarou que não avançara o sinal. Ao passageiro explicou que não usara o acelerador no cruzamento, mas que apenas deixara de usar os freios. E foi tido como culpado, da mesma forma.

Assim como a Santificação de posição é incompleta sem a submissão plena da experiência crítica, assim a crise também o é sem o processo que se lhe deve seguir. A Santificação progressiva é a experiência do crente desde o instante em que alcance o plano mais elevado de vida.

Não negamos que um neoconvertido cresça na graça, durante o seu primeiro amor, nem que o crente comum experimente progresso em muitos setores de sua vida. Entretanto, se encaramos a Santificação prática como a libertação do poder do pecado consciente, torna-se claro que somente a Santificação progressiva pode levar avante a obra, de sorte que o cristão obediente continue a andar na luz. É da experiência dos que submetem as suas vidas ao Mestre que, tão logo a operação do Espírito recai sobre um setor da vida, que é purificado, mais luz se projeta sobre outros setores da vida cristã. No momento em que o crente desobedece à direção do Espírito, o setor da vida atingido pela desobediência entra em trevas. Ele não perde a sua santificação em todos os setores da vida, mas solenemente verdade que o campo da desobediência se alarga e o pecador tropeça nas trevas.

Por isso, é necessário que nos esforcemos por viver vida de Santificação progressiva. Mas esta Santificação progressiva é difícil antes de alcançarmos a submissão da Santificação crítica. Alguns dos partidários da Santificação progressiva automaticamente admitem a experiência da crise *possível*, mas não *necessária*, alegando que há muitas crises da experiência progressiva. Devemos observar que, em relação a determinada luz ou conhecida treva, o crente ou fez a sua submissão, ou deixou de fazê-la.

Um menino de oito anos pode submeter a sua vida plenamente a Cristo e gozar a bênção de ser completamente santificado. Na idade de dezoito anos, a questão sexual começa a exercer-lhe na vida certa influência de que não tinha conhecimento aos oito anos e ele tem de submeter também este setor de vida, o que significará outra crise. Aos vinte e oito anos, em sua profissão, a sua capacidade de ganhar dinheiro leva-o a enfrentar o problema do amor ao dinheiro, talvez desconhecido até agora, e ele tem de submeter também esse aspecto de sua vida ao Senhor. Mas, em qualquer época, ele não pode submeter a Cristo mais que cem por cento de sua vida, com relação a determinada luz ou conhecida treva.

As crises são subseqüentes, não excedem a experiência, aos oito anos, no que diga respeito à submissão.

A vida dos santos revela que houve uma primeira oportunidade em que eles se renderam conscientemente a Deus, no todo da sua personalidade, e que essa rendição foi renovada de tempo em tempo.

Isso se assemelha à lua de mel de um casal, quando cada um dos cônjuges é muito afeiçoado ao outro. Embora em oportunidades subseqüentes possam ter novas experiências de felicidade, estas, ainda que sejam uma repetição da experiência inicial, jamais roubam àquela a sua primazia.

É certamente mui significativo que a Epístola aos Efésios, que declara sermos abençoados com todas as bênçãos espirituais em Cristo, aconselha enfaticamente aos cristãos que andem dignamente da sua vocação, que acrescentem a Santificação prática à bênção da sua Santificação de posição. É também significativo que a Carta aos Romanos, usando o infinito aoristo, *que é a expressão pontilhar mais forte*, inste aos crentes que apresentem, como um acontecimento (não um processo) toda a sua personalidade a Deus como um sacrifício vivo, santo e agradável; enquanto que o texto seguinte prossegue, animando-os a que se transformem pela renovação da sua mente.

Tudo isto parece confirmar a asseveração feita por Evan Hopkins, de Keswick, de que a Santificação prática é uma crise, com vistas a um processo.

.oOo.

11

A FÉ É A VITÓRIA

A Epístola aos Romanos, um dos maiores documentos de toda a Escritura, foi escrita primariamente para um grupo de crentes acima da classe média, como se compreende pela saudação.

Os três primeiros capítulos desta Carta tratam principalmente da doutrina do pecado, resumida no texto muito conhecido: “*Não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus*” (Romanos 3.22-23).

Essa insistência sobre a universalidade do pecado pode ser posta à prova, em qualquer parte, com o mesmo resultado. Certa vez, eu falava com um cientista cristão, que me declarou ser o pecado uma simples ilusão da nossa mente mortal, mas admitiu que, ocasionalmente, ele tem sofrido dessa ilusão. Um ateu disse-me que o pecado não era outra coisa senão deixarmos de alcançar os nossos ideais, mas admitiu que ele próprio falhava em alcançar os seus ideais, na maioria das vezes.

Assim como os três primeiros capítulos de Romanos tratam do pecado, os dois capítulos seguintes focalizam a Justificação. O primeiro

versículo do capítulo cinco diz: *“Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo”*.

A maioria dos crentes pensa na Justificação como outro termo para o perdão, e assim perde o significado dessa grande palavra.

Há algum tempo eu dirigia o meu carro, pela Pasadena, com Armin Gesswein, pondo a minha mente mais na conversa do que no tráfego. Assim, fiz o que me pareceu uma parada total, num semáforo, e depois acionei o carro, tomando a alameda da direita, além do cruzamento. Alguns segundos depois, um inspetor de tráfego me alcançou, insistindo em que eu não parara o carro no cruzamento, mas admitiu que eu quase cheguei a pará-lo.

Como um ato de graça, ele me perdoou a falta e me permitiu prosseguir a viagem. Observei pelo espelho que ele continuou a seguir-me. Dessa forma, sabia eu achar-me em prova. Isso não é justificação.

Antes da Primeira Guerra, um rapaz foi excluído da Academia Naval da Inglaterra, acusado de furto. Pesava sobre a sua pessoa a acusação de haver recebido um Vale Postal roubado e foi condenado, em vista do testemunho do Agente Postal. O Dr. Edward Carson, grande advogado britânico, interessou-se pelo caso e, embora a soma em questão fosse apenas de cinco xelins, ele resolveu defender o rapaz.

Foi fácil ao Dr. Carson demonstrar que o Agente Postal cometera um erro de identificação, acusando injustamente ao rapaz. Assim, a sentença teve de ser reformada, mas o Dr. Edward não ficou satisfeito em ganhar a causa com o consequente pagamento de despesas pelo Almirantado. Ele persuadiu o Almirantado a reconhecer os direitos legais do moço e a reintegrá-lo na sua classe. Isso foi justificação.

O ponto importante a observar nesse versículo chave (Romanos 5.1) é que a transição do nível de Pecado para o nível de Justificação é *pela fé*. Cada um é pecador: é uma conclusão geral. Alguns são justificados pela fé: é uma conclusão particular.

O assunto dos dois capítulos seguintes é o problema da carnalidade na vida dos cristãos, equacionado na pergunta inicial do capítulo seis: *“Que diremos, pois? Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante? De modo nenhum!”* (Romanos 6.1-2). Em outras palavras: Por Deus ter sido tão bondoso em perdoar os nossos pecados e justificar-nos livremente vamos mostrar nossa gratidão impondo condições à Sua graça? Deus tal não permita! Isto é antinomismo.

Na Rússia Soviética, na cidade de Leningrado, visitei a casa do Príncipe Youssopoff, patriota russo que assassinou o monge Rasputin. Rasputin ensinou uma forma de antinomismo, particularmente nefasta, segundo o qual, visto que àquele que muito peca muito se tem de perdoar, este goza mais da graça perdoadora de Deus do que um

pecador comum. Rasputin ensinou essa perniciosa teoria por modo assaz chocante, mas há muitos cristãos que a pregam de maneira mais suave.

O argumento do apóstolo Paulo pode ser ilustrado. Suponhamos que um grande estabelecimento, do tipo departamental, que tem praticamente tudo à venda, estivesse disposto a perdoar todos os seus devedores, no início do ano novo. Que aconteceria? As pessoas desonestas, em vez de serem agradecidas por este auxílio financeiro, se apressariam em fazer mais compras a crédito, antecipando-se em tirar vantagem de uma conta que seria perdoada automaticamente. Essa sorte de transformação da liberdade em licença é que o apóstolo Paulo condena.

Em Los Angeles, ouvi um homem dizer que, se houvesse dois irmãos, um crente e outro não, e cada um deles cometesse pecado contra o sétimo mandamento, o cristão seria perdoado automaticamente, mas o outro seria condenado à perdição. Isto é antinomismo típico. Seria melhor dizer que um homem cristão não comete pecado contra a pureza. Cometer esse pecado seria razão suficiente para pôr em dúvida a sua qualidade de cristão.

Nesse sentido, pergunta o apóstolo Paulo: *“Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?”* Jamais! Contudo, parece que é da experiência de cada cristão que ele comete algum pecado, ocasionalmente, depois de sua conversão a Cristo. Nisso está o problema da carnalidade.

Há quem ensine que a experiência descrita no capítulo sete de Romanos é da vida de um homem não convertido. Mas, como poderia alguém não regenerado, dizer que tem prazer na lei de Deus, no seu íntimo? (Romanos 7.22). Somente um homem regenerado pode fazer esta declaração. O desventurado homem mencionado no versículo 24 deve, pois, ser o cristão carnal, derrotado, ou que procure viver debaixo da Lei.

É o homem carnal que afirma: *“Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro e sim o que detesto”* (Romanos 7.15). É o pecado que habita no cristão que causa o seu desespero.

É impossível, em função do tamanho deste estudo, examinar exaustivamente um único capítulo de Romanos. Temos de nos contentar com apenas considerações sobre os seus pontos mais salientes. No capítulo seis de Romanos, encontramos uma promessa e um método. A promessa (6.14) assegura-nos que o pecado não tem domínio sobre nós, porque já não estamos debaixo da Lei, mas debaixo da Graça. O método (6.11) aconselha-nos a considerar-nos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus.

É o nosso Salvador quem nos ensina que todo aquele que comete pecado é escravo do pecado. O cristão que permanece mentindo é escravo da mentira. Ele pode quebrar o poder do engano, em sua vida, pela graça de Deus. Carlos Wesley disse que Cristo “quebra o poder dos pecados perdoados e deixa livre o prisioneiro”.

A exortação “*considerai-vos mortos para o pecado*” pode ser interpretada de duas formas. Os calvinistas dirão: “Deus não me pediria que me *considerasse* morto, se eu estivesse atualmente morto!”. Os wesleyanos dirão: “Deus não me pediria que me reconhecesse *morto*, se eu não estivesse atualmente *morto*”. Parece ser uma disputa em torno de uma palavra. Para mim, o reconhecer-me morto quer dizer que agirei como se eu estivesse morto.

Na Nova Zelândia, uma jovem senhora procurou-me certa vez com uma pergunta sobre dança em salão de bailes. Nesse particular, participo da ideia do Dr. Ironside, a saber: Se o cristão se sente feliz e deseja dançar, não vejo razão por que não possa ir ao seu quarto, ou a outro lugar conveniente, e dançar diante do Senhor! Mas eu disse à jovem senhora que eu considerava a dança semelhante ao esporte do beijo, disposição amena de entretenimento sexual, em nada favorável à vida cristã. Ela me perguntou o que eu diria a alguém que me convidasse para ir a um baile. E tive a satisfação de responder-lhe, em tom sepulcral: “Sinto muito. Não posso dançar. Sou um cadáver!”

Numa das ilhas do Pacífico, ouvi dois soldados insistirem com um terceiro para acompanhá-los em uma noitada de farra. Este era crente, estava ocupado, escrevendo para casa; quando os outros insistiram demais, ele respondeu enfaticamente: “Não contem comigo, camaradas; realmente não desejo ir!” Foi outra maneira de dizer: “Considerem-me morto!”

A esta atitude de alguém considerar-se morto para o pecado e vivo para Deus é o que Matthew Henry chama de mortificação e vivificação. Devemos não somente considerar-nos mortos para o pecado, mas agir com vida para Deus, quando se nos apresenta a oportunidade.

O oitavo e o décimo segundo capítulos de Romanos mostram que é pelo poder do Espírito Santo que podemos viver a vida vitoriosa. No momento da nossa regeneração, estamos em Cristo em seu nível mais elevado, mas, no mesmo instante, ainda estamos num nível baixo de nossa Santidade prática, conforme a porção de cada criança em Cristo. É a obra do Espírito Santo fazer-nos mais e mais semelhantes a Jesus Cristo.

Ouvi certo líder de uma bem conhecida organização americana falar sobre os privilégios do crente. Tomando o seu Novo Testamento, de capa preta, fez desta o símbolo das trevas no coração do pecador e, a

seguir, envolveu o livro completamente no seu lenço branco, para simbolizar a justiça de Cristo. A ilustração teve bom efeito.

Quando lhe perguntei se qualquer coisa teria acontecido, ou não, às trevas do pecador, atualmente debaixo da alvura da graça de Cristo, ele hesitou um pouco e então me disse que não havia pensado nisso. Esse ponto precisa ser examinado! A Santificação prática é uma das doutrinas negligenciadas em épocas sem reavivamento, ou anulada pelo farisaísmo dos extremados.

Os capítulos nove, dez e onze de Romanos constituem o parêntesis dos judeus, no qual o coração do apóstolo, que se abrasava pela salvação dos seus próprios parentes, quebra a exposição lógica dos argumentos que estava apresentando à igreja de Roma.

No primeiro versículo do capítulo 12, ele volta ao argumento principal da sua Epístola e alcança o seu clímax. É muito significativo o fato do apóstolo ter usado o pronome inclusivo “*nós*”, em seu primeiro argumento sobre o pecado, bem como no segundo sobre a justificação e, no terceiro, sobre a carnalidade, mas volta ao pronome da primeira pessoa “*eu*” e da segunda “*vós*”, no apelo: *“Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus”* (Romanos 12.1-2).

A única conclusão possível é que o apóstolo Paulo já havia apresentado a sua inteira personalidade a Deus, mas admitiu implicitamente que os cristãos de Roma ainda não se haviam rendido a Deus, até esse ponto.

Contudo, a interpretação comum de Romanos 12.1 parece atribuir à forma subjetiva “*apresenteis*” uma espécie de consagração diária da nossa vida a Deus, enquanto que o texto grego torna claro que a ação proposta, nesse caso, é pontilhar ou eventual (*).

Em outras palavras, o verbo “*apresenteis*” significa, neste caso, fazer uma limpeza geral, de plena submissão, enquanto que a consagração contínua está indicada no verbo “*transformai-vos*” do segundo versículo.

O apelo dos primeiros versículos de Romanos 12 é em favor da plena submissão, a submissão do intelecto, da vontade e das emoções a Deus, em dado momento, antes do que gradualmente, embora o segundo versículo requeira a submissão continuada da nossa personalidade, dia após dia. O grau de rendição é determinado pelo grau de luz e espera-se do crente que submeta a sua vida a Deus somente à medida que recebe luz sobre o assunto.

Mais luz significa mais submissão, mas o crente não pode consagrar mais do que toda a sua personalidade, num dado momento. Portanto, a primeira experiência de plena submissão é única, à semelhança da lua de mel no casamento, frequentemente repetida, mas jamais a mesma, com respeito à sua originalidade.

Pode objetar-se contra o sentido de *crise*, de Romanos 12.1, que a vida do crente é cheia de crises. Isso não se pode negar. Mas importa que ocorra na vida do crente certa experiência, a primeira, em que, de acordo com a luz que tenha, renda a sua vida completamente a Deus e se empenhe em aprovar o que significa seguir a “*boa agradável e perfeita vontade de Deus*”.

A plena submissão, a experiência cristã mais elevada que é dado ao crente gozar, pode anular-se pelo pecado ou pela desobediência.

É uma crise, com vistas a um processo, e no momento em que o crente resiste à obra do Espírito Santo, o qual procura elevá-lo a um plano mais elevado, ele necessita de uma submissão renovada, seja intelectual, volitiva ou emocional, em sua natureza.

Contudo, o apelo de Romanos 12.1 é em favor de uma rendição inicial e há uma verdade oculta no esboço geral da Epístola, sobre o método. Uma pessoa incrédula parte do nível inferior do Pecado para o nível da Justificação, *pela fé*; o crente parte do nível inferior da Carnalidade para o nível da Espiritualidade, *pela fé*.

A fé é a vitória!

(*) Julius R. Mantey, professor da cadeira de Novo Testamento, no Seminário Teológico Batista do Norte, e autor do “Dana Mantey Greek Grammar”, escreveu ao autor deste livro sobre este ponto, nos seguintes termos: “Concordo contigo, especialmente sobre o verbo ‘apresentar’, em Romanos 12.1. Emprego semelhante ocorre em Romanos 6.13, onde o apóstolo diz: ‘Oferecei-vos (presente e imperativo) a Deus...’ “. Esse tipo de ação única é a contribuição distintiva do tempo aoristo. Contudo, é também usado em sentido indefinido, mas geralmente no modo indicativo... O uso do aoristo não indicativo é mais frequentemente pontilhar.

.oOo.

O ESPÍRITO SANTO

Se a vida vitoriosa do cristão depende do Espírito Santo, é essencial que o crente saiba alguma coisa a respeito da Terceira Pessoa da Trindade que, lamentavelmente, é quase desconhecida da maioria dos cristãos.

É doutrina cristã que a Divindade subsiste em três Pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O mistério da Trindade é algo além da possibilidade de explanação; contudo, podemos crer nele. Sei que existo como corpo, como alma e como espírito e, contudo, não posso dizer que somente o corpo, ou a alma, ou o espírito é a minha pessoa.

Da mesma forma, as Escrituras atribuem tanto a Divindade como a Personalidade ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo e a Trindade é a única exposição possível das relações das três Pessoas da Divindade, doutrina que está totalmente além de toda analogia humana.

Dessa forma, ensinamos que o Espírito Santo é Pessoa e, contudo, é frequente ouvirmos crentes presumidamente ortodoxos referirem-se ao Espírito como “alguma coisa”, em lugar de “Alguém”. O Espírito Santo é mais do que mera influência que emana de Deus. Contudo, é isso que muitos cristãos sustentam, ao menos na prática, se não na teoria. Que é que entendemos por personalidade?

Por personalidade não designamos poder. Um motorista dirige o seu carro a um posto de gasolina e manda encher o tanque com a essência de petróleo, que é a gasolina. O espírito de petróleo é um poder dinâmico, mas não tem nem inteligência, nem vontade, nem sentimento no uso do seu próprio poder. O Espírito Santo é mais do que o espírito de poder de Deus.

A maioria dos cristãos tem boa disposição para admitir a doutrina da Personalidade do Espírito Santo, mas raras vezes é capaz de dizer o que entende pela palavra “pessoa”. Alguns dizem que o Espírito Santo é uma individualidade, portanto, uma pessoa, esquecendo que uma árvore poderia ter individualidade, sem personalidade. Outros dizem que o Espírito Santo é um poder, esquecendo que a energia atômica é um poder, mas não uma personalidade.

Os característicos da personalidade são inteligência, vontade e sensibilidade. Deus criou o homem à Sua própria imagem, com inteligência, vontade e sensibilidade, que, no homem, são limitadas; em Deus são infinitas.

As passagens das Escrituras que tratam do Espírito Santo revelam que Ele é um Ser com consciência própria, possuindo inteligência, vontade e sensibilidade. Muitos cristãos não se detiveram o suficiente para meditar sobre esta matéria, até às suas conclusões finais.

O Espírito Santo possui toda a sabedoria e conhecimento, jamais comete engano e é inteligência infinita. A urgência com que o povo cristão venha a submeter-se à Sua direção redundará em bênçãos.

Imaginemos um jovem estudante, dotado de inteligência singular, com grande capacidade para o estudo de Física, que se atrevesse a sugerir ao Professor Einstein que subordinasse a sua grande inteligência à dele, capacidade muito menor de simples estudante! Semelhantemente, os cristãos precisam aprender a subordinar o seu intelecto à sabedoria portentosa do Espírito.

O mesmo é verdade com respeito à vontade. Admiramos a força de vontade de um homem que verdadeiramente triunfa sobre a adversidade, pela rija têmpera do seu espírito. Entretanto, a mais potente vontade sobre a terra é inferior à vontade do Espírito Santo, cujos propósitos são infinitamente maiores do que todos os propósitos da humanidade reunidos. O Espírito Santo foi encarregado da obra de Deus na terra e Ele sabe o que está fazendo, os Seus propósitos são claros e os Seus planos serão realizados.

Recordo-me de, certa ocasião, durante a Guerra do Pacífico, em que recebemos ordens para nos apressarmos para o embarque. Tivemos de desmontar o rancho, a capela, as tendas de administração, os dormitórios e tudo mais e empacotar tudo pra ser transportado para a frota de invasão, que já se divisava na baía. Em nosso incitamento, diante da perspectiva de invadirmos o Japão, não fizemos caso de viver, por um pouco, com rações reduzidas, perder a nossa correspondência e dormir ao relento. Quando já tudo estava embarcado, recebemos ordens para levar de novo todos os nossos apetrechos para a praia. Isso provocou certa murmuração geral dos homens, que viram as suas esperanças frustradas. Alguém exclamou: “Duvido que estes chefes lá em Washington saibam conduzir uma guerra!”

Mas o comando superior sabia algo que nós ignorávamos. Um aeroplano sairia de Saipã e lançaria uma bomba em Hiroshima, naquela semana, pondo, por esta forma, fim a uma terrível guerra. O comando supremo não julgou aconselhável expor os motivos estratégicos aos comandantes dos corpos. O reverso era ainda mais verdadeiro. Nenhum comandante de um corpo de tropa julgou ser de sua responsabilidade traçar um plano particular contra o inimigo, mas, pelo contrário, subordinaram-se todos à vontade e aos propósitos supremos do comandante-chefe.

Assim é com o Espírito Santo. Ele é o Comandante-Chefe das Forças de Cristo. É o Senhor da Seara, supremo nos reavivamentos, na evangelização e nos esforços missionários. Sem o Seu consentimento, quaisquer planos são fadados ao fracasso. Mesmo agora, quando o inimigo avança como uma enchente, o Espírito do Senhor levanta

estandarte contra ele. Convém-nos a nós, como cristãos, enquadrar as nossas operações e táticas no plano de Sua estratégia, que é o reavivamento da Sua Igreja e a evangelização do mundo.

É ainda menor o apreço dos cristãos com a infinita emotividade do Espírito Santo. A emoção é força poderosa na vida dos seres humanos, excedendo muitas vezes o intelecto e a vontade. Por exemplo: Tenho um filhinho e, naturalmente, o amo. A minha atitude não é baseada em frio raciocínio, ou em determinação absurda, mas nas emoções do afeto paternal. Não é necessário qualquer esforço mental, nem propósito volitivo para amar o meu descendente.

O Espírito Santo ama a descendência de Deus. Isso se aplica a todos os Seus filhos de criação, embora, em muito maior grau, aos filhos de Deus, por meio da fé em Cristo. Ele nos ama. O Seu amor para conosco é força propulsora que realiza grandes coisas por nós. Ao mesmo tempo, Ele odeia o pecado e a desobediência e está tão pronto a castigar-nos como o fazem os pais amoráveis, a bem da disciplina dos seus filhos.

Mas a sensibilidade do Espírito Santo é mais forte do que as emoções humanas e não é, em absoluto, inconstante. Verificamos que um cristão comum, que submete a sua vida à plenitude do Espírito, se torna capaz de amar pessoas para as quais, anteriormente, não possuía nem vislumbre de amor.

Dessa forma, concluímos que é acertado dizer-se que o Espírito Santo é uma Pessoa, com Vontade, Inteligência e Sensibilidade superiores à nossa vontade, inteligência e sensibilidade. Estamos igualmente autorizados a reconhecer que as mesmas Escrituras, que dão ênfase à Sua Personalidade, são a fonte do ensino sobre a Sua Divindade.

É concebível que um ser superior possa existir com Vontade, Inteligência e Sensibilidade maiores que as nossas, contudo, ser inferior a Deus. Como, pois, sabemos que o Espírito Santo é Deus?

Há referência nas Escrituras ao Seu poder criador (Gênesis 1.2). Os cientistas podem fazer uma coisa de outra; eles descobriram, recentemente, como produzir energia da matéria, poderão chegar ao ponto de produzir matéria da energia; contudo, não podem fazer uma coisa a partir do nada. Isso é obra de Deus, unicamente; e esse poder é atribuído ao Espírito Santo.

Encontramos nas Escrituras referências à onisciência do Espírito Santo (1^a Coríntios 2.10-11). Somente Deus pode compreender os pensamentos e a sabedoria de Deus; e isso é atribuído ao Espírito Santo.

As Escrituras falam de Sua onipresença (Salmo 139.7). Somente Deus é onipresente e essa evidência adicional de Divindade é acrescentada aos atributos do Espírito Santo.

As Escrituras atribuem ao Espírito Santo a mesma dignidade que ao Pai e ao Filho (2ª Coríntios 13.14), assim como o Espírito Santo é identificado com Deus (Atos 5.3-4). E poderemos acrescentar outros argumentos.

Dessa forma, temos duas conclusões muito importantes para reconciliar: O Espírito Santo é personalidade distinta e é Deus. A doutrina da Trindade é a única solução possível para essa dificuldade. É doutrina que pode ser formulada e crida, mas não é possível explicá-la.

O Dr. Harry Rimmer certa vez se viu embaraçado com a argumentação de um dignatário religioso maometano na Nigéria. O maometano tentava provar que os cristãos criam em três deuses. Em resposta, o Dr. Rimmer perguntou-lhe se ele possuía um corpo vivo? Uma alma vivente? Um espírito vivificante? Diante das respostas afirmativas e tornando firme a conclusão, pela evidência de que o maometano sentia a sua existência nesses três níveis, o evangelista perguntou-lhe qual deles era ele mesmo. A resposta foi: “Todos os três!” Mas não soube dar explicações adicionais de como ele era todos os três simultaneamente. O Dr. Rimer tirou a conclusão, para a sua doutrina, de que a Divindade, de acordo com as Escrituras, existe em três Pessoas, doutrina que pode ser crida, mas não pode ser explicada.

O Senhor Jesus disse aos Seus discípulos: *“Eu vos digo a verdade: Convém-vos que Eu vá, porque, se Eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, Eu for, Eu vo-lo enviarei. Quando Ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo: do pecado, porque não crêem em Mim; da justiça, porque vou para o Pai, e não Me vereis mais; do juízo, porque o príncipe deste mundo já está julgado. Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, Ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por Si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as cousas que hão de vir. Ele Me glorificará, porque há de receber do que é Meu e vo-lo há de anunciar”* (João 16.7-14).

Nessa passagem, o ministério do Espírito Santo é anunciado para com o mundo, para com os crentes e para com Cristo.

É de suma importância observarmos que o ministério do Espírito Santo para com o mundo consiste em convencê-lo do pecado. Muitas pessoas pensam que é obra da consciência convencer o mundo do pecado. A concepção popular da obra da consciência é assim definida: Faça com que a sua consciência seja o seu guia!

Muitas pessoas, quando lhes pedimos que definam a obra da consciência, dizem que a consciência nos diz o que é certo e o que é errado. É uma falácia evidente, porque conhecemos pessoas cujas consciências lhes permitem praticar o que a nossa consciência proíbe.

A consciência pode ser educada ou aviltada. As Escrituras falam, em várias passagens, de *boa* consciência, de *má* consciência, de consciência *pura* e de consciência *cauterizada*.

A consciência se assemelha a um despertador. Podemos acertá-lo para as 7, e ele despertará às 7; ou podemos acertá-lo para as 8, e ele continuará despertando às 8; ou alguém tem necessidade de levantar-se às 6, e ele passará a despertar às 6, desde que tenhamos acertado o respectivo ponteiro.

Sei de um soldado de além mar que garantiu ao seu capelão que a sua consciência não lhe permitia beber qualquer bebida alcoólica, nem mesmo a cerveja, que tão liberalmente era distribuída entre as forças armadas.

Alguns meses mais tarde, eu o vi bebendo alguma coisa que parecia ser um copo de cerveja. Ele se apressou em dar-me explicações, que eu não lhe havia pedido, declarando que agora julgava que poderia beber cerveja, contanto que não se embriagasse com bebida forte.

Mais alguns meses e eu o vi embriagado. Ele esteve contemporizando com a sua consciência. A consciência não é absoluta. Ela não diz ao homem o que é certo e o que é errado, mas, antes, recorda-lhe o que ele crê ser certo ou errado, em determinado momento.

O Espírito Santo tem padrões absolutos. Ele convence o povo do pecado. Usa as Escrituras Sagradas para fazê-lo ou o faz por meio de convicção direta, despertando a consciência. Mostra ao pecador a pecaminosidade do pecado. Ele põe a descoberto o pecado final da incredulidade.

O Espírito Santo também convence da justiça. Ouvi a Dra. Henrieta Mars ilustrar este ponto a um grupo de senhoras jovens.

Suponhamos, disse ela, que uma dona de casa tenha decidido usar a manhã para uma limpeza geral da casa. Ela perde logo a sua boa apresentação pessoal, usando chinelos e avental; e a sua face logo se apresenta coberta de pó.

Nesse momento, para desespero da dona de casa, alguém faz soar a campainha da porta de entrada e, à porta, surge uma amiga, que vem do outro lado da cidade, com seu melhor vestido de passeio. Não é necessário a visitante chamar a atenção da dona da casa para o seu aspecto pouco apreciável. À dona da casa bastará apenas observar a apresentação impecável da sua visitante para compreender a sua própria condição.

Da mesma forma, o Espírito Santo nos apresenta a justiça de Cristo que, nos dias do Seu ministério terreno, jamais deixou de convencer os homens das suas limitações e dos seus fracassos.

O Espírito Santo convence os homens do juízo. É fato que homens, que jamais temeram o que quer que fosse, estremecem quando o Espírito de Deus os adverte do destino deles, que é participar da condenação eterna do príncipe deste mundo.

O Espírito Santo, por modo semelhante, convence os crentes da carnalidade, da santificação e do trono de julgamento de Cristo. Aos cristãos obedientes Ele dirige a toda a verdade. E Ele faz com que Cristo, a quem não vimos, se torne real para nós, glorificando o Salvador dos homens por modo que não podemos exprimir, mas de um modo extraordinariamente vívido e edificante.

.oOo.

13

O ESPÍRITO SANTO E O CRENTE

Nosso Senhor Jesus Cristo, em Sua conversa com Nicodemos (João 3), referiu-se três vezes ao nascimento do Espírito, identificando a regeneração pelo Espírito com o novo nascimento. Parece-me mui claro que *todo verdadeiro cristão é regenerado pelo Espírito Santo*.

Na Primeira Epístola aos Coríntios, o apóstolo Paulo declara que o Espírito Santo habita em todo verdadeiro cristão (1^a Coríntios 3.16). Os cristãos aos quais se dirigiu o apóstolo estavam mui distante de ser perfeitos; contudo, Paulo lhes disse que eram templo do Espírito Santo.

Certa vez, hospedando-me em um lar, no Meio Oeste, fui bem recebido pela família hospedeira. Uma noite, quando todos estavam fora de casa, ouvi barulho no andar de cima. Verifiquei se algum ladrão teria conseguido entrar e, estando todas as portas e janelas bem fechadas decidi-me esperar até que a família retornasse, para esclarecer o mistério. Então soube que a velha vovó, de cuja existência eu não ouvira antes, vivia em um quarto, no sótão. Ela estava caducando e, por isso, a família, para evitar situações de constrangimento, mantinha-a

isolada dos visitantes. Contudo, ela residia na casa. O seu lugar era reconhecido, embora mantido em segredo.

Mui frequentemente, os vizinhos dos cristãos não sabem que o Espírito Santo habita na vida destes. Os cristãos o sabem e reconhecem o Seu lugar, mas escondem o Espírito, que neles habita, da observação de seus vizinhos, não porque Ele seja um embaraço, mas porque há embaraços na vida dos crentes.

O ensino da Carta do apóstolo Paulo aos Romanos deixa claro que *todo verdadeiro cristão é animado pelo Espírito Santo. “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus”* (Romanos 8.16). Essa é a doutrina da segurança da salvação, crida ardentemente pelos luteranos, calvinistas, wesleyanos e todo cristão evangélico. Novamente, o Espírito testifica, porque o Espírito é a verdade. Aquele que crê no Filho de Deus tem o testemunho em si mesmo (1ª João 5.7, 10).

Perguntaram a uma senhora escocesa, de idade, como é que ela sabia que havia nascido de novo e ela replicou: “É mais fácil senti-lo do que explicá-lo!”. Certamente que podemos sentir melhor do que explicar o novo nascimento. Ninguém pode dizer a um jovem que ame se o seu amor é ou não real, porquanto só ele pode senti-lo em sua alma.

A certeza da salvação é convicção operada no espírito humano pelo Espírito de Deus. Pode dar-se o caso de alguém tornar-se crente em Cristo e sofrer longa demora em alcançar a certeza da salvação, como se deu com João Wesley, mas, de modo inverso, é sempre perigoso dizer alguém que é cristão se não tem certeza espiritual de que está salvo.

Todo cristão verdadeiro é selado pelo Espírito Santo. O apóstolo Paulo advertiu aos cristãos de Éfeso para que não ofendessem o Espírito Santo de Deus, no qual foram selados para o dia da redenção (Efésios 4.30). Na mesma carta (1.13) ele definiu as pessoas que são seladas por esta forma, a saber, todo aquele que ouviu a Palavra da verdade, a boa nova de salvação, e creu em Cristo. Aos cristãos de Corinto ensinou a mesma coisa sobre o selo do Espírito (2ª Coríntios 1.22). A palavra grega que significa “selo” é comum na Septuaginta e em outros documentos contemporâneos, com o sentido de marca legal de propriedade ou de fecho, para prevenir extravio ou perda.

Todo cristão verdadeiro tem o penhor ou a garantia do Espírito Santo, preciosa verdade ensinada nas mesmas Epístolas de Paulo (2ª Coríntios 1.22; 5.5; Efésios 1.14). A palavra para “garantia” ou “penhor”, no grego, é um termo comercial fenício, com o mesmo sentido que a palavra comercial moderna para sinal de compra ou pagamento inicial. A referência em Efésios é ilustrativa, porquanto estabelece que a promessa do Espírito Santo é a garantia da nossa herança, até que alcancemos a sua posse. Outra ilustração da vida social é a aliança do noivado, a qual é um sinal da promessa do casamento, até que o

casamento se realize. Semelhantemente, o Espírito Santo, em nossos corações, é a aliança do noivado celestial, ou o sinal da mansão na glória.

Todo verdadeiro cristão foi batizado pelo Espírito Santo, no Corpo de Cristo. O apóstolo Paulo tornou esta doutrina muito clara em sua Primeira Carta aos Coríntios (12.13) e inclui nela todos os que estão em Cristo. O batismo com água é o símbolo do batismo pelo Espírito, no Corpo de Cristo. Tem, entretanto, havido grande confusão na mente dos cristãos, com referência a esse batismo pelo Espírito Santo no Corpo de Cristo e a outorga de poder ou a comunicação do Espírito Santo, à qual alguns cristãos, não sem base escriturária, chamam o *batismo com o Espírito* (*).

É claro que a referência na Primeira Carta aos Coríntios trata da experiência do crente, na regeneração, quando, pela fé em Cristo, ele recebe o Espírito Santo, o qual o batiza no Corpo de Cristo. Chamamos esta experiência de batismo *pelo* Espírito.

Na predição de João Batista, registrada em Mateus 3.2, Marcos 1.8, Lucas 3.16 e João 1.33, fixada e datada pela ascensão de Cristo (Atos 1.5) e retrospectivamente mencionada por Pedro (Atos 11.16), é usada uma expressão um tanto diferente, com nova ênfase.

No batismo com água, o agente é o ministro, o recipiente é o crente e o elemento é a água. No batismo do crente no Corpo de Cristo, do qual o batismo com água é símbolo, o agente é o Espírito Santo, o recipiente é o crente e o elemento é Cristo, porquanto em um só Espírito todos nós fomos batizados em um só Corpo.

Na outorga de poder predita por João e anunciada no Pentecostes, o agente é Cristo, o recipiente é o crente e o elemento é o Espírito Santo, invertendo a ordem seguida no batismo. Isto mostra que há, pelo menos, um caso que justifica os que se referem à outorga de poder, como distinto da regeneração, em que o batismo é *com* o Espírito.

Observamos, contudo, que nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas, escritos depois do Pentecostes, a frase *batizado com o Espírito* é usada para descrever a experiência de um cristão, individualmente, a procurar o poder do Alto.

A palavra usada em todos os escritos pós-Pentecostes, que dizem respeito a um indivíduo, é *enchido* ou *cheio*. Pode dizer-se, por inferência, que no Pentecostes *todos* os discípulos foram batizados pelo Espírito, em cumprimento da predição de João Batista. Mas a palavra usada é *cheios*. Ainda por inferência, podemos dizer que todo o grupo de gentios crentes, em Cesareia, foi batizado com o Espírito, mas a narrativa bíblica não o diz diretamente. No livro dos Atos dos Apóstolos a palavra para descrever a outorga do poder do Espírito Santo é *cheio* ou *encher*, e nenhuma outra palavra é usada, nesse sentido, com

relação ao crente, individualmente. A exortação do apóstolo Paulo aos Efésios (5.18) é dada com a mesma palavra: “Enchei-vos do Espírito!”.

Essas observações levam-me a concluir que a melhor palavra para descrever a outorga do poder é *encher*, antes que *batizar*. Contudo, posso ver a conexão entre os dois termos quando usados com referência à outorga do poder do Espírito. Um copo lançado na água pode encher-se até a quarta parte, contudo, não está imerso. Nem está imerso quando a água lhe chega até a metade, ou três quartas partes, ou venha até à borda. Somente quando está cheio até transbordar é que, no sentido primário da palavra, há um batismo.

Quando os cristãos, individualmente, estão cheios do Espírito a transbordar, pode dar-se o batismo de todo o grupo com o Espírito. Parece ser mera questão terminológica, pois que homens como Finney, Booth, Moody, Simpson e Torrey não hesitaram em usar o termo *batismo* para significar a outorga do poder, enquanto que outros grandes mestres, como Spurgeon e Campbell Morgan, preferiram o termo *encher*.

Bons crentes, no seu anseio de ajudar os seus semelhantes, perguntam-lhes se já receberam o seu batismo, significando o batismo com o Espírito Santo e não o batismo pelo Espírito em Cristo. Essa fraseologia não é escriturária.

Nas forças militares não perguntamos aos homens: “O senhor já teve sua lua de mel?” e, sim, “O senhor é casado?”. É muito melhor perguntar a um crente: “O senhor está cheio do Espírito Santo?”, usando de preferência o tempo presente e não o pretérito. É mais importante estar continuada e renovadamente cheio do Espírito Santo do que nos excitarmos com considerações sobre uma bênção passada, por mais maravilhosa que tenha sido.

A título de sumário sobre tal assunto, realmente difícil, que tem provocado grande controvérsia, pode dizer-se que todo verdadeiro cristão é regenerado, habitando nele o Espírito Santo, que lhe dá garantia e segurança, é selado e batizado pelo Espírito, mas ele pode estar plenamente cheio do Espírito e pode não estar. Quando a alma sequiosa por Cristo nasce de novo, é regenerada automaticamente, habitada pelo Espírito, garantida, selada e batizada pelo Espírito. Ser cheio do Espírito reclama, entretanto, a experiência da plena submissão.

(*) Esse termo foi usado por Finney, Booth, Moody, Torrey, Murray e outros líderes do século XIX, e não foi objeto de debates senão depois que surgiu a reação contra o pentecostismo.

.oOo.

“ENCHEI-VOS DO ESPÍRITO”

No coração de cada crente sincero manifesta-se um anseio intenso, não somente pela vitória sobre o pecado, como também pelo poder para bem servir. Os cristãos, em todas as épocas, em cada país e em todas as confissões evangélicas, têm manifestado desejo de desenvolver esses anseios.

O Mestre declarou: *“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos”* (Mateus 5.6). Não é concebível que o Senhor da salvação perfeita não houvesse feito provisão em favor de todas as necessidades de Seus filhos. Tem de haver um meio para alcançarmos a pureza e o poder.

No último dia da grande festa, o Senhor Jesus disse às multidões: *“Quem crer em Mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva”* (João 7.38)

Essa é a prerrogativa de todo cristão, mas, lamentavelmente, mui poucos dentre eles se aproveita devidamente dessa promessa. Os cristãos, de cujo interior brotem rios de bênçãos, são poucos e distanciados, contudo, em número suficiente para dar testemunho da verdade, de que receberam o poder do Alto.

O próprio Senhor Jesus, no início de Seu ministério, cheio do Espírito Santo, foi levado ao deserto para enfrentar os ataques de Satanás, mas Ele voltou ao deserto no poder do Espírito. Esses fatos são relatados, para a nossa edificação, pelo médico Lucas, que se sentiu sobremodo satisfeito em lhe ser dado mencionar tais manifestações do Espírito, tanto no seu primeiro tratado como no segundo, que deveria ser chamado *“Os Atos do Espírito Santo”*.

Nos Atos do Espírito, o primeiro derramamento do Espírito Santo ocorreu no aposento alto, pelo Pentecostes, quando Pedro e os outros dez, juntamente com Matias e Maria, mãe de Jesus, e as mulheres que seguiram o Senhor, e um grande número de discípulos, cerca de cento e vinte ao todo, ficaram cheios do Espírito Santo.

O efeito sobre Pedro foi surpreendente. Esse discípulo, que negou o seu Senhor com juramento e imprecações, levantou-se com os onze e pregou o primeiro grande sermão de evangelização da fé cristã. Quase três mil pessoas aceitaram a palavra e foram batizadas, juntando-se à Igreja nesse dia. A única explicação para esse fato e a atuação da

Pessoa insigne do Espírito Santo, de inteligência, sensibilidade e vontade sem limites, que se apoderou do intelecto, da sensibilidade e da vontade de Pedro, usando a sua personalidade toda para alcançar a multidão, com tal poder convincente que foram atingidos no mais íntimo da sua alma.

Esse incidente e todos os demais registrados nos Atos dos Apóstolos revelam que a plena posse do Espírito Santo é para o serviço. A cada caso do recebimento do Espírito se seguiu uma fase de ação decisiva. Foi o cumprimento da promessa do Cristo ressurreto: *“Do Alto sejais revestidos de poder”*. Para quê? *“Ser-Me-eis testemunhas”*. A plenitude do Espírito não foi, não é e não será dada para mero êxtase espiritual, mas sempre para o serviço cristão.

Entretanto, não somente Pedro foi cheio do Espírito naquele glorioso dia de Pentecostes. Todos eles foram cheios: Tiago e João, André e Filipe, Tomé e Bartolomeu, Mateus e Tiago, Simão e Judas e Matias, todos os apóstolos; também Tiago e José, Judas e Simão, os irmãos de Jesus; e Maria, a mãe de Jesus, e Maria, mãe de Tiago e de José, e Maria Madalena, e Maria de Betânia, e Marta, e Joana, e Susana, e Salomé, e outras mulheres que acompanharam o Senhor no Seu ministério; três dezenas dos que receberam a plenitude do Espírito são citadas nominalmente, mas uma centena de outros permaneceu no anonimato. O fato desses discípulos, cujos nomes desconhecemos, haverem também recebido o Espírito, é motivo de encorajamento para todo cristão humilde, que possa ser tentado a pensar que o poder do Alto é apenas para aqueles aos quais Deus exaltou, para serem líderes.

O apóstolo Pedro foi cheio do Espírito Santo, novamente, alguns dias mais tarde. É indefensável admitir que o apóstolo tenha apostatado neste interregno. Desse fato podemos concluir que a plenitude do Espírito tem uma relação direta com serviço imediato. Pode acrescentar-se, por observação, que há épocas de relaxamento e descaso, entre as fases de outorga de poder, relaxamento que não causa nenhuma ofensa ao Espírito Santo. A plena posse do Espírito Santo obedece à soberania do próprio Espírito, antes que ao recipiente.

Outro grande grupo de cristãos foi cheio do Espírito Santo (Atos 4.31), passando a anunciar, com ousadia, a Palavra de Deus. Havendo o número de crentes excedido a dez mil, tornou-se necessário escolher sete diáconos, para auxiliar os apóstolos na administração da comunidade. Todos os sete, Estevão, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, eram homens cheios do Espírito Santo, mas não sabemos o dia nem a hora em que O receberam.

O mártir Estevão, a quem o evangelista Lucas se refere repetidas vezes, como cheio de fé, de graça, de poder, de sabedoria e do poder do Espírito Santo, proferiu poderosa mensagem diante de uma multidão

hostil, que finalmente o apedrejou até à morte, morte que o alcançou cheio do Espírito Santo (Atos 6.3, 5, 8, 10; 7.55).

O evangelista Filipe, cheio do Espírito Santo, desceu à cidade de Samaria e multidões aceitaram a Cristo. O mesmo Espírito de poder tirou Filipe da sua arena de trabalho, conduzindo-o a uma estrada poeirenta, no deserto, para levar o viajante da Etiópia aos pés de Cristo.

O apóstolo Paulo, outrora Saulo de Tarso, convertido na estrada de Damasco, foi visitado por Ananias, a fim de que pudesse ser cheio do Espírito. Em consequência, o mundo testemunhou o maior ministério apostólico, traduzido no maior esforço missionário de todos os tempos. O mesmo apóstolo, na ilha de Chipre, foi novamente cheio do Espírito, para discernir o erro de um homem mau e condená-lo.

É evidente desses fatos que a plenitude do Espírito Santo foi concedida para pregar, para dar testemunho, para defesa, para evangelizar, para trabalho pessoal, para a obra missionária, para discernimento e para o martírio.

A morte gloriosa dos mártires não tem explicação, senão pela posse plena do Espírito Santo. No início da Segunda Guerra Mundial, um pastor presbiteriano, da Coreia, foi agarrado pela “kempetai”, a “gestapo” nipônica. O inquisidor mor perguntou-lhe se cria na segunda vinda de Cristo. O pastor respondeu-lhe que sim e lhe explicou que Cristo julgará o mundo dos pecadores. Perguntaram-lhe, então, se isto incluiria o Imperador do Japão. O pastor, expressando cuidadosamente o seu respeito civil ao Imperador, disse que também ele estaria entre os pecadores, a não ser que se tornasse cristão. Bateram-lhe por essa audácia. O chefe de polícia perguntou-lhe se sabia como Cristo morreria. Ele foi crucificado, respondeu o pastor. Então, disse-lhe o algoz, essa será a forma pela qual você morrerá, pela sua intransigência. O pastor coreano sabia perfeitamente que a polícia secreta era capaz de cumprir as suas ameaças, mas, longe de sentir temor mortal, ele foi possuído repentinamente, por dominante sentimento de regozijo, por haver sido julgado digo de sofrer como o seu Salvador sofrera. Em lugar de o crucificarem, eles o suspenderam pelos dedos amarrados a um gancho, preso no teto, deixando roçar os pés de leve no chão. Ele experimentou extrema agonia física, mas o coração estava cheio de alegria, e de tal forma foi cheio do Espírito Santo que pôde dar testemunho de sua fé aos guardas. Finalmente, cortaram-lhe as cordas e o jogaram para fora a pontapés. Alguns dos seus paroquianos o acolheram, trataram-lhe da saúde e ele se restabeleceu. O poder do Espírito Santo, ainda em nossos dias, se concede para enfrentar o martírio.

Nos quarenta anos de experiências selvagens, entre 1908 e 1948, de fome espiritual predominante, o ensino de que a plenitude do Espírito Santo fora somente para a era apostólica alcançou grande

popularidade, embora sem nenhuma base escriturária ou histórica. No século XIX, Charles G. Finney, Dwight L. Moody, William Booth, Hudson Taylor e uma legião de grandes líderes, receberam a plenitude do Espírito Santo.

No século XX, tem havido e ainda há grandes testemunhos de experiência pessoal da posse do Espírito Santo, como Evan Roberts, Rueben Torrey, Wilbur Chapman, A. B. Simpson, Lionel Fletcher e outros. No campo missionário, em toda parte em que se tenha manifestado algum despertamento espiritual, se verificaram casos evidentes da ação do Espírito Santo. Os melhores e mais servicais cristãos que conheço são homens que testificaram em suas vidas uma experiência mais profunda da plenitude do Espírito Santo.

Contudo, nesses quarenta anos de declínio espiritual, a doutrina da posse do Espírito Santo sofreu não só o resultado da negligência e da contradição, como também o efeito do ensino e da atuação de fanáticos. No fim do período de reavivamento do século XIX, ou seja, mais precisamente, desde o despertamento religioso da Gália, em 1904, até o reavivamento coreano, em 1907, surgiu uma corrente religiosa que deu grande ênfase à obra do Espírito, e que se transformou depois no movimento pentecostal, cuja contribuição para a obra evangélica está sendo tomada mais a sério, atualmente.

As igrejas decadentes rejeitaram, via de regra, a ênfase pentecostal, expulsando e perseguindo os seus adeptos. Rejeitados pelas igrejas, os pentecostais foram entregues a si mesmos, desenvolvendo-se entre alguns um fanatismo extremado, que lançou o descrédito sobre os outros. O pentecostismo medrou entre as classes menos educadas, à semelhança do metodismo, um século antes; mas, conquanto muitos homens de escol se identificassem com os líderes dos pentecostais, não houve entre eles uma grande autoridade, como João Wesley, para, pela sua visão e tirocínio, salvar o movimento das mãos dos seus amigos.

Atualmente, com a contramaré, parece que a confissão pentecostal está sendo mais dirigida por homens moderados e, conseqüentemente, as barreiras entre a minoria pentecostal e a maioria não pentecostal estão sendo reduzidas, graças, não somente ao declínio do fanatismo entre aqueles que se denominaram pentecostais, como também ao crescente interesse na posse do Espírito Santo, com poder e dons, e frutos no serviço, que se vem acentuando graças ao despertamento evangélico em curso, na América, como também em muitas outras partes e em todos os ramos históricos do protestantismo.

.oOo.

A EVIDÊNCIA DA PLENA POSSE DO ESPÍRITO SANTO

Não há no mundo duas personalidades exatamente iguais. Também não houve ainda no mundo duas experiências de conversão exatamente iguais. Por isso, recebemos com surpresa a pergunta: “A que se assemelha a plena posse do Espírito Santo?”

O Espírito Santo tem sido comparado com o fogo, o vento, a água e outros elementos naturais, pelo que é possível a experiência do Espírito tão consumidora como o fogo na floresta, tão devastadora como o furacão e tão mansa como a fonte de água borbulhante, que vem das profundezas, à semelhança de um rio glorioso, em sua perfeita paz.

O grande propósito da plena posse do Espírito Santo é a obtenção de poder para o serviço cristão e, portanto, a grande evidência da plenitude do Espírito Santo é a manifestação de poder no serviço de Deus, poder inconfundível do Espírito e não mera força física ou psíquica.

Quando um homem, que tenha estado solícito pela plenitude do Espírito, alcança grande poder em convencer os pecadores dos seus pecados, da justiça e do juízo, ou em conduzir outros crentes a se aproximarem da verdade ou, ainda, simplesmente em glorificar a Cristo, pela oração e pelo louvor, deve admitir-se que Deus atendeu às suas preces pelo poder do Espírito.

Há, entretanto, outras evidências da posse do Espírito. Os frutos do Espírito são amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. A palavra *fruto* é um singular coletivo. Os nove frutos do Espírito não se devem considerar como nove unidades diferentes, como maçã, pera, pêssego, laranja e outras, semelhantes, mas, antes, como um cacho de uvas, preso a uma única haste, pois que todos os nove frutos se apresentam unidos, não subsistindo independentemente um dos outros (Gálatas 5.22-23).

Quando um cristão se enche do Espírito Santo, o seu coração se enche de amor. Ele não pode impedi-lo. Ele é possuído do amor de Deus, que transcende a todas as coisas de que tenha tido conhecimento anterior. E, se o coração se enche de amor, é semelhantemente cheio de

alegria inefável, a qual é necessário experimentar para poder ser apreciada. E, se está cheio de alegria, está igualmente cheio de paz, que excede a todo entendimento. Esses três frutos, amor, alegria e paz, são primariamente para com Deus, embora produzam as mesmas atitudes para com os homens.

Se o coração de alguém está cheio de paz com Deus, é possuído de uma paciência profunda para com os seus amigos, os seus vizinhos, e mesmo para com os inimigos. É a longanimidade. Tão logo ele perca a sua paciência para com o próximo, perde a paz com Deus. E a paciência produz a benignidade, assim como a falta de paciência provoca a maldade. E a benignidade abre o caminho para a verdadeira bondade. Estes três frutos são primariamente para com os homens, embora, a seu turno, exerçam reflexos nas atitudes para com Deus.

Os últimos três, fidelidade, mansidão e domínio próprio, têm primariamente influência sobre o próprio eu, conduzindo à disciplina, à humildade e à temperança. Essas três virtudes estão relacionadas entre si e todas elas, por sua vez, se relacionam com os demais frutos do Espírito.

O fruto do Espírito é a prova real e imediata da plenitude real do Espírito Santo.

Dois missionários metidos numa prisão, como Paulo e Silas, não têm muita oportunidade para demonstrar o poder salvador do Evangelho. Mas, o fruto do Espírito os capacita a entoar hinos de louvor, à meia-noite, a permanecer na prisão, a fim de ganhar o carcereiro para Cristo, a estar prontos, a tempo e fora de tempo, para pregar o Evangelho.

Alguém pode sentir-se bem em manifestar outras evidências de haver recebido grande poder do Espírito Santo, tais como o dom da profecia ou o dom de línguas. Mas os dons e a vocação de Deus são de arrependimento e um homem pode continuar empenhado na obra de evangelização ou na manifestação de outros dons, depois que o poder do Espírito Santo se tenha afastado dele. Mas não é assim com o fruto do Espírito, o qual permanece somente enquanto há plenitude no coração. A falta de paciência pode roubar-nos a paz, mas um momento de oração e de arrependimento no-la restitui.

O apóstolo Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios (12.4-11) enumera nove dons do Espírito, os quais são distintos, em sua natureza, dos nove frutos do Espírito. Os dons são: sabedoria, conhecimento, fé, dons de curar, milagres, profecia, discernimento de espíritos, dons de línguas e capacidade para interpretá-las.

Esses dons do Espírito são sobrenaturais e não devem confundir-se com os talentos naturais. Um obreiro cristão pode ter talento natural da voz, que antes da sua conversão esteve a outros serviços, alheios ao

culto cristão. Outro pode ter o dom da palavra, posto, contudo, ao serviço de empreendimento político. Os dons do Espírito são sobrenaturais, manifestando-se no poder do Espírito Santo, em criar talentos espirituais, antes que físicos ou psíquicos.

O dom de sabedoria se manifesta por uma capacidade compreensiva peculiar ao homem cheio do Espírito Santo. É uma sabedoria muito diferente da sabedoria humana. O dom do conhecimento parece referir-se a conhecimentos acumulados, sobre os caminhos de Deus, manifestados na Sua Palavra ou na Sua direção. O dom da fé não consiste apenas no aumento da fé natural a cada cristão, mas é dom especial, para obra especial, tal como a de Hudson Taylor, para evangelizar a China, e a de George Muller, em favor dos órfãos que tomou a seus cuidados. Esses três dons são expressões internas, que operam em primeiro lugar sobre o coração recipiente.

O dom de curar tem o seu efeito benéfico direto sobre outras pessoas. Quem crê na cura divina tanto como na terapêutica humana, à semelhança de Paulo, que curou o enfermo em Listra, mas deixou o seu amigo Epafrodito doente em casa, pode admitir a operação do dom de cura, tanto com os ministros do Evangelho como com os médicos cristãos, os quais reconhecem mais e mais que há uma comunicação de poder de cura entre o médico e o paciente, além da mera prescrição de remédios e de tratamento. Da mesma forma, o dom de milagres beneficia aos outros, pois não há registro da operação de qualquer milagre em benefício próprio, exclusivamente. A profecia é outro dom que mais diretamente beneficia ao próximo, pois que consiste em proclamar com antecipação a mensagem de Deus para o povo, conduzindo-o à convicção de pecados, ou à conversão, à restauração, à renovação, ou à manifestação plena do Espírito.

A profecia é o maior dom mencionado na Primeira Carta de Paulo aos Coríntios, aconselhando o apóstolo aos crentes que se esforcem por alcançá-lo, pela sua excelência (1ª Coríntios 14.1-5). A profecia é a maior dádiva para a evangelização e, em tempos de reavivamento, alcança expressão ainda maior na pessoa dos grandes evangelistas.

O discernimento, o dom de línguas e a capacidade de interpretá-las são dons misteriosos. Não podem ser analisados, nem explicados. Sei de um evangelista inglês que, visitando a Noruega, por ocasião do reavivamento de 1930, se viu, humanamente falando, embaraçado na direção das reuniões, em consequência da dificuldade da língua; nessa situação, voltou-se a Deus, pedindo-Lhe o prometido discernimento do espírito dos homens, discernimento que lhe foi dado em seu ministério, mas somente nas reuniões em que era manifesta a operação do Espírito Santo.

O dom de línguas, na forma em que está descrita na Primeira Carta as Coríntios, é aparentemente um êxtase humanamente explicável, de elocução do espírito sobre os mistérios de Deus e não a manifestação de línguas registrada no Pentecostes. Esse dom de línguas é relegado pelo apóstolo Paulo a um lugar menos importante do que os outros, por ser ininteligível ao próprio orador, a não ser que seja interpretado, confundindo aos de fora, pendendo para a indulgência e levando à confusão, se não houver a necessária cautela.

A interpretação é o dom paralelo, pelo qual outro cristão, embora, humanamente falando, não compreenda o enunciado pelo dom de línguas, informa a congregação do sentido do que foi dito. Visto que nem o dom de línguas, nem o dom de interpretá-las pode explicar-se racionalmente, não há necessidade de criar nenhuma teoria a seu respeito.

Na minha opinião, o maior obstáculo ao progresso dos dons espirituais entre os crentes evangélicos é o ponto de vista de que a plenitude do Espírito Santo tem de ser *sempre* acompanhada do dom de línguas. Essa doutrina é inferida de interpretação escriturária contestável, longe de estar explícita nos textos comumente citados. Contudo, é pregada e praticada com maior veemência do que o ensino não controvertido do fruto do Espírito Santo.

O Espírito Santo divide a cada um, pessoalmente, e na devida proporção, os dons, segundo o Seu beneplácito. Insistir alguém, portanto, na posse do dom de línguas é arrogar a si prerrogativas do Espírito de Deus. Os defensores da doutrina da necessidade da manifestação de línguas viram-se forçados a deduzir certa doutrina subsidiária, da “evidência inicial de línguas”, como alguma coisa totalmente distinta do dom de línguas, da mesma sorte que alguns deles ensinam que o Espírito de Deus é totalmente distinto do Espírito de Cristo, outra doutrina igualmente artificial.

O apóstolo Paulo aconselhou aos coríntios que não impedissem o falar-se em línguas, mas que fosse feito com decência e ordem, e que deviam, ao mesmo tempo, procurar os melhores dons. É uma advertência muito boa para os nossos dias. O dom de línguas pode transformar-se em fraude.

Um amigo meu, pastor pentecostal, contou-me como ele e outro pastor, nascido na Europa, puseram à prova o dom de discernimento de línguas em uma congregação de Los Angeles. Em uma reunião ao ar-livre, a oração dominical foi recitada em francês e as bem-aventuranças em holandês, depois do que se levantou o intérprete e deu a “sua interpretação” da mensagem, totalmente sem relação alguma com o que fora proferido.

Tive conhecimento de casos em que pastores e líderes espirituais desmascararam tais fraudes, repreendendo severamente o fraudador consciente ou inconsciente. Porque alguém há de tentar uma fraude de línguas? Se nove jovens estivessem desejosos de alcançar a plenitude do Espírito de Deus, e se cada um deles determinou falar línguas, reusando qualquer outro dom que prove essa plenitude, o resultado inevitável será que todos eles, ou ao menos oito deles, terão de esperar muito por ela, o que os levará a tentar todos os métodos possíveis para dar provas da plenitude do Espírito.

Ainda mais, visto que outros amigos seus já falaram em línguas, genuinamente ou não, os demais sentem que a continuada falta de evidência do dom de línguas tem reflexos sobre si mesmos. Em desespero, eles se dispõem a fazer praticamente qualquer tentativa que seja para alcançá-lo.

Conheço um jovem evangelista, do qual se requereu que falasse em línguas, pelo que ele próprio aceitou, pela fé, como manifestação do dom de línguas, qualquer coisa que pudesse proferir! Não se pode negar que outros grupos, que jamais foram cristãos, nem evangélicos, também praticaram o uso de línguas, o que demonstra claramente que o dom de línguas pode ser simulado. Contudo, é confortador observar-se que a insistência sobre o uso de línguas, como evidência exclusiva da plenitude do Espírito, está decrescendo entre todas as confissões evangélicas, em proporção direta ao crescimento do interesse no reavivamento genuíno.

Que é, pois, a plena posse do Espírito Sano? O apóstolo Paulo nos diz: *“Não vos embriagueis com vinho, no qual há dissolução, mas enchei-vos do Espírito”* (Efésios 5.18). Na intoxicação pelo álcool, o homem se torna possesso de um espírito estranho. O homem quieto se torna turbulento, o miserável se faz de generoso, o decente se torna bestial, e o cauteloso, descuidado e negligente, e todos o acusam de suas faltas, dizendo que não está em si, que está embriagado.

A plenitude do Espírito Santo é uma saturação de Deus; não é fanatismo, mas a plena posse das faculdades do homem pelo Espírito Santo, por meio da qual os seus atos se tornam semelhantes aos atos do Ser Divino, que se apossou dele. O fruto do Espírito está diametralmente oposto à extravagância e ao fanatismo.

Certo pastor, muito interessado na matéria, disse-me em conversa que estava receoso de receber a plenitude do Espírito Santo. “Por quê?”, perguntei-lhe. Respondeu-me que estava receoso do que pudesse fazer. “Por exemplo?”, perguntei, ao que ele respondeu: “Proceder de modo estranho ou tornar-me fanático!” Observei-lhe que ele estava insultando a Jesus Cristo, em acusar o Espírito Santo, ainda que indiretamente, de fanatismo. O Espírito Santo é mencionado como o Espírito de Jesus, o

Espírito de Cristo. À semelhança de Jesus Cristo, que foi perfeito cavalheiro no Seu ministério terreno, o Espírito de Cristo é o Espírito de absoluto cavalheirismo. A alegação deste pastor constituía um insulto a Cristo, como seria a observação de outro pastor de que estivesse receoso de convidar um evangelista e sua esposa para se hospedarem em sua casa temendo que a senhora pudesse destruir todos os seus móveis!

Como pode alguém, pois, esforçar-se por alcançar o poder do Alto? Cristo disse aos Seus discípulos, na palestra íntima que se seguiu ao pedido que lhe ensinasse a orar: *“Se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vosso filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará boas cousas aos que Lhe pedirem?”* (Mateus 7.11).

O recebimento do Espírito Santo se dá automaticamente, no momento em que o crente aceita a Cristo como Salvador, para habitar nele, como Seu templo. Jamais se registrou um caso sequer em que um homem não regenerado tenha pedido a Deus que lhe desse o Espírito Santo para habitar nele. Antes, conhecem-se casos em que o pecador clamou a Deus por perdão, misericórdia, salvação e vida. As palavras de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo não se referem à regeneração, mas à outorga do poder do Alto, à posse plena do Espírito Santo.

É nesse sentido que Jesus Cristo disse: *“Pedi e dar-se-vos-á; buscai e achareis; batei e abrir-se-vos-á”* (Mateus 7.7). Ao pedir, buscar e bater, o cristão verificará prontamente o que em sua vida constitui obstáculo ao enchimento do seu coração com o Espírito Santo, o Espírito que purifica, justifica e convence, o qual odeia o pecado, a injustiça e o espírito dobre.

O Espírito Santo o dirigirá na busca de perdão pelas suas fraquezas, por meio do sangue purificador de Cristo, e a aceitar pela fé a provisão divina em favor da vida vitoriosa, submetendo-se plenamente a Deus. Então, pela fé, e unicamente pela fé, a alma sedenta pode descansar nas promessas de Deus e receber, no vaso indigno que é, o pleno poder do Espírito.

.oOo.

16

TESTEMUNHO PESSOAL

Hesitei por bastante tempo sobre se deveria ou não escrever um capítulo, de caráter pessoal, em conclusão deste estudo. Depois de bastante oração e sentindo a direção definida do Espírito Santo, convenci-me de que deveria encerrar o estudo sobre **PLENA SUBMISSÃO** com o meu testemunho pessoal, por dois motivos: primeiro, porque não é considerado impróprio para um homem dizer aos outros qual o caminho da salvação e, a seguir, dar o seu testemunho pessoal a este respeito; segundo, porque não há muito poder persuasivo em escreverem-se alguns capítulos sobre a submissão da vida se o escritor não pode dar o seu testemunho do poder do Espírito Santo na sua própria.

Dito isto, não pedirei escusas pelas referências pessoais; apenas rogarei a Deus que este testemunho concorra para honra do Pai celestial, que dá todas as boas dádivas aos Seus filhos.

Minha mãe, caçula de uma família do Distrito em que o reavivamento irlandês teve início, em 1859, levou-me, quando menino, aos pés de Cristo, por ocasião do meu nono aniversário natalício. Ela sustentava a teoria de que o coração da criança recebe impressões como a cera, porém as guarda como o mármore. Assim, ela cria em que nenhuma criança era nova demais para confiar no Senhor, para alcançar a salvação. Presto por isso a minha homenagem à sua memória.

Até matricular-me na Escola de Tecnologia, em Belfast, com a idade de 13 anos, eu era um cristão firme, consoante pode um menino ter firmeza. Mas, na Escola Técnica, bem como nos cursos superiores que se seguiram em Londres, poucos dos meus amigos sabiam que eu era cristão. Eu não jurava, não bebia, nem cometia qualquer dos pecados mais grosseiros, mas não frequentava reuniões de oração ou de evangelização. Apenas assistia aos cultos, em companhia de minha mãe, de meus irmãos e de minha irmã, por um dever de família.

Por volta dos 17 anos, comecei a interessar-me pelas coisas espirituais e, não tendo sido batizado, pedi batismo na igreja de nossa família, na Great Victoria Street Baptist Church, a Igreja Batista Central de Belfast. Era pastor dessa igreja o senhor David Henderson, meu primo, por afinidade. Quando meu pai faleceu, em 1922, e nos deixou órfãos e sem recursos, esta igreja manifestou o seu amor para conosco de tal forma que me levou a considerá-la, mais que qualquer outra, a igreja da minha infância.

Pouco depois, graças ao meu interesse por uma jovem, passei a frequentar as reuniões do “Esforço Cristão”, na Igreja Metodista de Cregagh. Esse foi o caminho do Senhor para me introduzir no ministério cristão. Por outra parte, os escritos da Sra. Howard Taylor

começaram a fascinar-me e eu criei interesse pela obra da Missão para o Interior da China.

Esses foram os vários fatores espirituais na minha vida, quando o Senhor me chamou para pregar, chamado a que obedeci, pela primeira vez, em uma reunião ao ar livre, em 1932, quando atingia os vinte anos de idade. Empenhei-me na grande campanha de evangelização da juventude, em Belfast, organizada pelo “Esforço Cristão” e pelas igrejas, nesse ano.

Simultaneamente, desenvolvia-se no meu espírito certo interesse cada vez maior pela literatura concernente aos grandes reavivamentos religiosos do passado. Como consequência disso, meus amigos e eu, todos jovens, formamos a Fraternidade Pró-Reavivamento, com o objetivo de orar por um despertar religioso e de âmbito mundial. Decidimos, penso que acertadamente, não criar nenhuma organização formal, mas manter o movimento em fraternidade espontânea.

Por esse tempo, eu tinha motivos sobejos para dar graças pela minha experiência cristã, mas havia também graves senões na minha vida particular, que mais e mais me punham a alma em desespero, à semelhança da figura que Paulo nos dá no capítulo 7 da Carta aos Romanos. Em agosto de 1933, quando a nossa Fraternidade chegou ao seu ponto mais alto, senti a premente necessidade de uma experiência cristã mais profunda.

Procurei um amigo, Carlos Coulter, que eu julgava mais espiritual e que sabia orar. Também ele estava perplexo em consequência dos ensinamentos contraditórios de vários grupos sobre a Santificação e o Espírito Santo, mas ele tinha pontos de vista mais definidos, graças a seus contactos anteriores com o Exército de Salvação. Eu estava desorientado mentalmente, mas no meu coração certo de que o Senhor, que fizera provisão para libertar-me da culpa do pecado, teria forçosamente tomado providências para saciar a minha fome de vitória sobre o poder do pecado.

Uma segunda-feira, à noite, dia 14 de agosto, Carlos Coulter e eu marcamos um encontro com um jovem inglês, de nome Rudkin, pastor assistente de uma das igrejas de Belfast. O pastor Rudkin prazerosamente cedeu algumas horas do seu tempo para examinar a questão da vida mais profunda com dois jovens irlandeses. Depois de duas horas de palestra, a minha compreensão dos meios de plena submissão estava quase tão clara como a fome do meu coração por ela. Eu não podia concordar com o pastor Rudkin sobre terminologia, mas eu não estava muito preocupado com meras palavras, e o Senhor podia ler tanto o meu coração como o coração dele.

Quando o relógio bateu dez horas, o pastor Morgan entrou na sala de visitas e sugeriu habilmente que encerássemos a discussão. Era o

momento exato em que eu fazia a seguinte pergunta ao pastor Rudkin: “Que poderá então obstar a que eu submeta a minha vida e receba a plenitude do Espírito, para servi?”. Ajoelhamo-nos para orar.

Penso que foi a primeira vez em minha vida em que senti estar Deus falando no meu coração, não por voz audível, mas pelo Espírito Santo, que estava em mim. Recordo-me de que na oração afirmei ao Senhor que eu faria tudo ao meu alcance para render-me a Ele e receber a plenitude do Espírito. Os demais também oraram, mas eu não tenho lembrança do que disseram. A voz no meu íntimo perguntava: “Que fará você dos pecados que mais o assediam?”

Os meus pecados que me assediam? Eu os odiava, eles me repugnavam; eu os confessava, e decidira exterminá-los! Não considerava que eles fossem o meu mais grave problema, porque sabia que o sangue de Jesus Cristo nos purifica dos pecados que Lhe confessamos. Então perguntou-me a Voz: “E a sua vontade?”

Esse foi um pensamento inteiramente novo para mim. Recordei-me de que estava fazendo um curso por correspondência com a Missão para o Interior da China e pretendia apresentar-me como candidato à obra missionária, tão logo minha mãe estivesse preparada para isso. Em oração, disse ao Senhor que estava pronto a tornar-me missionário, em qualquer parte; ou permanecer em casa; ou ingressar no ministério; ou permanece no emprego. Eu estava mais do que satisfeito com a minha decisão de atender à vontade de Deus. Mas o Espírito de Deus falou-me sobre um ídolo na minha vida, um amor, e perguntou-me se eu estava pronto a deixá-lo, se Deus assim o requeresse. Prontamente, verifiquei que não desejava romper com esse namoro, mas procurei aparentar que sim. Em outras palavras, manifestara eu boa vontade em fazer tudo por Deus, contanto que pudesse seguir os meus próprios planos, com respeito ao problema do meu coração.

No caso de alguém julgar que essas considerações sobre os pendores do coração de um adolescente são excessivas, a história que se segue poderá ilustrar a importância das pequenas coisas.

Certo jovem negociante recebeu uma chamada urgente de sua esposa, pelo telefone. Ele tomou um carro e regressou às pressas para casa, esperando más notícias sobre o seu filhinho, de seis anos. O automóvel do médico estava à porta de sua casa, mas a situação não era tão trágica como fora antecipada. O Joãozinho metera a mão dentro de um precioso vaso chinês e não podia retirá-la sem que se quebrasse o precioso objeto de arte. A mãe e o médico queriam a permissão do pai para quebrar o vaso. De forma nenhuma, respondeu o pai, exasperado, alegando quanto pagara por ele. Mas, água fria, óleo de oliva, e todos os outros métodos falharam no esforço de tirar a mãozinha do menino de dentro do objeto de arte. Sendo claro para a mãe que seu querido

filhinho não poderia continuar assim, o pai consentiu, com relutância, que se fizesse uso do martelo. Foi nesse momento que o menino perguntou se adiantaria largar ele a moedinha que estava segurando. O garoto estava disposto a deixar que seus pais quebrassem um objeto de grande preço a fim de que ele pudesse manter em seu punho cerrado a miserável moedinha de um centavo, que derrubara dentro do vaso!

Da mesma forma, eu desejava que o Pai celestial destruísse o vaso que ele havia preparado para a minha vida, a fim de que eu pudesse manter o meu punho cerrado em torno de um brinquinho de amor. Contudo, eu estava resolvido a não ceder; procurei argumentar. O Espírito de Deus deixou de falar no meu coração, que se tornou frio, tão frio que fiquei apavorado. Dessa forma, a fome pelas coisas divinas voltou e eu, mudando de rumo, clamei a Deus pela Sua bênção, submetendo-Lhe a minha vontade, com referência às áreas da minha vida que não havia, até agora, franqueado à Sua ação. Aceitei a bênção pela fé.

Não procurarei descrever as minúcias da experiência espiritual que se seguiu. Posso dizer que o meu coração transbordou de amor, gozo e paz inenarráveis, além do que eu podia suportar. Isto foi observado pelos meus amigos, que haviam sido esquecidos. A reunião de oração a que compareci terminou às duas horas da madrugada. Pela primeira vez em minha vida, senti que conhecia realmente o meu Deus e Salvador, que o Cristianismo não é mero ensino, ou crença, ou filosofia. Senti seu impacto na minha mente, vontade e coração. A lembrança desta hora é sempre preciosa para mim.

Regressei para casa com passo leve. Não caminhava, eu corria rua abaixo, como alguém com um telegrama de boas novas. Às três horas da manhã eu estava ajoelhado junto da cadeira de balanço, na cozinha, procurando orar silenciosamente, a fim de não despertar do sono leve a minha mãe, que dormia no quarto de cima. E a luz solar que ia em minha alma foi interrompida por uma nuvem, pois que o Senhor me recordou de pequenas somas de dinheiro que eu havia roubado da bolsa de minha mãe, sete anos antes. Confessei esse pecado e voltei a andar em plena luz.

Na manhã seguinte, minha mãe perguntou-me a que horas chegara eu em casa. Normalmente, eu me enganaria por cinqüenta e cinco minutos, mas eu preferi manter silêncio, a fim de evitar a discussão de assuntos espirituais íntimos com alguém de minha família, o que é sempre difícil para mim. Refletindo um pouco, decidi que, se a minha experiência era real, nada teria que esconder. Conte-lhe resumidamente porque Coulter e eu estivemos fora até muito tarde. Eu aguardava uma repreensão materna, na sua pia esperança de melhorar o meu comportamento em casa.

Em lugar disso, verifiquei eu que minha mãe parecia abatida. Descobri que ela aguardara à retaguarda de determinada missão de fé alcançar a plena submissão e a plenitude do Espírito, havia mais de vinte anos. Ela ficou desapontada com o fato de Deus não a haver chamado para algum trabalho extraordinário depois disto, mas ela se confortava no seu monótono trabalho caseiro, na esperança de que Deus chamaria o seu filhinho, que naquela data ainda não havia nascido.

No mês seguinte, as circunstâncias confirmaram o meu desejo. Parti, com cerca de dez reais no bolso, para percorrer o mundo, como missionário, e advertir aos crentes por toda parte que orassem por um despertamento religioso mundial e se preparassem para ele. Dentro de um mês, a minha namorada deu por terminado o nosso namoro, sem qualquer insinuação de minha parte.

Dessa forma, começou a primeira parte do meu ministério, enquanto fui por dois anos aprendiz da vida pela fé, vivendo da mão para a boca, viajando de Finisterra às Ilhas de John ó Grats, de Gibraltar a Moscou, de Oslo a Jerusalém. Conteí a história destas viagens, em três volumes, cujos últimos capítulos descrevem a mensagem e a experiência destas dias: Plena Submissão, A Oração e o Reavivamento que Virá, Obstáculos ao Reavivamento, O Preço do Reavivamento e a Plenitude do Espírito Santo.

A segunda fase do meu ministério começou em setembro de 1935, quando parti em um circuito mundial aos Domínios Britânicos e à América do Norte.

E lugares não muito conhecidos do Canadá e dos Estados Unidos, ocasionalmente, presenciei reavivamentos locais, de grande intensidade, cujos frutos permanecem até hoje, como outras pessoas podem testificar. O mesmo se deu, em maior grau, na Nova Zelândia, na Austrália e na África do Sul.

Noventa por cento deste ministério foi exercido junto aos cristãos e noventa por cento dos resultados foram alcançados entre os crentes, embora houvesse, somente nesse ano, aproximadamente dez mil decisões declaradas, de almas ansiosas pela salvação. Quanto ao resultado dessas conversões, não posso dizer que as dez mil decisões registradas tenham permanecido. Contudo, tenho encontrado por toda parte, tanto nos campos missionários, no ministério, nas atividades leigas, como em outros setores do serviço cristão, pessoas convertidas nessa campanha, o que leva a concluir que a proporção dos que perseveram não é menor do que os resultados de outros despertamentos religiosos. Todavia, como disse, esse ministério foi exercido, principalmente junto a cristãos, com vistas ao seu despertamento espiritual.

No fim desse período, eu não tive nenhuma inspiração sobre o futuro. Fui a Lapland para orar, mas a única inspiração recebida foi com respeito ao meu casamento, como resultado da qual eu regresssei na felicidade da vida conjugal, felicidade que não foi ultrapassada por ninguém do meu conhecimento.

Veio a seguir um tempo de eclipse. Segundo as minhas forças, empenhei-me sistematicamente por tornar-me grande evangelista e levei um grupo de evangelistas à Austrália, onde Chapman e Torrey fizeram o seu início. Embora se registrassem cerca de mil decisões por Cristo, alcançamos resultados menores, em seis meses de trabalho, com sete obreiros, do que eu havia alcançado sozinho, nas seis semanas que os precederam. Descobri, posteriormente, que houve um grande escândalo na vida de um casal de obreiros, mas, quanto menos dissermos sobre isto, melhor será.

Durante este tempo, negligenciei o ministério para o qual Deus me havia chamado: reavivamento, coletivo ou individual, e me atirei à obra de evangelização direta. O que posso dizer, de modo retrospectivo, é que o Senhor não esteve comigo o Seu poder; e também não tinha consciência de qualquer grave desobediência em minha vida. Mas o calor do interesse na obra do Espírito, para revivificar a Igreja e despertar os crentes, certamente declinou. As coisas permaneceram nesse pé durante dois anos, nos quais alcancei bênçãos bastante limitadas, embora lançasse mão da mesma tática e do mesmo ministério dos dias anteriores, mas sem o poder que então experimentara.

Em 1940 decidi-me voltar para a Escola. O motivo de eu consagrar cinco anos de estudo pode depreender-se dos temas da minha tese de doutorado em teologia, do Northern Baptist Seminary, e da tese de doutorado em filosofia, em Oxford, que são os históricos dos grandes despertamentos religiosos, em 1858, na América do Norte, e em 1859, na Grã-Bretanha. Os meus estudos foram interrompidos durante três anos, aproximadamente, para tender ao chamado do serviço militar como capelão da Força Aérea, na Guerra do Pacífico. Nesse período, o Senhor abençoou grandemente a obra de evangelização entre estudantes dos Cursos Médios e Superiores enquadrados nas forças sob o meu ministério. Essa obra não era de reavivamento, mas de mui abençoado empreendimento de evangelização de militares.

Durante os anos de carestia, travei relações com um extraordinário homem de Deus, da minha idade. Na América do Norte conheci duas pessoas, cujos anseios por um despertamento espiritual, do tipo histórico, eram tão grandes como os meus melhores anseios, a Sra. Henry M. Woods, do “Worldwide Revival Prayer Movement” e o Dr. Ernest W. Wadsworth, da “Great Commission Prayer League”. Por motivos que

desconheço, a Sra. Woods jamais correspondeu a qualquer tentativa de contacto amigável que eu fizesse e perdi também o contacto com o Dr. Wasworth. Mas Deus levantou um amigo, que jamais deixou de recordar-me do meu chamado inicial, o Sr Armin Richard Gesswein, pastor luterano, que estabeleceu correspondência comigo, em 1937, sobre as possibilidades de reavivamento. Ele foi testemunha de grande reavivamento, na Noruega, nesse ano, e as suas considerações sobre o assunto levaram-me frequentemente a atizar as brasas do meu interesse no reavivamento e na vida espiritual mais profunda.

Durante os meus estudos em Oxford, o interesse pelo reavivamento mundial cresceu no meu coração, graças à leitura das histórias maravilhosas das realizações de Deus, no passado. Jovens evangelistas americanos, sabendo que eu estava em Oxford, começaram a fazer peregrinações no meu lar, em Wolvercote. Falei a todos sobre o reavivamento. Entre eles, vários homens passaram um dia inteiro conversando comigo sobre as esperanças de um reavivamento, nestes dias. Comecei a orar ao Senhor, para que, se Ele não mais desejasse usar-me na obra do reavivamento, além das mensagens escritas, se servisse de mim como instrumento para colocar o fardo sobre os ombros de gente mais moça. Desenvolveu-se em meu coração grande afeto por alguns obreiros que me inspiraram confiança, os quais mais tarde se tornaram proeminentes no despertamento de 1949.

Certa vez, em 1948, em Londres, fui ouvir um santo homem de Deus, Andrew MacBeath, secretário da Convenção de Keswick. Ele contou uma história impressionante, sobre um turista inglês que costumava orar no silêncio de uma pequena igreja paroquial católica romana, na França. Nessas visitas, ele observou que uma senhora francesa, de meia idade, costumava, todas as manhãs, regularmente, dar um volta pelos altares, demorando-se, em seguida, meia hora em arrebatada adoração de um belo quadro da Virgem Maria. O visitante teve oportunidade de conversar com o pároco da igreja sobre essa atitude devocional e o padre, com relutância, contou-lhe que, trinta anos antes, essa senhora servira de modelo a um pintor francês para produzir o quadro das suas atuais devoções. E ela estava apenas contemplando a beleza que fora, no passado.

A história chocou-me, porque nesta época eu me recordava com ternura dos dias em que, lá por 1932 a 1936, comecei a despertar a atenção como evangelista mundial. O resultado foi que passei a orar a Deus a fim de que Ele me desse alguma coisa, em 1949, pela qual pudesse ser agradecido. E o anseio pela obra de reavivamento, bem como da plenitude do Espírito, voltou-me ao coração.

Antes do início de 1949, Gesswein e eu nos empenhamos numa conferência ministerial em Minneapolis, onde presenciamos verdadeiro

derramamento do Espírito Santo, que constitui a primeira página de um novo capítulo do atual despertar religioso, entre os ministros do Evangelho, através da América do Norte. Em março de 1949, empreendemos novo ministério, numa conferência ministerial maior, em Los Angeles, em que as reuniões de oração pró-reavivamento, com a presença de quatrocentos ministros e missionários, evangelistas e líderes, e suas esposas, se prolongavam até tarde da noite. Novamente fomos testemunhas de grande derramamento do Espírito, que foi o ponto de partida do reavivamento na Califórnia. Em abril de 1949, tive o privilégio de ver no Bethel College, em St. Paul, a primeira manifestação de reavivamento nos colégios. Nessa oportunidade, o Senhor foi servido conceder-nos feliz ocorrência conjugada de evangelização, de descrição dos reavivamentos históricos e de ensino sobre a vida espiritual mais profunda. Dessa forma, retornei ao meu chamado original para pregar os meios de despertar e o caminho da plena submissão. O despertar nas Escolas prosseguiu. Um evangelista e eu nos unimos para oração, à meia-noite, em favor das reuniões no Bethel College, e ele surpreendeu-se quando viu raiar o dia. A sua própria fé no reavivamento estava experimentando real desenvolvimento.

Foi no cenário da “Forest Home Conference”, nas maravilhosas montanhas de San Bernardino, da Califórnia, que eu participei novamente, com o meu amigo, de uma campanha de evangelização. Ele consultava-me, diariamente, sobre os tópicos das palestras, que são os temas dos capítulos deste estudo. Descobri algo encorajador. As conversações dos evangelistas, semelhantemente aos homens de outras profissões, são uma comparação de anotações ou a discussão de incidentes peculiares à vida dos evangelistas. Mas, na discussão dos reavivamentos históricos e da vida espiritual mais profunda, esse consagrado e mundialmente conhecido jovem era simultaneamente fervoroso inquiridor e atento ouvinte. Penso que alcançamos o clímax depois da meia-noite de uma quarta-feira, quando ele me abriu o seu coração e confessou-me o seu desejo de renovar a sua consagração a Deus e de ser ungido pelo Espírito Santo.

Às duas da madrugada, ele voltou ao meu quarto, a fim de contar-me que ele obtivera não somente a aspirada bênção, mas a certeza de que Deus lhe daria testemunhar um reavivamento genuíno na sua própria campanha. Pouco sabia eu do que viria a acontecer, mas compreendi imediatamente que o seu ministério começava a se modificar de bom para melhor. Ouvi esse evangelista pregar a muitos milhares sobre a plenitude do Espírito Santo, tema até então desconhecido e, o que era mais importante, pregar o mesmo sermão

duas vezes, na mesma campanha. Fui testemunha da resposta de Deus à oração em favor de um evangelista voluntário.

Desde esta data, eu vinha selecionando evangelistas, particularmente entre os jovens, e conversando com eles fraternalmente sobre a outorga do poder do Alto. Dificilmente encontrei alguém que fosse indiferente. Alguns se têm demorado comigo em conversa, ate as duas e três da madrugada, e eu tenho sido surpreendido em encontrar tal interesse de uns e outros, ao ponto de permanecer eu em oração até o romper da alva. Todos eles perguntam pelo conteúdo da mensagem e pelas referências das Escrituras, ao ponto de eu sentir que, humanamente falando, se eu tivesse somente um mês de vida, eu o empregaria para escrever a minha mensagem.

Essa mensagem é simples. O nosso maravilhoso Salvador não somente fez provisão para que os Seus filhos, pela fé, sejam libertados da culpa do pecado, como também fez provisão mui clara sobre como as falhas dos crentes podem ser confessadas, perdoadas e apagadas, a qualquer tempo. A Sua Palavra também ensina que o cristão obediente pode alcançar, pela fé, a vitória sobre o pecado, entrar em comunhão mais íntima com Deus, submeter-Lhe plenamente a sua vida e receber a plenitude do Espírito Santo de Deus, para qualquer serviço para o qual o Senhor queira encaminhá-lo.

Isto é reavivamento individual. Multiplicado, pela fé, transformar-se-á em reavivamento da congregação de crentes e, sucessivamente, da comunidade, abrangendo finalmente os cristãos de todo o mundo, com a conseqüente conquista de almas pelo esforço missionário. Há um preço a pagar, mas a recompensa é muitas vezes maior.

Este livro é, pois, dado à publicidade, acompanhado das orações de muitos crentes, bem como do seu autor, para que contribua para o reavivamento da experiência cristã de pastores, evangelistas, professores, membros de igrejas, recém convertidos e de todos quantos o Senhor queira escolher, para abençoar.

.oOo.